

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2003



Feira de Santana
BAHIA



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2003



Feira de Santana
B A H I A



APRESENTAÇÃO 05

NOSSA AÇÃO FORMADORA RELATADA POR PROGRAMAS

PROGRAMA DE GÊNERO 08

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL 32

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS 66

PROGRAMA DE APOIO À VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

NO SEMI-ÁRIDO 98

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO 128

PROJETOS ESPECIAIS 142

ELEMENTOS CONCLUSIVOS 156

ANEXOS

ENCONTROS E EVENTOS PARTICIPADOS 166

PESSOAL 170

RECURSOS FINANCEIROS 173

NOSSAS PUBLICAÇÕES 174

O RECONHECIMENTO PÚBLICO AO NOSSO TRABALHO 175

Glossário 182

Apresentação



Finda-se mais um ano. Foram esperanças, conquistas, lutas, passos dados na busca constante de uma sociedade mais igual, onde os direitos de todas as pessoas sejam respeitados, sejam elas da classe que forem, da etnia que trouxeram consigo, do lugar social que ocupem na sociedade.

Diferentes, somos iguais no direito básico à vida digna e a tudo que, em decorrência disso, se deve e pode agregar: alimentação, nutrição, emprego, terra, crédito, assistência técnica, escola, educação, lazer, festa, poesia, vida, enfim.

O MOC nos seus mais de 30 anos de existência, sempre primou por buscar criar condições para que as populações socialmente marginalizadas, especialmente da área rural do semi-árido, se organizassem, produzissem conhecimentos, interferissem em políticas, valorizassem sua cultura e, modificassem para melhor a realidade que, na maioria das vezes, é adversa e perversa, lhes impede de exercer a cidadania, de ter respeitados seus direitos, de viver uma vida com mais qualidade.

É justamente nesta perspectiva que se inserem as linhas programáticas do MOC e seus programas especiais.

Este relatório onde mais que as nossas ações, se visualizam aquelas dos grupos com os quais trabalhamos e que são nossos parceiros, consubstancia nossa caminhada em 2003.

Com certeza, muita coisa ficou sem relatar, principalmente os ricos processos onde os grupos e pessoas, sujeitos da caminhada, reconstróem estradas, mudam rumos das coisas, constróem conflitos e consensos, se tornam protagonistas de sua história. Esses processos, via de regra, dificilmente cabem nos relatos institucionais, porque os ultrapassam, limitam extremamente as palavras, tornam os sinais de comunicação empobrecidos. A eles, como bem disse o autor do Pequeno Príncipe, Antoine de Saint-Exupéry, "só se vê bem com o coração".

De todas as maneiras, ao cumprir tarefas institucionais, neste relatório, queremos registrar nossa homenagem a todos aqueles e aquelas que tiveram coragem e compromisso de retomar sua história nas mãos, que conosco trabalham, que nos questionam sistematicamente e sempre nos indicam novas pistas e novos rumos.

Diferentemente de outros anos, deixaremos de apresentar logo no início, reflexões teóricas de um tema que norteou nossas reflexões.

Isso porque buscamos fazer um exercício diferente. Pautamos nossas reflexões do trabalho anual a partir da **dimensão da territorialidade**. Ao refletir nosso dia-a-dia, fomos em cada programa, buscamos descobrir e refletir os elementos constitutivos da territorialidade que nós já integramos em nossa prática. Ao final, no capítulo conclusivo, nossa tentativa será aquela de teorizar um pouco, a partir destes elementos, identificando, ao mesmo tempo, os desafios que se nos colocam para frente.

Nosso muito obrigado a todos os parceiros, a todos os que, de uma maneira ou de outra, nos apoiaram ou nos apoiaram, aos que acreditam que, no miúdo do dia-a-dia, no silêncio das pequenas reuniões e dos pequenos empreendimentos, nos debates comunitários, se faz e refaz a história, se constrói uma sociedade onde todos possam ser GENTE, tornarem-se sujeitos políticos.

NAIDISON DE QUINTELLA BAPTISTA
Secretário Executivo





NOSSA AÇÃO FORMADORA RELATADA POR PROGRAMAS

INFORMAÇÕES E CONTATOS

Este relatório apresenta o trabalho desenvolvido pelo Projeto de Formação de Profissionais da Saúde em Comunidades Rurais, realizado em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto tem como objetivo principal a formação de profissionais da saúde em comunidades rurais, visando à melhoria da qualidade do atendimento e à promoção da saúde.

I. INTRODUÇÃO

O Programa de Gênero foi constituindo-se a partir de uma realidade social que imprimia na diferença o estigma da desigualdade. Essa diferença, visível aos olhos e marcada nos corpos das mulheres, as tornava permanentemente dependentes da tutoria, da vontade e do destino traçado por outros. Ajudar as mulheres a reconstruir a possibilidade de existir por si mesmas, de forma autônoma, mas solidária, tem sido a nossa missão.

Orientado por esse princípio em 2003, o Programa de Gênero pôde contribuir um pouco mais para consolidar sua proposta, ou melhor, sua crença de que *outro mundo é possível* e de que as relações sociais entre as pessoas podem ser mais justas e solidárias. A despeito das adversidades e contingências, dos fluxos e refluxos, o relato que segue mostra mais um passo na construção desse possível.

O programa desenvolveu ações que tiveram como fio condutor à promoção do desenvolvimento local sustentável, na perspectiva do Desenvolvimento Territorial, a partir do fortalecimento dos grupos organizados de mulheres, visando garantir o fortalecimento das ações coletivas, da auto-representação de forma autônoma e articulada a um projeto político estratégico da Região e da promoção de um novo olhar e sensibilidade às ações dos diferentes projetos e programas institucionais e buscando, na prática, concretizar a equidade de gênero nas relações entre as pessoas e nas organizações que constroem as regiões que o MOC atua.

Acreditamos que passos foram dados no que diz respeito à contribuição para a constituição/fortalecimento duma identidade territorial que facilite a ação coletiva para estimular a melhoria da qualidade de vida e reduzir as desigualdades sociais, fomentando o empoderamento das mulheres, contribuindo assim, na formação do *capital social* da região Sisaleira em especial, pois esta é a área prioritária de atuação do Programa.

O que descrevemos a seguir se constitui numa trajetória histórica, nossa e dos grupos, que juntos acumulamos a partir de uma ação local e territorial. Como todo relato, será talvez incompleto, e como toda história, inacabada, em permanente construção, mas bastante significativa.

II. AÇÕES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES REALIZADAS

Abaixo segue breve descrição do conjunto de ações estrategicamente desenvolvidas no ano de 2003. Observa-se que o programa, neste ano, deu continuidade ao desempenho do seu papel na assessoria, capacitação e apoio ao Movimento de Mulheres e na dimensão de transversalidade junto aos públicos outros do MOC.



1. Resultado 01: Sistema de produção rural familiar, particularmente o agrícola, fortalecido e valorizado

1.1. Sobre a participação no Cooperativismo de Crédito

a) Situação Final:

- Lideranças Femininas informadas e sensibilizadas sobre a importância da participação no cooperativismo de crédito.
- Lideranças Femininas motivadas para participar do cooperativismo de crédito, e capacitadas para multiplicar junto aos grupos de base sobre a importância do cooperativismo.

b) Atividades Específicas do MOC:

TABELA I

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Encontro regional de planejamento do processo de formação.	01	02	01	30
Encontros sub-regionais de formação dos grupos de lideranças femininas	05	05	—	45
Cursos sub-regionais modulares de formação de novas lideranças.	05	05	—	55
Encontros regionais de monitoramento do processo de sensibilização e multiplicação local	05	05	—	55

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR¹, Entidades Parceiras e/ou Jovens Lideranças:

TABELA II

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Encontros municipais de identificação de novas lideranças femininas	22	21	00	50
Encontros municipais/comunitários de sensibilização e identificação de mulheres para integrar o cooperativismo de crédito rural	44	151	87	50
Pesquisas de campo nas cooperativas, sindicatos e em associações.	—	21	21	—

¹ Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região de Feira e Sisal, têm atuação nos municípios de: AP – Araci, CC – Conceição do Coité, IP – Ipirá, RJ – Riachão do Jacuipe, RT – Retirolândia, SB – Santa Bárbara, SE – Santo Estevão, SL – Santa Luz, SH – Serrinha, TF – Teofilândia e VL – Valente.

d) Resultados Alcançados:

A região semi-árida da Bahia vem investindo, nos últimos anos, recursos humanos, políticos e financeiros, no Cooperativismo de Crédito Rural, visando a consolidação deste como uma ferramenta de construção do desenvolvimento sustentável e solidário, possibilitando assim viabilizar o acesso, com menor grau de burocracia, dos agricultores e das agricultoras familiares aos serviços bancários e ao crédito rural, ao tempo que fortalece o espírito de cooperação entre os e as integrantes da agricultura familiar.

Entretanto, a participação das agricultoras familiares organizadas nos espaços de decisão e na aquisição dos serviços da cooperativa, ainda é restrita. Tal fato é constatado observando que na área de atuação do MMTR Feira e Sisal existem seis cooperativas de crédito rural, e até o início do projeto, poucas Cooperativas tinham em seu quadro diretivo mulheres que integram a agricultura familiar, e somente em uma delas a representante das mulheres agricultoras surgiu de um processo de discussão coletiva das entidades que representam e/ou atuam junto à agricultura familiar, tendo o MMTR como uma das organizações integrantes do processo.

Além disso, foi constatado que, apesar de ter a cooperação como um dos principais princípios do MMTR, até mesmo as mulheres integrantes do movimento não haviam se apropriado da discussão do cooperativismo de crédito, visto que este tem suas peculiaridades, até então não compreendidas por elas. Mesmo sendo cooperadas, sua participação se dava de maneira incipiente, pois não se sentiam seguras em ocupar os espaços institucionais de tomadas de decisões políticas e econômicas.

Visando contribuir na construção de novas práticas de promoção e equidade de gênero no crédito rural, foi montado um processo de sensibilização para incentivar a participação das mulheres agricultoras nas cooperativas de crédito rural.

O empoderamento das mulheres, seja as lideranças femininas que participam diretamente do projeto, ou as mulheres das comunidades que integram de forma indireta através das multiplicações, está em processo de construção e apropriação, porém alguns resultados já apontam nesta perspectiva:

- O aumento de mulheres (cerca de 120) que acessaram as cooperativas para ter mais informações das condições de participação. Fato constatado nos municípios onde existem os MMTR's;
- A participação do MMTR no processo de discussão e construção coletiva da chapa para disputa nas eleições das Cooperativas de Crédito Rural de Araci e Feira de Santana;
- Foram envolvidas diretamente no processo contínuo de capacitação cerca

de 95 jovens mulheres agricultoras, sendo a sua maioria na faixa etária de 18 a 25 anos;

- O processo de multiplicação foi realizado em 63 comunidades rurais de 21 municípios, envolvendo em média 1200 mulheres agricultoras nas discussões acerca das Relações Sociais de Gênero no Meio Rural e sobre a Participação da Mulher no Cooperativismo de Crédito Rural;
- Em alguns municípios, a exemplo de Teofilândia, Santa Luz, Araci, Feira de Santana, o processo de multiplicação está sendo acompanhado por integrantes dos DEC's -Departamentos de Educação Cooperativistas, das Cooperativas de Crédito dos respectivos municípios, tendo em cada um deles representantes do MMTR no seu corpo funcional;
- A partir das discussões realizadas pelas jovens no município de Conceição do Coité, cerca de 35 mulheres buscaram crédito da cooperativa para a criação de pequenos criatórios de ovinos, caprinos e suínos;
- O Sicoob Itapicuru - com sede no município de Santa Luz - constituiu fundo de apoio para as multiplicações das Jovens Lideranças, viabilizando a realização de discussões destas jovens com as mulheres agricultoras do município de Santa Luz;

1.2. Sobre a participação nas Comissões Municipais e/ou Comunitárias de Água

a) Situação Final:

- MMTR de (TF, SB, SH e RT) garantindo a equidade de gênero na construção das cisternas através do cumprimento dos critérios, e na formulação, apresentação, negociação e monitoramento de propostas para viabilizar o acesso à água para as mulheres rurais.
- MMTR de (AR, CC, SL, VL) acompanham e monitoram propostas de recursos hídricos com ênfase em gênero para viabilizar o acesso à água para as mulheres rurais.

b) Atividades Específicas do MOC:

TABELA III

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MEDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Seminários sub-regionais (1dia) sobre políticas públicas de recursos hídricos	05	01	—	30
Encontros sub-regionais (1dia) de monitoramento do processo de participação interinstitucional dos MMTRs nas comissões municipais de água	05	01	—	30



c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

TABELA IV

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Apoio às representantes dos MMTRs para participação nas reuniões das comissões municipais de água	24	16	—	62
Apoio a reuniões com grupos comunitários de mulheres sobre Recursos Hídricos	—	22	22	20

d) Resultados Alcançados:

Considerando que a escassez, a má utilização dos recursos hídricos disponíveis e, sobretudo a ausência de políticas de captação e armazenamento de água para consumo humano incidem diretamente na vida das mulheres do campo, o Programa de Gênero buscou incentivar a participação qualitativa do MMTR nas discussões de políticas públicas de recursos hídricos e na implementação do P1MC², oferecendo às lideranças dos grupos informações e condições de participar das estruturas de reflexão, proposição e implementação de tais políticas.

Como resultado desse processo, 08 representantes do MMTR integram as Comissões Municipais de Água do P1MC, garantindo a discussão em torno do cumprimento dos critérios que permitem a acessibilidade de forma prioritária às mulheres chefes de família, as famílias com maior número de crianças de 0 a 6 anos, de adultos com idade igual ou superior a 65 anos, de crianças e adolescentes na escola e a existência de deficientes físicos e mentais. Em Conceição do Coité, ainda que o MMTR não tenha conseguido integrar a Comissão Municipal, tem acompanhado de perto o seu desempenho.

Outros resultados apresentados têm sido a participação do MMTR na implementação do programa através do levantamento das comunidades que respondam os critérios, do cadastramento das famílias, do monitoramento da construção das cisternas entre outros. Em Conceição do Coité, duas ajudantes de pedreiro foram capacitadas para a construção das cisternas, e já incrementam a renda familiar construindo as cisternas.

Foram realizados pelo MMTR estudos, com 142 mulheres, sobre tratamento e gerenciamento da água, ao mesmo tempo sensibilizando e informando sobre a importância e necessidade da participação das mulheres na reflexão, proposição e implementação de programas de Recursos Hídricos.

A atuação do MMTR nas Comissões Comunitárias e Municipais de Água

² Programa Um Milhão de Cisternas

tem sido destaque nas gravações realizadas pela TV Cultura em parceria com o Banco do Brasil, junto às famílias contempladas pelas cisternas.

1.3. Sobre a organização de grupos de produção

a) Situação Final:

- Grupos de mulheres que desenvolvem atividades produtivas não agrícolas articulados regionalmente para fortalecimento da Rede de Produtoras e buscando espaços de capacitação para melhor gerenciamento dos seus empreendimentos.

b) Atividades Específicas do MOC:

TABELA V

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Encontros regionais para acompanhamento da organização da Rede de Produtoras	02	02	—	50
Reuniões bimensais para monitoramento da Rede de Produtoras	05	08	03	25

c) Atividades de desdobramento realizadas pela Rede de Produtoras:

TABELA VI

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Apoio a iniciativas de participação em feira e eventos de divulgação dos grupos e da Rede de Produtoras (Feira do Semi-Árido; Fenneart e Feira da Produção da Agricultura Familiar)	02	06	04	—

d) Resultados Alcançados:

Um dos principais desafios colocados ao Programa de Gênero em relação à construção da autonomia das mulheres rurais, tem sido o de identificar e incentivar experiências de geração e/ou complementação de renda que pudessem se constituir em uma alternativa viável, tanto do ponto de vista econômico como social. Essa oportunidade surgiu quando fomos provocadas para identificar e articular alguns grupos de produção constituídos por mulheres para participarem da Feira Nacional de Negócios do Artesanato – FENNEART realizada anualmente em Recife – PE. A manutenção e apoio ao fórum de

discussão que se seguiu a FENNEART, desenhou o que chamamos de Rede de Produtoras.

Em 2003, podemos apontar como resultado desse esforço:

- O esboço de uma carta de princípios para a Rede de Produtoras, na qual estão relacionados elementos que caracterizam os grupos integrantes da Rede, ao tempo que aponta os critérios de participação, seja dos que já estão até os que desejam adentrar;
- A eleição de uma Coordenação Executiva composta de 04 pessoas que se responsabilizam pela convocação e realização das reuniões da Rede, representações, negociações, controle de recurso, registro das discussões, sistematização dos dados, etc., iniciando o processo de autogestão e de maior autonomia;
- Criação de um Fundo Reserva, constituído de 5% sobre o valor total das vendas de cada grupo para garantir a participação destas em eventos de comercialização/divulgação ou de representação;
- A inter-relação com outras Redes e Fóruns de discussão, como exemplo do Grupo de Gestão Local do Complexo Cooperativo do Sisal, que busca alternativas de fortalecimento dos empreendimentos auto-gestionários.

A participação de uma das técnicas do Programa de Gênero no Curso de Extensão sobre Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos provocou o seguinte desdobramento junto à Rede de Produtoras:

- A elaboração de diagnóstico dos grupos já pertencentes à Rede de Produtoras;
- A constituição de dois seguimentos bastante marcados: Alimentação e Artesanato;

O grupo de Artesanato teve participação em Feiras e Exposição na Bahia e em outros estados: ExpoCoité - ExpoFeira – Festa do Sertão – Feira do Semi-Árido (Feira de Santana-BA), FENNEART (Recife-PE), Feira da Cachaça (Brasília-DF), Feira da Agricultura Familiar (Chapecó-SC), FENAGRI (Juazeiro – BA), Exposição de Artes do Instituto Mauá (Salvador-BA).

Por sua vez, os grupos que trabalham com alimentação estão se consolidando como Serviço Alternativo de oferta de alimentos, em especial para as organizações populares, já que a cultura da região é apresentada e trabalhada através dos pratos típicos e da utilização de produtos oriundos da agricultura familiar, em grande medida, adquiridos nas mãos das famílias das integrantes da Rede.

Esses grupos foram responsáveis pela alimentação oferecida nos se-

guintes eventos: Encontro Estadual da Agricultura Familiar (Feira de Santana), Conferência Regional de Segurança Alimentar (Feira de Santana), Encontro Regional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Feira de Santana), Encontros Regionais de Formação de Educadores e Educadoras Populares com ênfase em Cooperativismo de Crédito (Feira de Santana) e Jornada Avaliativa de Projetos Educativos, Econômicos e Sociais – JAPES (Feira de Santana), Lançamento do livro da CAT³, etc. O seguimento alimentação é constituído por diferentes grupos, assim, a coordenação da Rede tem a responsabilidade de identificar os contratos, e, pelo tipo de produto solicitado, encaminhar aos grupos que atendem ao perfil.

A Rede de Produtoras também recebeu o título de Destaque na Feira da Agricultura Familiar em Chapecó-SC, prêmio expedido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário.

1.4. Sobre a transversalidade

1.4.1. Situação Final:

a) Na assistência técnica e extensão rural

- Novas metodologias e práticas de equidade de gênero incorporadas na ATER desenvolvidas pelo Prosperar e monitorada pelas(os) coordenadores(as) do projeto.

b) Na Educação Básica

- Coordenadores(as)/Professores(as) do CAT desenvolvem planejamento pedagógico que contempla a transversalidade de gênero, orientado e monitorado.
- Coordenadores(as)/Monitores(as) da Jornada Ampliada⁴, discutindo, elaborando e monitorando junto os(as) monitores(as), ações estratégicas de equidade de gênero a partir da orientação da equipe de assessoras da Jornada Ampliada.

1.4.2. Atividades Específicas do MOC:

a) Na assistência técnica e extensão rural

³ Projeto Conhecer Analisar Transformar, realizado em parceria do MOC – Universidade Estadual de Feira de Santana e Prefeituras Municipais.

⁴ Atividades complementares à escola nas quais se desenvolvem atividades lúdicas, artísticas e de reforço escolar. Destinam-se às crianças integrantes do PETI que, deste modo, passam a ter acesso a oito horas de escola/dia;



TABELA VII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NAO PREVISTAS	MEDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Encontro c/ TA's ⁶ para construção de instrumentos de gênero para ATER Encontro de assessoria/ monitoramento c/ equipe de coordenação do Prosperar para inserção da dimensão de Gênero	02	02	—	20
	03	01	—	06

b) Na Educação Básica**TABELA VIII**

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NAO PREVISTAS	MEDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Reunião técnica com equipe de assessoria do C&T (MOC) para planejamento e monitoramento pedagógico	02	02	—	10
Reunião com equipe de assessoria a Jornada Ampliada para planejamento e monitoramento das capacitações metodológicas	01	05	—	06
Oficinas de capacitação modular dos(as) monitores(as) da Jornada Ampliada	06	06	—	500

1.4.3. Resultados Alcançados:**a) Na assistência técnica e extensão rural:**

O nosso esforço este ano buscou aprimorar a atuação do(a)s técnico(a)s agrícolas e entidades parceiras de Assistência Técnica e Extensão Rural nos projetos Prosperar, Pfizer (Cabra Escola) e Vida Nova através das atividades de monitoramento e aperfeiçoamento, além de buscar inter-relacionar a atuação desses sujeitos sociais e entidades com as Jovens Lideranças Femininas (Gênero e Cooperativismo de Crédito Rural) e a Rede de Produtoras..

Como resultados, observamos:

- Os técnicos e as técnicas agrícolas demonstram maior sensibilidade em estar inserindo a discussão de gênero em suas atividades, passando a ver a questão não somente como uma temática, mas como um dos elementos fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar;

⁶ Técnicos e Técnicas Agrícolas.

- Prioridade na participação conjunta, esposo e esposa, nas reuniões e cursos promovidos pelos projetos;
- Capacitação das mulheres em temática que até então não tinham o domínio - planejamento da propriedade, convivência com o semi-árido e manejo de criatórios;
- Em Nova Fátima foi criada a Associação de Jovens Trabalhadores Rurais com participação das mulheres, seja na direção, seja nas atividades de horticultura, galinha caipira, apicultura e beneficiamento de frutas;
- Assistência Técnica Sistêmica estabelecendo como critério obrigatório à participação integral de toda a família, tendo mulheres e jovens como sujeitos integrantes do processo, desde a discussão do planejamento da propriedade, até a definição e gestão do projeto produtivo;
- Projetos elaborados e gerenciados por mulheres, com investimentos em: criação de galinha caipira, caprinos e ovinos, beneficiamento de umbu e frutas típicas da região, produção de tempero, beneficiamento da mandioca, artesanato em fibras vegetais, fabricação de bijuterias e material de limpeza.
- No projeto Cabra Escola foram desenvolvidos 9 projetos gerenciados por mulheres, estas foram capacitadas em gerenciamento da propriedade, segurança alimentar e manejo de criatórios.

b) Na Educação Básica

Em 2003, foi dado prosseguimento ao processo de capacitação do(a)s monitro(a)s da Jornada Ampliada, tendo neste ano a ênfase em gênero e sexualidade. As capacitações foram construídas a partir da discussão da construção histórica da sexualidade e suas implicações sociais, além de reforçar as informações já acumuladas pela formação anterior e a experiência cotidiana das pessoas. Estas oficinas serviram como orientação para o(a)s monitro(a)s compreenderem melhor a questão da sexualidade, assim como para desenvolverem com maior propriedade suas atividades junto às crianças do Peti.

Foram identificados como resultados desse processo:

- Mudanças de postura na divisão de tarefas;
- Incorporação de imagens positivas da mulher nos textos e material didático trabalhado;
- Realização de seminários, oficinas e palestras sobre o tema com a comunidade;
- Iniciativas de contatos com profissionais de áreas afins para esclarecer dúvidas e discutir questões específicas;
- Encaminhamento de situações problemas aos órgãos e profissionais competentes – Conselho da Criança e Adolescente, psicólogos, ginecologistas;



- Reuniões com pais e mães para discussão da proposta de inserção da temática no processo de formação de seus filhos e filhas, entre outras iniciativas.

Em relação ao CAT e Baú de Leitura, consideramos que, tanto uma equipe quanto outra, têm garantido a manutenção da transversalidade de gênero em suas ações e os resultados desse ano passaram pela continuidade dos aspectos que foram potenciados o ano passado, ou seja:

No CAT/Baú de Leitura:

- Realização de dias de estudos nos encontros de avaliação e planejamento, garantindo a inserção da temática nas fichas pedagógicas produzidas pelos professores e professoras;
- Atenção às questões sociais e de gênero nas oficinas de conteúdo curricular básico realizadas por professores/professoras e estagiários(as);
- Utilização de cartilhas, panfletos, prospectos e matérias produzidos pelo MMTR e seus parceiros;
- Utilização do calendário de lutas do MMTR e Movimento Feminista nas comemorações escolares;
- Presença de pais e mães nas atividades escolares, com crescente participação dos homens;
- Utilização de livros que problematizam a diversidade e a convivência com a diferença.

2. Resultado 02: Sociedade civil participa, de forma efetiva, na formulação de políticas de interesse social.

2.1. Formação de jovens lideranças (1ª. Fase e 2ª Fase)⁶ para interferência e utilização dos espaços públicos de participação sistemática.

2.1.1. Situação Final:

MMTR da região de Feira e Sisal conhece e participa dos espaços constitucionais de participação e controle social de maneira articulada, através da atuação das Novas Educadoras de 1ª e 2ª Fase:

- Elaborando propostas para orçamento;
- Apresentando e negociando no e com legislativo;
- Monitorando a inserção das propostas na LDO e LOA;

⁶ Grupo de jovens que foram identificadas pelo MMTR de cada município e passaram por um processo de sensibilização para atuação junto aos grupos organizados de mulheres em 2001 e 2002.

2.1.2. Atividades Específicas do MOC:

TABELA IX

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Curso regional (2 dias) para Novas Lideranças 1 e 2 fase sobre espaços de participação e controle social	01	01	—	45
Encontros regionais (2 dias) para monitoramento e re-planejamento da intervenção	02	02	—	45

2.1.3. Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

TABELA X

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Dias de Estudo municipal para levantamento e sistematização de demandas de PolPub	08	12	—	20
Dias de Estudo municipal para apresentação e negociação de proposta a LDO e LOA	08	08	00	20
Participação nas sessões das Câmaras de Vereadores(as) para apresentar propostas e/ou para monitorar as propostas apresentadas a LDO e LOA	—	54	54	—

2.1.4. Resultados Alcançados:

Em parceria com o Sub-programa de Conselhos, deu-se continuidade ao processo de capacitação e monitoramento das novas lideranças do MMTR em políticas públicas (PPA, LDO e LOA) e conselhos municipais de gestão. Para garantir as trocas de experiências e melhor conduzir operacionalmente este processo, as 45 Jovens Lideranças 1º e 2º fase foram capacitadas e acompanhadas de forma conjunta.

Os principais resultados foram:

- 418 mulheres dos municípios de atuação do MMTR Feira e Sisal sensibilizadas e informadas pelas Novas Lideranças sobre orçamento público municipal;
- Aquisição de cópia do orçamento público municipal, através de solicitação escrita a Câmara de Vereadores de todos os municípios de atuação do MMTR regional;
- 178 mulheres estudaram o orçamento e formularam propostas que visam melhorar a qualidade de vida das mulheres no meio rural, as mesmas foram apresentadas aos legislativos municipais, por meio de documento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, na utilização da Tribuna Livre e em outros, via Parlamentares da Bancada da Esquerda;

- Os conteúdos das propostas estiveram relacionados em implantação da Delegacia Regional de Defesa dos Direitos das Mulheres, atendimento médico nos postos de saúde, construção de áreas de lazer nas comunidades, ampliação do atendimento médico ginecológico e das cotas para realização de exames laboratoriais, construção de hortas comunitárias e participação no programa PIMC e implementação do Plano Integral de Saúde da Mulher;
- Outras propostas apresentadas a diferentes órgãos governamentais foram: solicitação de trator comunitário (CAR) e postos telefônicos para cinco comunidades rurais (Telemar), em SB e audiência pública com a Juíza de Direito para discussão dos meios necessários para garantir a implantação da delegacia Regional de Defesa dos Direitos da Mulher;
- Acompanhamento sistemático de 08 representantes do MMTR nas sessões das Câmaras de Vereadores dos municípios;

2.2. Apoio às mobilizações, manifestações e lutas específicas do MMTR

2.2.1. Situação Final:

- MMTR da região de Feira e Sisal participando e promovendo de forma articulada campanhas e/ou mobilizações como: 8 de março, Simbahia Rural/ Nenhuma trabalhadora sem documento, Marcha das Margaridas.

2.2.2. Atividades Específicas do MOC:

TABELA XI

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MEDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Dia de Estudo Regional para montagem de campanhas de documentação.	01	01	—	25
Encontro Regionais para monitoramento da campanha	01	01	—	25
Encontro Regional para montagem da estratégia de comemorações do 8 de Março.	—	02	02	50
Encontro Regional para discussão e montagem das estratégias de participação e organização das Marchas das Margaridas, Bahia e Brasil	—	07	07	35
Reunioes p/ articulação locais/regionais s/ Campanha em Defesa da Aposentadoria da Dona de Casa	—	02	02	50
Reunioes p/ monitoramento e avaliação da Campanha em Defesa da Aposentadoria da Dona de Casa	—	06	06	20
Mobilização de abertura da Campanha em Defesa da Aposentadoria da Dona de Casa	—	01	01	200
Encontro Regional p/ discutir metas do Comitê Nacional em Defesa da Aposentadoria da Dona de Casa.	—	01	01	80

2.2.3. Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

TABELA XII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NAO PREVISTAS	MEDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Realizações de campanhas radiofônicas	02	02	—	—
Audiências públicas com Secretaria Aspetorias da Fazenda Estadual	04	02	—	07
Apoio à realização de encontros comunitários para discutir a importância dos documentos pessoais e do bloco de notas fiscais	—	25	25	50
Reuniões municipais para discussão e preparação das comemorações do Dia Internacional da Mulher – 8 de Março	—	27	27	20
Apoio a mobilizações/comemorações sobre o Dia Internacional da Mulher – 8 de Março	10	10	—	200
Reuniões municipais para discussão e preparação das mobilizações das Marchas das Margaridas – Bahia e Brasil	—	28	28	30
Apoio à realização de discussões comunitárias sobre o significado do 8 de Março e da Marcha das Margaridas	—	35	35	60
Realização/participação em Programas de Rádio e/ou TV sobre as reivindicações da Marcha das Margaridas – Bahia e Brasil	—	20	20	—
Apoio a realização da Marcha das Margaridas Bahia	—	01	01	1000
Apoio a participação na Marcha das Margaridas Brasil – 2005 razões para marchar	—	01	01	90
Apoio à elaboração de Boletim Especial Marcha das Margaridas	—	—	01 Edição	5000
Realização/participação em Programas de Rádio e/ou TV sobre a Campanha em Defesa da Aposentadoria da Doira de Casa	—	12	12	06
Montagem de spots e sinhetas sobre a Campanha em Defesa da Aposentadoria da Doira de Casa	—	06	06	—
Mulheres p/ apresentação da proposta da Campanha em Defesa da Aposentadoria da Doira de Casa e coleta de assinatura em locais públicos: Mercado Municipal de Artes, Escolas Públicas, Bairros	—	29	29	—

2.2.4. Resultados Alcançados:

Uma das formas do MMTR construir propostas de políticas públicas mais amplas tem sido nos espaços de articulação regional e estadual. Este ano os apoios e assessorias do Programa de Gênero foram no sentido de garantir uma maior articulação e visibilidade às reivindicações, mobilizações, mani-



festações e lutas específicas abraçadas pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres.

Deu-se continuidade às reivindicações para garantia da implementação do SIMBAHIA RURAL, à mobilização das Marchas das Margaridas com uma pauta de reivindicação que envolveu meio ambiente, acesso das mulheres à terra, salário mínimo, saúde pública com assistência integral da mulher e violência sexista, o 08 de Março com reivindicações de políticas públicas regionais e mais recentemente, a Campanha em Defesa Aposentadoria da Dona de Casa com a mobilização nacional para aprovação da PEC...

Destacamos como resultados alcançados:

- A divulgação e cobertura da Marcha das Margaridas pelas rádios comunitárias dos municípios dos territórios do Paraguaçu e Sisal;
- A divulgação e cobertura da Marcha das Margaridas pelas rádios comerciais: Sisal (CC), Sociedade, Carioca, Subaé e TV Subaé – Transmissora da TV Globo em Feira de Santana;
- Realização de especiais nos programas radiofônicos do MMTR de Araci e Retiroândia (Programas A Voz da Mulher e Mulher em Ação) que são produzidos e apresentados pelas representantes do MMTR sobre o 08 de Março e Marcha das Margaridas;
- As mobilizações municipais para aquisição de recursos com a finalidade de cobrir as despesas da Marchas das Margaridas;
- Doação das comunidades e da Rede de Produtoras da alimentação distribuída para as integrantes da Marcha das Margaridas Bahia que envolveu 1.000 mulheres da região de Feira e Sisal e Litoral Norte;
- A construção de uma pauta de reivindicações estadual inclusive com a defesa da permanência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Das reivindicações e negociações firmadas com o Governo Federal até o momento foram cumpridas a obrigatoriedade do registro do nome da mulher e do homem nos títulos de posse de áreas de reforma agrária, a diminuição do teto de habitantes para a implantação das Delegacias de Defesa dos Direitos das Mulheres, a ampliação do PRONAF Mulher, a dimensão de gênero no Plano Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural para a Agricultura Familiar, Campanha Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais;
- Elaboração de um Boletim Especial sobre a Marcha das Margaridas como instrumento de divulgação da mobilização, sua importância e seus resultados;
- Capacitação de 14 representantes do MMTR pelas Inspetorias da Fazenda para preenchimento do Documento de Identificação Cadastral – DIC para inscrição no SIMBAHIA RURAL;
- 36 inscrições e aquisições da nota fiscal individual do trabalhador e trabalhadora rural - SIMBAHIA RURAL;

- Elaboração de 3 diagnósticos sobre a situação da documentação das mulheres que fazem parte do MMTR nos municípios de Conceição do Coité, Santa Luz e Teofilândia;
- Cerca de 400 pessoas sensibilizadas e informadas sobre a importância do Bloco de Notas - SIMBAHIA RURAL;
- Realização de eventos de mobilização e reivindicação no 08 de Março sobre saúde integral da mulher e direitos sexuais e reprodutivos, rede de proteção para as mulheres em situação de violência, recursos hídricos, previdência social para as mulheres, PETI;
- Constituição de uma comissão em Defesa da Aposentadoria da Dona de Casa;
- Estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil (Sindicatômica, Sindicato dos Rodoviários, Fórum de Mulheres Feirense, Igreja Católica, Associações de Bairros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Rede de Produtoras, Movimento da Cidadania, Cáritas e FRENEF) na Campanha em Defesa da Aposentadoria da Dona de Casa;
- Apoio de parlamentares Estaduais e Federal e comércio local para manutenção da Campanha em Defesa da Aposentadoria da Dona de Casa;
- Apoio e concessão de entrevistas pelas mulheres às rádios Sociedade, Princesa FM, Subaé, São Gonçalo FM, Nordeste FM e Cultura e da TV Subaé – Transmissora da TV Globo em Feira de Santana;
- Instalação de pontos de coleta em 23 comunidades de Feira de Santana, Serra Preta e Santa Bárbara para recolhimento de assinaturas para aprovação da PEC... na Câmara dos Deputados em Brasília; Coleta de 10.000 assinaturas.

2.3. Apoio à participação no PETI

2.3.1. Situação Final:

- MMTR Regional participa de forma articulada do Fórum da Sociedade Civil do PETI e acompanham os municípios para estimular e monitorar a participação das mães no programa

2.3.2. Atividades Específicas do MOC:

TABELA XIII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE.
Seminário regional (1 dia) para traçar interferência do MMTR no PETI	01	02	—	50
Encontro regionais (1 dia) para monitoramento da participação do MMTR no PETI	01	02	—	50

2.4. Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

TABELA XIV

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NAO PREVISTAS	MEDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Dias de Estudo para planejamento e monitoramento da participação do MMTR no PETI	14	10	—	20
Dias de estudo para acompanhar participação dos grupos de base no PETI	14	19	05	20
Reuniões mensais com Comissão Municipal de Mães do PETI	—	08	08	20
Participação nas reuniões municipais do Grupo Gestor do PETI	—	10	10	—
Ação as representantes dos MMTR's para participação nas reuniões do Fórum da Sociedade Civil	09	08	—	30
Cursos específicos para as mães do PETI	—	04	04	30
Dias de estudo com mães do PETI sobre saúde reprodutiva	—	02	02	25

Resultados Alcançados:

Para incentivar e buscar envolver o MMTR em dimensões e lutas mais amplas sem perder a característica das lutas específicas do movimento de mulheres, optamos por oferecer aos grupos informações sobre esse contexto maior, incentivar a reflexão da relação desse contexto com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, inclusive das mulheres e estimular a participação do movimento organizado nos espaços de discussão, implementação e monitoramento de políticas governamentais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nesse sentido, tivemos resultados bastante interessantes no que diz respeito ao acontecer desse programa e o envolvimento do MMTR. Podemos destacar como contribuições a esse processo:

- Atuação do MMTR no Fórum da Sociedade Civil do PETI, tendo como uma das suas ações: o esclarecimento sobre o programa, levantamento de demandas e propostas, incentivo à participação das famílias nas Jornadas Ampliadas, levantamento de assinaturas para abaixo assinado entregue ao então Ministério de Assistência Social;
- Participação na Comissão Mista Estadual, na qual têm representação os Pólos Sindicais, MMTR, Prefeituras, MOC e Deputados e Deputadas, com a finalidade de discutir junto ao Ministério de Assistência Social a continuidade do Programa;
- Representação dos MMTR's nos Grupos Gestores do PETI dos municípios Araci e Retiroândia e acompanhamento nas reuniões dos Grupos



Gestores do PETI nos outros municípios, mesmo não tendo representação legal;

- Acompanhamento dos MMTR's do Programa Agentes de Família e realização de trabalhos em conjunto;
- Em Conceição do Coité, a comissão comunitária de mulheres de Ipoeirinha acompanha sistematicamente a Unidade da Jornada Ampliada e recentemente realizou abaixo-assinado com a finalidade da Prefeitura assegurar a reforma da UJA⁷ em 2004;
- Em Araci, o MMTR acompanha a comissão municipal das mães do PETI. Em meados do ano, as mães juntamente com o MMTR organizaram uma filmagem, mostrando a precariedade do programa, tendo como foco principal as más condições do Depósito Municipal do PETI. Após a filmagem a Prefeitura providenciou mudar o local de armazenagem dos alimentos, adquirindo, assim, espaço com melhores condições sanitárias;
- A ampliação do número de mulheres na comissão municipal de mães que hoje agrega cerca de 100 mães representantes de diversas comunidades do município de Araci;
- Em parceria com PAF⁸ e coordenação de monitores/as, o MMTR de Teofilândia organizou reuniões com as mães com a finalidade de discutir a importância do programa e os problemas do mesmo. Nesse processo foram envolvidas cerca de 140 mães e elaboradas 5 propostas de melhoria das condições de funcionamento do PETI, sendo negociadas junto ao Grupo Gestor do município;
- Cerca de 95 mães foram capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional e, segundo relatos, estão utilizando os conhecimentos adquiridos na preparação das refeições familiares, e, em alguns casos, no preparo das alimentações da Jornada Ampliada.

2.5. Estímulo à participação nos espaços de decisão do CODES⁹

2.5.1. Situação Final:

- MMTR de Feira e Sisal dispõem de mais e melhores conhecimentos e habilidades suficientes para participação efetiva no Consórcio de Desenvolvimento do Território Sisaleiro da Bahia;
- MMTR de Feira e Sisal tem representação institucional no Consórcio de Desenvolvimento do Território Sisaleiro da Bahia.

⁷ Unidade da Jornada Ampliada

⁸ Projeto Agentes de Família

⁹ Consórcio de Desenvolvimento do Território Sisaleiro da Bahia



2.5.2. Atividades Específicas do MOC:

TABELA XV

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Seminário regional de formação em DLIS e para fazer interferência do MMTR no CODES	01	01	00	30
Encontros regionais para monitoramento da participação do MMTR no CODES	01	01	00	30

2.5.3. Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

TABELA XVI

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Apoio as representantes dos MMTRs para participação nas reuniões do CODES	04	05	00	—

Resultados alcançados:

Para fazer conhecer e incentivar o MMTR da região de Feira e Sisal a discutir políticas em atenção às mulheres rurais, dentro da nova concepção de desenvolvimento sustentável a partir da discussão da territorialidade, o Programa de Gênero buscou inicialmente oferecer ao movimento informações sobre essa nova proposta de desenvolvimento e suas implicações para a região, além de incentivar a participação efetiva e representação institucional do movimento no Consócio de Desenvolvimento do Território Sisaleiro da Bahia.

Como primeiros resultados dessa ação podemos destacar:

- A discussão e elaboração de propostas que contemplassem as mulheres rurais nos fóruns de discussão do MMTR;
- Apresentação e negociação das propostas levantadas pelo MMTR no CODES;
- Aprovação do projeto de aquisição de espaço para a venda de produtos da região, inclusive da rede de produtoras;

2.6. Apoio e fortalecimento à organização institucional do MMTR

2.6.1. Situação Final:

- MMTR's dos municípios de SL e TF com identidade política e estrutura organizacional discutida e definida;

- Secretaria de Mulheres dos STR's de CC e VL com Projeto Político definido e planejamento estratégico elaborado e monitorado MMTR/Secretarias de Mulheres dos 10 municípios com planejamentos estratégicos elaborados;
 - MMTR's oficializados com planejamentos estratégicos elaborados, executados e monitorados e captando recursos locais para sua gestão;
- § Estrutura Organizacional e Planejamento Estratégico do MMTR Regional definido e monitorado.

2.6.2. Atividades Específicas do MOC:

TABELA XVII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Oficinas Sub-regionais para definição, elaboração e monitoramento do Projeto Político e Planejamento Estratégico	09	09	00	30

2.6.3. Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

TABELA XVIII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES POR ATIVIDADE
Dias de estudo municipais sobre planejamento estratégico	16	57	41	30
Dias de estudo comunitários para formação e implementação de ações junto as Comissões Comunitárias de Mulheres.	—	65	65	20
Apoio a realização de festas para avançar fundos financeiros para o MMTR.	—	26	26	—
Apoios a Assembléias municipais de Fundação e ou Prestação de Contas e Planejamento dos MMTR's municipais.	—	05	05	70
Apoios para participar de atividades e eventos intermunicipais.	20	07	—	—
Apoio a negociações junto a rádios comunitárias para aquisição de espaço para programa do MMTR.	—	05	05	30
Apoio à realização de programas de rádio do MMTR nas Rádios Comunitárias	—	64	64	—
Apoio a confecção de Boletins municipais/regionais.	—	02	02	5500
Apoio a participação das discussões e do Conselho Gestor do Fome Zero	—	12	12	—

Resultados alcançados:

No âmbito do fortalecimento institucional dos MMTR's municipais e regional, a ênfase do Programa de gênero está centrada na construção do

projeto político e planejamento estratégico de ação. Por sua vez, nos municípios onde o MMTR é mais recente buscamos construir junto com o movimento a sua identidade política e definir a sua estrutura organizacional.

Essa perspectiva se justifica no que diz respeito aos MMTR's mais antigos para impulsionar a construção de sua autonomia institucional e orientar a sua ação de forma a potencializar seus recursos e, nos mais recentes, no sentido de não incorrer nos equívocos e desvios de trajetória provocada pela confusão histórica do MMTR da região entre movimento autônomo e departamentos de entidades sindicais com pouca ou nenhuma autonomia e uma confusão identitária que lhe rende uma ação dispersa e pouco eficaz.

Nessa perspectiva, o caminho a ser percorrido ainda é longo, mas já podemos contabilizar alguns resultados importantes, são eles:

- 08 dos 11 municípios do MMTR da Região de Feira e Sisal com Planejamentos Estratégicos elaborados e monitorados trimestralmente nas comissões sub-regionais e mensalmente nas reuniões das coordenações municipais. Os municípios de Araci, Serrinha e Valente ainda apresentaram maior dificuldade no monitoramento de suas ações, porém os outros, mesmo sem contar com a presença da equipe de assessoria do MOC, realizaram seus monitoramentos. Em alguns casos suas ações foram redimensionadas de acordo com a conjuntura local, foi o caso de Santa Luz que, devido ao fechamento da Rádio Comunitária priorizou maior tempo na luta pela reabertura da Santa Luz FM;
- Os municípios de Araci e Retirolândia já organizam suas documentações para Prestação de Contas e realizam Assembléias de Prestação de Contas sem necessitar da presença da Assessoria;
- Um dos principais problemas enfrentados pelos MMTR's é a ausência de recursos financeiros, provocando assim a dependência do MOC e das entidades parceiras; a fim de diminuir tal dificuldade, de forma provisória, foi montada uma agenda de mobilizações para alavancar fundos, tendo sido realizadas rifas, festas, sorteios, arrecadação em comércio, torneios, venda de caruru, bingos e pescarias;
- Realização da Assembléia de Fundação do MMTR de Teofilândia e constituição da sua identidade jurídica;
- Os cinco municípios oficializados apesar da pouca experiência acumulada no que diz respeito ao setor de Gestão Administrativa e Financeira, fazem a gestão participada da organização, tendo inclusive em Teofilândia que é o caçula dos movimentos oficializados, esta metodologia como uma prática constante;
- Cerca 200 mulheres pagam em dia suas mensalidades às Coordenadoras Comunitárias e as mesmas prestam contas mensalmente às Coordenadoras Tesoureiras;

- A elaboração dos registros das ações do MMTR pelas Coordenadoras Secretárias;
- Com a finalidade de formar quadros e manter fortalecidas as bases do MMTR, cada município, durante o ano, priorizou cerca de cinco comunidades de atuação, formando em cada uma delas comissões comunitárias as quais, sistematicamente, estão sendo capacitadas pelo MMTR; as mesmas elegeram suas coordenadoras locais que as representam nas reuniões da coordenação municipal;
- Nos municípios de Valente e Conceição do Coité a Comissão Municipal realizou seu planejamento em conjunto com a Secretaria de Mulheres do STR, identificando quais são as ações desenvolvidas pelo movimento e quais são pela secretaria;
- Visando ampliar a visibilidade do movimento no município, os MMTR's desenvolveram ações que apresentassem à população local as conquistas e os desafios do movimento, utilizando instrumentos de Jornal Escrito, Jornal Mural e Programas de Rádios Comunitárias. Nesse último exemplo destacam-se os municípios de AR e RT com os Programas A Voz da Mulher e Mulher em Ação, ambos planejados e executados semanalmente por representantes do MMTR;
- Os MMTR's participaram ativamente das discussões municipais Comissões do Fome Zero, tendo representação;
- MMTR regional com representação nas Conferências Regional e Estadual de Segurança Alimentar;
- O MMTR regional com representação no Fórum de Educação do Campo;
- Em Santa Luz, foi planejado e iniciado o processo de discussão do Movimento de Mulheres; no município, foram instituídos dois grupos de mulheres: um denominado de trabalhadoras rurais e um outro de trabalhadoras urbanas; entretanto, a localidade tem características marcadamente rurais, assim sendo durante o processo de legalização foram criados espaços de discussão entre os dois grupos, chegando ao consenso de constituir um único organismo. Os passos iniciais já foram dados, as comunidades de atuação do movimento de mulheres já iniciaram o processo de discussão, o levantamento das sócias fundadoras foi constituído, o estatuto foi discutido e elaborado.

III. CONQUISTAS E DESAFIOS

Acreditamos que os resultados apontados já oferecem subsídios para uma avaliação cautelosa e realista das conquistas e dos desafios ainda postos ao Programa de Gênero e os grupos com que se relaciona; portanto, aqui serão feitos alguns destaques que nos parecem imprescindíveis.

• **No âmbito da assessoria e capacitação do MMTR:**

Este ano houve uma melhor estruturação da ação, seja dos MMTR's municipais, seja do MMTR regional que buscou através da construção do seu projeto político e planejamento estratégico uma atuação mais centrada, potencializando ações e recursos. Uma gestão mais autônoma, a preocupação com a sustentabilidade financeira ficou evidente a partir do esforço das coordenações, no sentido de prover o movimento de recursos, seja através de ações de arrecadação de fundos, seja através da campanha de filiação estabelecida em alguns municípios.

É evidente a renovação dos grupos a partir da inserção das novas lideranças (1º e 2º fases) nas Coordenações Municipais e Comunitária trazendo novo fôlego ao trabalho nas comunidades, municípios e refletindo nas ações da região. A constituição e delimitação de grupos comunitários e comissões comunitárias também tem favorecido a descentralização e revelado potenciais lideranças para garantir a continuidade e ampliação do movimento.

Apesar da discussão de territorialidade ter tomado corpo, no segundo semestre do ano, o MMTR já havia despertado para a necessidade de articular ações estratégicas para o desenvolvimento da região, ou seja, do território, nessa perspectiva, este ano o movimento conseguiu dar passos importantes na inserção de preocupações mais amplas e significativas, como o monitoramento de programas Federais e Estaduais, a exemplo do PETI e do PIMC. Mas, ainda se faz necessário uma atuação mais consistente quanto a sua capacidade propositiva e de monitoramento de políticas públicas locais e regionais nos orçamentos públicos, apontando o desafio do fortalecimento das parcerias com as entidades que formam o capital social da região.

Um salto importante foi dado no âmbito da visibilidade dos grupos, seja através da utilização mais contundente dos meios de comunicação disponíveis, seja através das representações do MMTR em diferentes espaços: direções dos STRs's, Cooperativas de Crédito Rural, CODES, Fóruns, Conselhos Locais de Gestão, etc. Entretanto, ainda se faz necessário dotar essas representações de uma postura mais pró-ativa nesses espaços já conquistados.

A Rede de Produtoras mostrou-se, enquanto potencial na promoção da geração de trabalho e renda, mas é um grande desafio. A diversidade de grupos, a baixa capacidade produtiva, dificuldades de gestão financeira e associativa, a dificuldade de relacionar a questão da renda com as questões mais amplas, o conflito constante entre economia solidária e economia capitalista, o pouco envolvimento destas com o Movimento de Mulheres e a ausência de créditos em condições de acesso serão prioridades para a sua consolidação.

• **No âmbito da transversalidade:**

Aqui, alguns frutos foram importantes para fortalecer essa dimensão do Programa de Gênero, especialmente no que se refere à continuidade e aprimoramento da nossa ação junto aos Sub-programas de ATER, Recursos Hídricos, PETI (Agentes de Família) e Educação Rural especialmente as Jornadas Ampliadas.

Oferecer subsídios para a inserção ou manutenção da perspectiva de gênero tem sido a nossa maior contribuição a esses Programas e Sub-programas. A reflexão e construção coletiva das ações tem sido mais fortemente realizada nos Programas/Sub-programas de Educação Rural e ATER.

No Sub-programa de Fortalecimento da Sociedade Civil foram interessantes as capacitações realizadas junto aos Pólos Sindicais, no sentido de estimular a inserção do debate de gênero numa proposta de trabalho mais regional e o monitoramento da situação das relações de gênero realizado junto a COOPERJOVENS, exemplo de equidade de gênero numa entidade de jovens desde sua estrutura até suas ações. Outra iniciativa que consideramos possível de ser aprofundada foi o processo de sensibilização junto a grupos de jovens de Conceição do Coité e Santa Luz que rendeu o nosso compromisso de buscar contribuir com a organização dos/as jovens desses municípios.

Poucos passos foram dados no sentido da construção de instrumentos de monitoramento mais consistentes para os Programas e Sub-programas. Apesar dos nossos esforços nessa perspectiva, esse será, com certeza, o nosso maior desafio para 2004.





I – INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Rural tem como objetivo maior: **contribuir na construção de uma proposta de educação formal, a serviço do desenvolvimento local e territorial, que respeite e valorize a cultura e a realidade rural e contribua para melhorar a qualidade da educação na região, através dos seguintes objetivos específicos:**

- Formação continuada e em serviço de professores(as) municipais rurais, dentro de uma proposta metodológica que respeite e valorize os povos do campo, sua cultura, seu trabalho, construindo-se o conhecimento a partir da realidade e contribuindo para formulação de Políticas Públicas Educacionais para as escolas do campo (Projeto CAT);
- Formação de monitores(as) e coordenadores(as) da Jornada Ampliada para uma atuação mais coerente com os princípios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com a realidade rural, junto às crianças egressas do trabalho explorador;
- Formação de educadores(as)/leitores(as), (monitores(as) e professores(as)), para desenvolver no espaço escolar da Jornada Ampliada e/ou na Jornada Regular, atividades de leitura de forma consciente, crítica e prazerosa.

Na busca de atingir tais objetivos, a atuação deste Programa centrou-se em duas linhas estratégicas de ação:

- a) Formação e acompanhamento dos coordenadores(as) municipais dos três sub-projetos (CAT, Baú de Leitura e Jornada Ampliada);
- b) Formação do grupo base: sejam professores, monitores e educadores/leitores, que atuam diretamente com as crianças.

As ações foram, nos três sub-programas, desenvolvidas em parcerias estabelecidas, seja com órgãos municipais de gestão (Secretarias Municipais de Educação e Assistência/Ação Social, Grupo Gestor), com órgãos estaduais, Universidade Estadual de Feira de Santana e entidades da sociedade civil organizada.

Tendo como base esta caracterização do Programa, pontuamos, a seguir, as ações desenvolvidas pelos sub-programas na busca de concretizar os objetivos propostos.

II – AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

- 1 – Sub-Programa: Formação Continuada de Professores Rurais
 - CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a realidade rural)



O Sub- Programa teve, em 2003, a seguinte abrangência:

TABELA I

Nº de municípios envolvidos	Nº de professores/as	Nº de escolas	Nº de alunos	Nº de coordenadores municipais	Associações MOC/UEFS	Nº de estagiários
09	391	210	7.031	13	06	07 bolsistas e alguns voluntários

1.1. Estratégias, ações e atividades desenvolvidas a partir do Planejamento 2003.

Estratégia 01: Formação Filosófica e Metodológica dos professores/as rurais numa dimensão de ação-reflexão-ação, voltada para o Desenvolvimento Local Territorial.

Situação Final 01:

- Coordenadores/as e professores/as mais experientes no Projeto, assumindo de forma mais autônoma o processo metodológico do CAT, realizando os encontros Intermunicipais de avaliação e planejamento, visitas e outras ações formativas, a partir de um planejamento conjunto.
- Coordenadores/as novos/as conhecendo mais o projeto, vivenciando melhor a proposta em seus municípios.

a) Estratégias de Ação para a situação final 01.

Para viabilizar o trabalho optou-se por trabalhar com dois grupos de municípios, cada um com nível diferenciado de experiências, realizando momentos periódicos de avaliação e planejamento.

Ainda neste sentido, realizou-se seminários com Secretários Municipais de educação, objetivando aproximá-los mais do processo de construção da proposta.

b) Ações do MOC realizadas na direção das situações finais

TABELA II

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de participantes
Reuniões com Secretários/as de Educação	02	01	-	15	15
Reuniões da Equipe de Assessoria MOC/UEFS	15	20	05	13	10 a 13
Reuniões da Coordenação Geral	06	07	01	20	20



Como capacitação, foi realizada ainda uma Viagem de Intercâmbio, de professores, técnicos e secretários de educação municipais, promovida pelo MOC, ao SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) em Pernambuco, para participar do Encontro Latino Americano de Centros Ecotecnológicos.

c) Ações dos grupos decorrentes do processo de formação

Os coordenadores desenvolveram/dinamizaram as seguintes atividades:

• Reuniões de Avaliação das Unidades Letivas

Aconteceram reuniões de avaliação da unidade em cada município, antecedendo os encontros intermunicipais. Espaço em que todos os professores municipais avaliaram suas ações, práticas e vivência ligadas ao Projeto, na unidade escolar que findou. Os coordenadores levantaram informações, avanços e limites na aplicação do Projeto, para subsidiar os encontros intermunicipais, juntando-se a outras trazidas por outros municípios.

• Encontros Municipais para Estudo da Ficha Pedagógica

Foram realizados 42 **encontros municipais** nos 09 municípios, para estudo e aprofundamento das Fichas Pedagógicas. Estes estudos, anteriormente, eram coordenados pela equipe de assessoria (MOC/UEFS) e, gradativamente, foram sendo assumidos pela coordenação municipal.

• Visitas e Monitoramento do trabalho dos professores em sala de aula

Além das atividades acima citadas e das oficinas temáticas, os coordenadores visitaram mensalmente as escolas. Estas visitas foram instrumentos de aprofundamento, de acompanhamento “in loco” e uma oportunidade de contato com a comunidade, vendo sua inserção na escola.

Situação Inicial 02:

- Proposta de Educação rural ampliada para professores/as de 02 (dois) novos municípios e aprofundamento para os já atuantes;
- Professores/as valorizando mais a realidade rural em sala de aula, buscando o envolvimento e participação da família e da comunidade na proposta;
- Professores/as sensibilizados e envolvidos na construção do processo de Desenvolvimento sustentável do município

a) Estratégias de Ação

Promover processos de estudo e aprofundamento das propostas filosófica e metodológica do Projeto CAT com professores novos.

Promover processos de avaliação e planejamento com professores/as e coordenadores/as dos municípios;

Assessorar os professores (nos encontros intermunicipais de avaliação e planejamento), através de estudos temáticos relacionados a Diretrizes Operacionais, participação cidadã (articulação entre agentes sociais do município, construindo espaços de discussão entre estes atores), valorização da vida rural, relações sociais de gênero, etnia e geração, vivenciando mais o processo de Desenvolvimento Sustentável;

b) Ações do MOC realizadas em direção a estas situações finais

TABELA III

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de participantes
Encontro com professores novos	01	02	01	45	80
Encontros de Avaliação e planejamento das unidades Letivas	04	07	03	50	50
Encontro de Avaliação Final	01	01	-	30	30

Vale destacar que em todos os eventos de formação, sempre foram realizados momentos de estudo com temáticas como relações sociais de Gênero, DLS, contribuição de esportes na saúde e vida das pessoas e seu papel social, elementos nutricionais dos produtos colhidos e consumidos pelas famílias. Isso contribuiu para uma melhor vivência do Projeto e atuação dos educadores, como agentes sociais de mudança, ao nível municipal.

c) Ações dos Grupos em decorrência do processo de formação

Temas trabalhados pelos professores em sala de aula

Para atingir estes objetivos, este ano, foram planejados, trabalhados e avaliados com os professores, alunos e famílias, os seguintes temas:



TABELA IV

Unidade letiva	Municípios	Tema
I ¹⁰	Grupo 1 e 2	A vida na comunidade • Identidade pessoal, familiar e local. • Convívio social
II	Grupo 1	O homem rural no semi-árido e sua sobrevivência • Preservação da natureza (animais, água, poluição, desmatamento x reflorestamento) • Trabalho agrícola – plantio temporário e permanente.
	Grupo 2	• Convivência com o semi-árido • Trabalho agrícola x preservação da natureza
III	Grupo 1	O trabalho no semi-árido • Colheita e não colheita • Aproveitamento dos produtos, armazenamento. • Segurança alimentar
	Grupo 2	Colheita ou não colheita no semi-árido • Alimentos • Armazenamento x saúde
IV	Grupo 1	Saúde e vida na comunidade • Esporte e lazer • Formas de violências
	Grupo 2	A vida no campo, agora, após a colheita • Emprego x desemprego x trabalho • Esporte e saúde

O desenvolvimento destes temas com alunos e comunidade oportunizou ações concretas bem interessantes, não só de pesquisa dos alunos sobre a realidade local, como também reunião com os pais e palestras destes na sala de aula. Muitos pais ou mães foram convidados a irem à sala de aula contar como era a vida, o meio ambiente, as aguadas, nos anos atrás, comparando com hoje; ou a falar sobre o plantio, o armazenamento, o aproveitamento das plantas medicinais locais, etc. Enfim, foram momentos de troca e construção de conhecimento que não se encontram nos livros didáticos, mas que se constituem em conhecimento importante para o desenvolvimento.

Houve campanha de reflorestamento, incentivando as famílias a plantarem árvores; caminhadas em favor do meio ambiente, buscando melhorar a limpeza dos espaços onde vivem e das águas consumidas.

Estratégia 02 – Formação de Professores/as na dimensão de Conteúdos Específicos

Situação Final 03:

- Professores/as atuando política e pedagogicamente de forma articulada e participativa com outros grupos sociais do município, construindo o Desenvolvimento Sustentável;

¹⁰ Na 1ª unidade o planejamento foi o mesmo para todos os sete municípios que atuaram com o CAT em 2002. Os 02 novos buscaram aplicar a 1ª ficha do livro do CAT: Escola x Família x Comunidade, que também tratava de identidade.

- Professores/as envolvendo mais a família e a comunidade na proposta pedagógica de valorização da vida rural;

a) Estratégias de Ação para a ação final 03.

Assessorar as coordenações Municipais para fortalecer o processo de formação dos professores/as numa proposta filosófica e metodológica da valorização no meio rural, contribuindo com o processo de Desenvolvimento Sustentável;

b) Ações do MOC desenvolvidas na direção das situações finais

TABELA V

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas participantes
Oficinas temáticas	15	19	04	35	315
Seminários de Aprofundamento com as temáticas de Género e DLS	05	04	-	37	70

As oficinas temáticas serviram de orientação para os professores desenvolverem com maior propriedade suas atividades. Foram realizadas nos municípios, com a presença de todos os professores envolvidos no Projeto, sob a coordenação da Equipe de Assessoria (MOC/UEFS).

Além das atividades específicas disciplinares, outros elementos foram aprofundados em Seminários municipais sobre Desenvolvimento Sustentável e relações sociais de género.

c) Ações dos grupos em decorrência do processo de formação

Além das ações específicas em sala de aula, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas pelos professores com e pelos alunos na vivência do projeto.

- Professores trabalhando mais os conteúdos curriculares dentro da metodologia do Projeto;
- Experiências dos pais, sobre o plantio, colheita, plantas medicinais, armazenamento de alimentos, trazidas para sala de aula e transformadas em conteúdos disciplinares;
- Produção de material escrito pelos alunos e professores (textos, paródias, poesias, músicas) com o resultado do trabalho de pesquisa feito junto aos pais e comunidade;
- Produção dos alunos publicadas no boletim A VOZ do CAT e em outros boletins municipais, retratando a experiência e crescimento destes dentro do Projeto.

Estratégia 03 – Divulgação, Intercâmbio e fortalecimento das ações do Projeto ao nível local, regional e nacional.

Situação Final 04:

- Publicação do Livro com a experiência do Projeto do CAT
- Publicação trimestral de boletins informativos com experiência e reflexões do Projeto CAT
- Divulgação e ampliação das ações do Projeto CAT com entidades e grupos com ações afins

a) Estratégia de ação em relação à situação final 04.

Reelaboração do Livro do CAT

Inserção do livro no processo de formação de professores/as e no trabalho destes/as em sala de aula;

Edição trimestral do Boletim: A voz do CAT e distribuição junto às escolas, entidades e parceiros;

Participação e apresentação do Projeto CAT nos espaços de divulgação, troca de experiências.

b) Ações do MOC realizadas na direção da situação final

TABELA VI

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas participantes
Reuniões para discussão e elaboração do material pedagógico do livro	02	02	-	20	20
Encontro de discussão final do material produzido;	01	01	-	25	25
Seminário Regional sobre Diretrizes Operacionais de Educação do Campo	01	01	-	360	360
Lançamento do Livro: "Educação Rural, Sustentabilidade do Campo".					
Edição do Boletim: a VOZ do CAT	04	03	-	-	-

Uma das maiores conquistas do Projeto, neste ano, foi a publicação do livro **Educação Rural: sustentabilidade no campo**, com recursos do UNICEF e o prêmio recebido pelo CAT em 2002, do Banco Mundial. O livro foi produzido com a contribuição dos professores que fazem parte do projeto, junto com coordenadores, assessores em parceria com a experiência do SERTA (Serviço de Tecnologia alternativa) de Pernambuco.

Junto ao lançamento do livro, realizou-se em Feira de Santana um Se-



minário Regional com a presença de 360 pessoas da região, representantes de organizações não governamentais e de Secretarias Municipais. Neste seminário, aprofundou-se o estudo sobre as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, troca de experiências e implementação de uma política de educação para o campo.

Foram editados três números do Boletim A Voz do CAT, como instrumento de intercâmbio entre os municípios, de estímulo aos alunos e professores para produzirem textos e ainda como meio de divulgar as experiências do Projeto e das pessoas nele envolvidas.

Destacamos, a seguir, alguns eventos participados para apresentação da experiência do Projeto CAT nesse ano:

Seminário Temático de Educação Rural/Educação do Campo: dilemas, desafios perspectivas, promovido pelo PRA-DEM – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal – UFBA, realizado em Salvador.

Apresentação do Projeto CAT para professores rurais do município de Mutuípe, a convite da UNEB – Universidade do Estado da Bahia através do Departamento de Santo Antônio de Jesus..

Participação no Seminário Municipal de Educação do Município de Vitória da Conquista com apresentação do CAT e do Projeto Baú de Leitura.

1.2. Resultados

Um novo olhar está sendo construído pelas crianças, à medida que vão percebendo que a escola está relacionada com a vida da família, com o conhecimento que elas já trazem e, mais que tudo, que elas podem construir conhecimentos importantes para melhorar a vida da comunidade.

Eis alguns resultados:

1.2.1. Nos alunos

- Mais desenvolvimento da leitura e da escrita, principalmente naquelas classes em que se trabalha com o Baú de Leitura e estimulados também pelo Boletim “A Voz do CAT”.
- Mais valorização da agricultura familiar (e dos próprios pais) e interesse por aprender novas técnicas de plantar, de armazenar produtos, agregando assim valores e qualidade aos produtos agrícolas de sua família.
- Mudança de hábitos alimentares, após os estudos e debates sobre alimentos nutritivos e segurança alimentar e a importância de usar produtos que



a família colheu, por ser fruto de uma agricultura orgânica (sem agrotóxicos). 70% das crianças já comem mais verduras e procuram ajudar na escolha da alimentação da família.

- Colaboração no plantio da horta na escola e divulgação na família, incentivando-a a fazê-la também.
- Maior respeito ao meio ambiente, zelando por ele, pela limpeza dos espaços que ocupam e da água que consomem.
- Participação entusiasta na campanha de reflorestamento feita em algumas comunidades (Retirolândia e Valente).
- Maior valorização da cultura local e dos bons hábitos familiares referentes às práticas religiosas, esportivas e sociais.
- Maior respeito aos mais velhos, reconhecendo neles “um poço de experiências”.
- Mais interesse e participação nos estudos e atividades que os ajudam a sentir-se melhor no lugar onde moram.

1.2.2. Nos professores

- Constata-se melhor compreensão e interpretação do que lêem e dos fatos da realidade local.
- Estão mais conscientes da realidade das famílias e da comunidade, entendendo melhor o processo do plantio, colheita e a importância de cuidar do meio ambiente – do lixo, reflorestamento, da limpeza e conservação das águas.
- Demonstram mais segurança no trabalho pedagógico em sala de aula, principalmente nas classes multisseriadas;
- A maioria dos professores (60%) está mais politizada, constatando-se maior articulação e envolvimento no processo de desenvolvimento da comunidade;

1.2.3. Na comunidade

- Percebe-se muitas comunidades mais unidas, mais envolvidas nas atividades promovidas pela escola ou pelas associações comunitárias, trabalhando pelo desenvolvimento local.
- Muitas escolas com hortas (em Valente: todas), contribuindo assim para a merenda escolar e estimulando as famílias a fazerem também em suas casas, melhorando a alimentação familiar.
- 70% das famílias preocupadas com o meio ambiente, cuidam mais das aguadas, do lixo e realizam plantio de árvores frutíferas e outras apropriadas ao semi-árido.
- Mais aprendizado e aplicação de novas técnicas, como de armazenamento dos produtos agrícolas colhidos, sem usar substâncias prejudiciais à saúde.

- 
- Participação dos idosos nas atividades da escola, contando a história local, ajudando a resgatar a cultura, os costumes familiares, inclusive o lazer.
 - 80% das escolas revalorizando a cultura local e trabalhando a identidade pessoal, familiar e local com as crianças e a comunidade.
 - Em algumas comunidades, após o Seminário sobre o Meio Ambiente e Segurança Alimentar, foi feita uma coleta do lixo na própria comunidade, nas casas dos alunos, no caminho das aguadas e da escola, despertando todos para a conservação da limpeza ambiental.
 - 50% dos STR's e de outras organizações da Sociedade Civil, onde as escolas estão inseridas, estabelecem parceria com as escolas e colaboram de alguma forma na busca de uma melhor educação rural, firmada na realidade e dela partindo para o conhecimento universal.

1.3. O Projeto CAT contribuindo para o Desenvolvimento Territorial/Regional

Embora percebamos que neste ano muitas ações não foram desenvolvidas estrategicamente na perspectiva de desenvolvimento territorial, constatamos que para ele se direcionam. A formação dos professores rurais apontou como elemento estratégico na consolidação de proposta de educação que contribua e produza conhecimento voltado para o desenvolvimento da região/território. À medida que os professores foram se capacitando nesta dimensão, suas ações em sala de aula apontaram para um novo olhar sobre a comunidade e a família, contribuindo para a construção de conhecimentos que, depois de refletidos e sistematizados na escola, começam, de forma ainda tímida, a ser devolvidos à comunidade, possibilitando reflexões e mudanças práticas na vida familiar/comunitária/municipal no caminho de mais qualidade de vida.

Há muitas discussões iniciadas e o desenvolvimento local/territorial sustentável é, hoje, tema conhecido em 80% das comunidades onde há escolas do CAT, buscando-se construir uma consciência da importância de cada um dar sua contribuição como pode e estabelecer um esforço constante de todos pela melhoria de vida das pessoas naquela comunidade e na região. Assim, melhorou o relacionamento entre as três gerações (crianças, jovens e idosos), com a percepção de que cada um tem um papel a desempenhar nesta luta.

Muitas ações apontaram nessa dimensão: os temas trabalhados, todos referentes à realidade rural e contribuindo para um conhecimento mais voltado para a melhoria da realidade.

O desafio posto é dimensionar estas ações para fora da escola, da comunidade e do município. O que ainda é muito inicial.

1.4. Desafios e Perspectivas para 2004

- Trabalhar com municípios que queiram usar a metodologia **com todos os professores rurais**; estimular os municípios a que se posicionem em relação ao projeto, transformando-o em **Política Pública para as Escolas do Campo**.

2. Sub-Programa: Formação de Coordenadores(as) e Monitores(as) da Jornada Ampliada do PETI

Este foi um ano de incertezas para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Mesmo assim, se continuou com a qualificação de monitores e coordenadores de monitores, na perspectiva de qualificar sempre mais a Jornada Ampliada.

2.1. Estratégias, ações e atividades desenvolvidas a partir do Planejamento 2003.

Estratégia 01: Formação e acompanhamento pedagógico do trabalho dos Coordenadores/as, de Monitores/as na perspectiva do Desenvolvimento Local e Territorial, com base na metodologia da ação-reflexão-ação.

Situação Final 01:

- Coordenadores(as) da Jornada Ampliada do PETI planejando e acompanhando de forma mais sistemática e comprometida o trabalho pedagógico dos monitores nos municípios, na linha de DLS – Desenvolvimento Local e Regional Sustentável, com enfoque em meio ambiente e relações sociais de gênero.
- 70% dos Coordenadores(as) da Jornada Ampliada dos municípios inseridos no PETI em 2002, planejando e acompanhando de forma sistemática o trabalho pedagógico com os(as) monitores(as) na dimensão de DLS e relações sociais de gênero.

a) Estratégias de Ação em relação à situação final 01.

- Capacitar os coordenadores de monitores para um acompanhamento sistemático, mais aprofundado das atividades, avaliando-as e planejando-as, incentivando a troca de experiências entre os municípios;
- Formar coordenadores(as) novos(as) em processos de avaliação e planejamento na linha de DLS e relações sociais de gênero.

- Incentivar a continuidade dos encontros para estudos, planejamento e acompanhamento do trabalho nos municípios;
- Trabalhar em parceria com IRPAA (Instituto Regional da pequena Agricultura Apropriada) para preparar e executar o processo de formação, aprofundamento e monitoramento do trabalho dos(as) coordenadores(as);

b) Ações do MOC em direção à situação final

Foram realizados 08 encontros com os Coordenadores mais antigos, divididos em dois grupos e 09 encontros com os Coordenadores mais novos (inseridos no PETI em 2002), perfazendo um total de 17 encontros;

Nestes encontros, além de uma rigorosa avaliação do trabalho, foram realizadas oficinas pedagógicas sobre diversas temáticas na linha de DLS, tais como: meio ambiente, lixo, água, convivência com o semi-árido, segurança alimentar, ética, política e cidadania, gênero e sexualidade, leitura contextualizada, revalorização da cultura local, arte e reciclagem, etc. Centrando-se o trabalho na questão de cuidado e preservação ambiental.

Para os grupos de coordenadores(as) mais antigos, deu-se continuidade ao trabalho iniciado no ano passado, a partir da temática Meio Ambiente.

As atividades desenvolvidas podem ser sintetizadas no quadro abaixo:

TABELA VII

Atividades	Quantidade Encontros Previstos	Quantidade Encontros Realizados	Quantidade de Municípios	Quant. de Oficinas temáticas realizadas nos Encontros	Total Participante
Encontro de Coordenadores mais antigos no PETI	08 (com cada grupo)	08	36	12	70
Encontros de Coordenadores inseridos no PETI em 2002	08	09	10	14	50
Reuniões com IRPAA para socialização da metodologia	04	04			05
Reuniões com entidades para socialização da metodologia (AVANTE, PROJETO AXÉ, IDIS)		02			08
Total	20	23	46	26	113

Vale ressaltar que em 2003, 10 dos municípios acompanhados em 2002 pelo MOC passaram a sê-lo pelo IRPAA, dentro da mesma metodologia de trabalho.

Para isto, o MOC realizou 04 reuniões de aprofundamento da metodologia com o IRPAA, e este participou de alguns encontros mensais.

Linhas básicas da metodologia:

Centrado no processo de conhecer, analisar e transformar, nos encontros mensais, era feito um quadro avaliativo (*conbececer*), analisando o que cada município tinha realizado no mês, refletindo sobre os dados (*analisar*),

e repensando a prática para o próximo período (*transformar*), oferecendo novos subsídios para o trabalho numa perspectiva de DLS – Desenvolvimento Local Sustentável.

As discussões sobre relações sociais de gênero eram retomadas em todos os encontros, analisando como ocorriam na sala de aula e no próprio grupo de coordenadores (as).

Com o trabalho iniciado no ano de 2002, quando as crianças e monitores(as) realizaram uma pesquisa sobre a água, buscou-se **transformar** os resultados. Por exemplo, na pesquisa constatou-se que cerca de 40% das famílias, não tratavam a água para o consumo humano, não tinham formas alternativas de captação de água e armazenamento, etc. Assim, nos encontros mensais planejava-se o que fazer diante destes dados – era o momento de transformar. Optou-se por realizar “**campanhas de filtros**” com seminários municipais para sensibilização das famílias sobre a importância do cuidado com a água, para adquirirem filtros, através de cobrança ao poder público local, através de consórcios ou mesmo comprando com recursos da bolsa-escola do PETI.

Relacionando com a questão da qualidade da água, também foram realizados 02 Seminários sobre: **lixo e meio ambiente**, buscando sensibilizar os (as) coordenadores(as) para estas questões. Como encaminhamento dos Seminários, se deliberou fazer o mesmo em cada município e uma pesquisa sobre o lixo. Com esta pesquisa, constatou-se que não existem coletas seletivas de lixo, que as famílias jogam o lixo em qualquer lugar, não há consumo sustentável, não há gestão ambiental sustentável nos municípios, não existe uma preocupação com a questão, poluindo assim o meio ambiente e contaminando, através do lixo, a água consumida por pessoas e animais.

Neste ano, houve a I Conferência Nacional de Meio Ambiente de adultos e infanto-juvenil. Aproveitando a oportunidade, para maior aprofundamento da questão, o MOC estimulou a leitura e o debate, com os(as) Coordenadores(as) e Monitores(as), dos textos da Conferência, no sentido de incentivar a participação, tanto dos monitores quanto das próprias crianças. .

Para integrar o trabalho entre os diversos grupos, foram realizados 02 (dois) encontros de intercâmbio entre os coordenadores mais antigos e os mais novos.

c) As ações dos grupos em decorrência do processo de formação

Os (as) coordenadores (as) atuaram como multiplicadores das ações nos municípios. As atividades analisadas e planejadas nos encontros mensais, com todos os municípios, eram reavaliadas e executadas em cada local.

A partir do planejamento foram as seguintes as atividades desenvolvidas:



• Resgate e Revalorização da Cultura Local

As Jornadas Ampliadas iniciaram suas atividades com a questão da **identidade**. Parte-se do princípio de que é necessário que as pessoas se reconheçam e valorizem o que são e têm para ser possível valorizar os outros. A cidadania, a ética, o cuidado e preservação ambiental, tudo passa primeiro por uma questão de valores humanos, e, portanto, de reconhecimento dos bens naturais e sua necessidade de cuidado e preservação, de forma sustentável, para as gerações do presente e do futuro.

A primeira atividade foi um **Censo Cultural**, com entrevistas às famílias, buscando resgatar e revalorizar a cultura local rural, de forma transversal com a questão ambiental e convivência com o semi-árido, como as cantigas, as festas, reisados, brincadeiras, a forma de plantar e de cuidar da terra, de cuidar da água, do lixo, dentre outras. Neste processo, foi incentivada a leitura, a criação de textos, o resgate histórico com conteúdos pedagógicos.

Como resultado do Censo Cultural, durante os meses de junho e julho todos os municípios realizaram festejos e mostras de arte e cultura.

Dentro desta dinâmica, o MOC, apoiado pelo UNICEF e em parceria com o IRPAA, realizou a I Mostra de Arte e Cultura do PETI – Encontro de Intercâmbio. Neste evento participaram cerca de 70 municípios da Bahia e 160 pessoas, trazendo a realidade de cada local e as produções das crianças: tanto escritas como de artes, desenhos, cartazes.

• Campanhas de Filtros

A partir do trabalho sobre a água, foi realizada uma campanha para redução do lixo e continuidade da campanha de filtros, através de seminários municipais, sensibilizando as famílias para o cuidado com o tratamento da água, incentivando-as para adquirirem filtros. Até o mês de dezembro as famílias já tinham conseguido **3.171** filtros e a campanha ainda continua.

Foram realizados seminários municipais e a semana da água nos 36 municípios.. Os mais novos, como não tinham ainda realizado este trabalho, apenas fizeram mobilizações nas comunidades.

Com a campanha da água, sentiu-se a necessidade da Jornada Ampliada também incentivar a discussão sobre segurança alimentar com as crianças, já que as próprias merendeiras que preparavam os alimentos não tinham preocupação de usar a água tratada. Isto fez com que as próprias crianças e as famílias reivindicassem do poder público, não somente filtros, mas uma água de qualidade, para o consumo pelas crianças, nas Jornadas, e uma melhor qualidade dos alimentos. Este trabalho ganhou o apoio dos Agentes de Famílias e da própria comunidade.

• Campanha contra o lixo

Outra temática que surgiu a partir do trabalho da água, foi a problemática do lixo. As próprias crianças, através de pesquisa realizada, perceberam que a água contaminada era proveniente do lixo que é jogado em locais indevidos, à não existência de coleta seletiva - em alguns locais não existe sequer, a coleta regular do lixo. Assim, os monitores em sala de aula, iniciaram a campanha do lixo, que perpassou pelas questões de saúde, gênero, de ética, de cidadania, pois tratava de direitos elementares que não eram garantidos pelo poder público, além do trabalho interdisciplinar sobre o lixo.

Nesta questão (sobre o lixo) – que tanto polui os rios, riachos, aguadas, ruas, escolas, identificou-se que na família, é apenas a mulher que se preocupa com a higiene e limpeza do ambiente, da água. No entanto, não havia uma relação entre lixo e saúde. Aqui, apareceram claramente os debates sobre as questões de gênero, tanto no cuidado com a limpeza, quanto na hora de confeccionar os artesanatos (feitos com lixo reciclado), estando as mulheres mais presentes.

Os(as) monitores(as) juntamente com as crianças, buscaram sensibilizar as famílias, através de reuniões e seminários, e fizeram campanhas pela redução do lixo e a limpeza de rios, riachos, aguadas. A partir do material retirado do lixo, foram confeccionadas obras de artes (arte e reciclagem) com as crianças e também com as famílias.

Estes elementos foram bastante analisados em sala de aula, transformaram-se em conteúdos pedagógicos, das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, mudando a realidade, ao menos, da sala de aula e das famílias.

• Censo Ambiental

Um dos principais destaques do trabalho na Jornada Ampliada foi o “Censo Ambiental” onde as crianças entrevistavam as famílias para conhecer a realidade do presente e do passado de cada localidade (*conhecer*), em termos de meio ambiente. Foram entrevistadas os(as) mais idosos(as) da comunidade – na faixa etária de 80, 75, 60 anos, buscando resgatar a história. Aqui trabalhou-se conteúdos das disciplinas História e Matemática na computação dos questionários, comparando o que existia no meio ambiente no passado e o que restou hoje.

Com este Censo Ambiental, foi possível perceber que muitos animais, árvores, riachos, estão sendo extintos (*analisar*). Animais da região como: tatu, gato do mato, teiú, raposa, jumento, cotia, gambá, preguiça, sagüi, e muitos peixes como: tilápia, piaba, curimatá, jundiá, dentre outros. Árvores como: mulungu, gameleira, juazeiro, barriguda, pau-darco, aroeira, pau-fer-



ro, jaqueira, jacarandá, dendezeiro, estão sendo extintas também. Com o resultado do Censo, foram desenvolvidos conteúdos pedagógicos interdisciplinares. Assim, a construção do conhecimento das crianças do PETI, foi um processo que partiu do conhecimento de sua própria realidade e construção de sua cidadania.

A partir desta constatação, buscou-se *transformar* esta realidade com uma ampla campanha “**plante e cuide de uma árvore**”, na qual, os(as) coordenadores(as) e monitores(as), buscavam conseguir mudas de árvores frutíferas ou não, apropriadas para a região. No total, até o mês de dezembro, **foram plantadas 10.369 árvores**. A campanha não foi mais intensa devido ao clima quente da região e às dificuldades em encontrar mudas de árvores. Mas, a campanha continua e pretende-se intensificá-la no próximo ano, inclusive envolvendo mais o poder público, não somente para adquirir mudas, como também para o consumo sustentável (no caso das árvores frutíferas) e um planejamento ambiental.

A participação de coordenadores(as) e monitores(as), e algumas crianças, nas conferências regional e estadual do meio ambiente, demonstrou uma sensibilização para o cuidado e preservação ambiental, que não ficou somente em sala de aula.

Estratégia 02 - Formação de monitores(as) para atuar na Jornada Ampliada

Situação Final 03:

- Monitores(as) da Jornada Ampliada com formação em 2º Módulo com atuação mais efetiva e autônoma na perspectiva de Desenvolvimento Sustentável.

a) Estratégias de Ação em direção à situação final 03.

Realizar formação de monitores(as) de 2º Módulo na perspectiva de Desenvolvimento Sustentável

b) Ações do MOC em direção à situação final

Os cursos de formação continuada para os monitores(as) prosseguiram este ano. Apesar de não terem sido planejados, o MOC realizou cursos de 1º Módulo com 44 horas cada, devido à necessidade dos municípios inseridos no PETI em 2002. Nas outras turmas, conforme planejado, de 2º Módulo, houve um aumento na carga horária de 44 para 48 horas.

Para a realização destes cursos, o MOC contou com a parceria do Projeto Axé – entidade parceira do PETI, que trabalha com arte e educa-



ção, a SETRAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia e UNICEF.

Eis o quadro das formações realizadas:

TABELA VIII

Tipo de Curso	Quantidade de Cursos Previstos	Quantidade Realizados	Quantidade Participante	Quantidade de Oficinas Temáticas
Curso de Formação Continuada de Monitores(as) em 1º Módulo	—	09	555	81
Curso de Formação Continuada de Monitores(as) em 2º Módulo	13	06	280	72
Total Geral	13	15	835	153

A demanda para realização destes cursos foi e é grande. Ainda há vários municípios, acompanhados pelo MOC, que não fizeram o 2º Módulo de Formação, por falta de recursos.

Os cursos também proporcionaram um importante momento de avaliação da prática do trabalho dos coordenadores (as), vez que os municípios foram os mesmos.

c) Ações dos Grupos decorrentes do processo de Formação

Com os cursos, os monitores (as) sentiram-se mais seguros e preparados(as) para dar continuidade ao trabalho da jornada, principalmente com um maior entendimento sobre DLS – Desenvolvimento Local Sustentável e de como a jornada pode contribuir nesta perspectiva, bem como a necessidade de um planejamento pedagógico e estratégico englobando várias questões como arte, recreação, esporte e lazer, reforço escolar como elementos fundamentais para o desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças.

Os resultados são claros, como podemos verificar abaixo, com as produções das crianças e entendimento do que é trabalhar na perspectiva de um desenvolvimento territorial, do cuidado com a natureza, das mudanças nas relações sociais de gênero a partir das próprias crianças.

Além disso, o trabalho da Jornada Ampliada, conta com um suporte pedagógico de incentivo à leitura prazerosa, o Baú de Leitura, que foi um dos principais destaques, e em muito vem contribuindo para uma mudança na vida das crianças – sua identidade, aspectos culturais, sua relação com o meio em que vive, conforme podemos ver a seguir.

No final do ano os (as) monitores (as) fizeram a avaliação anual junto com os professores da escola regular e constatou-se que entre as crianças do PETI, a evasão e a repetência escolar vêm diminuindo, além das mesmas apresentarem um bom desenvolvimento no processo de aprendizagem.



2.2. Alguns resultados alcançados

Podemos sintetizar alguns resultados alcançados com o trabalho da Jornada Ampliada:

- Coordenadores (as) realizando encontros municipais mensais com autonomia, sem interferência do MOC, e esporadicamente encontros regionais;
- Resgate e revalorização da cultura local, maior conhecimento da própria realidade;
- Maior sensibilização dos (as) monitores (as), das crianças e das famílias para a redução do lixo, tratamento e aproveitamento da água e cuidado com o meio ambiente em que vivem;
- Campanha de filtros em andamento, com 3.171 filtros adquiridos pelas famílias;
- Campanha Plante e Cuide de uma Árvore – com 10.369 árvores plantadas por crianças e monitores;
- Redução da evasão e repetência escolar;
- Retirada de milhares de crianças do trabalho, resgatando sua infância;
- Melhoria da qualidade do ensino;
- Crianças realizando pesquisas como interferência em sua própria realidade, buscando mais qualidade de vida;
- Gravação de CD com as músicas construídas em sala de aula, a partir dos temas desenvolvidos, como água, lixo, meio ambiente, com as crianças e monitores;
- Centenas de artesanatos confeccionados com as crianças e famílias como arte e reciclagem;
- Crianças e monitores exercendo seus direitos de cidadania participando das Conferências Regional, Estadual e Nacional da Criança e do Adolescente e do Meio Ambiente, além de diversos Seminários Municipais e Regionais;
- Exposição da experiência do trabalho do MOC na Jornada Ampliada em dois eventos de nível internacional no III Fórum Internacional de Educação e I Encontro do Grupo Juego América Latina.
- Ampliação do trabalho para uma dimensão de desenvolvimento territorial – pensar o planejamento do trabalho regional, a recomposição do meio ambiente regional, etc.

2.3. A Jornada Ampliada contribuindo para o Desenvolvimento Territorial/Regional

O trabalho na jornada ampliada, nos dois últimos anos, aponta numa dimensão mais concreta de desenvolvimento territorial. Além da potencialidade de mobilização para os debates, pesquisas realizadas por

monitores, coordenadores e as crianças, se evidencia a capacidade de devolução dos elementos pesquisados, transformados em conhecimentos devolvidos às famílias, mudando hábitos, posturas e ações das crianças e na comunidade.

As estratégias adotadas para o processo de sistematização dão uma maior visibilidade ao conhecimento produzido, projetado através dos vários seminários municipais, campanhas realizadas nas comunidades e nos municípios.

As potencialidades da mobilização, não se restringem à comunidade ou ao município; elas tomaram um caráter regional/territorial, tornando-se assim mais impactantes.

Para o ano de 2004, pretende-se dar continuidade ao trabalho, na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável e, dando prosseguimento ao que se iniciou em 2003, principalmente às campanhas de filtros e plantio de árvores, numa dimensão de identidade territorial, buscando-se também uma maior inter-relação com a escola regular.

2.4. Alguns desafios

Apesar dos avanços conseguidos no trabalho da Jornada Ampliada do PETI, alguns entraves ainda permanecem, e se tornam desafios para o próximo período, como, por exemplo:

- Pouco envolvimento dos gestores locais;
- Falta de envolvimento das Secretarias de Educação, o que provoca também a falta de integração entre professores da escola regular e monitores;
- Incertezas e indefinições sobre o futuro do PETI e conseqüentemente da Jornada Ampliada;
- Falta de apoio e incentivo do poder público local para as campanhas desenvolvidas na jornada e o próprio do trabalho dos monitores (falta de transporte, de espaços adequados para funcionamento da Jornada, etc.);
- Falta de recursos para complementação da formação dos monitores (muitos ainda não fizeram o 2º Módulo de formação);
- Alimentação da Jornada que ainda não oferece elementos de segurança alimentar e nutricional, e os gestores municipais não adquirem a mesma na própria região.

3. Sub-Projeto: Formação de Educadores/as – Leitores/as (monitores/as e professores/as) para atuar no Projeto Baú de Leitura

O sub-Projeto Baú de Leitura (PBL) é um processo de ação complementar dentro da Jornada Ampliada do PETI – Programa de Erradicação do

Trabalho Infantil e da Jornada Regular, com o propósito de incentivar a leitura prazerosa, crítica e cidadã.

Neste ano o trabalho de leitura realizado com crianças foi desenvolvido a partir dos temas:

- Identidade pessoal, cultural e local. Resgate da identidade, etnias;
- Nós e a relação com o meio ambiente, a natureza. Tecnologia;
- Nós e os outros: a comunidade, a família, a sociedade. Exercício da cidadania

O PBL vem, aos poucos, ganhando uma maior dimensão e se ampliando na perspectiva de política pública, assumida pelos municípios. Atinge, hoje, cerca de 48 municípios e 19.000 crianças e 760 educadores(as). Grande parte destes moram na zona rural, onde o acesso a material de leitura é quase inexistente.

3.1. Estratégias, ações e atividades desenvolvidas a partir do Planejamento 2003.

Estratégia 01: Formação continuada de Coordenadores/as do Projeto Baú de Leitura para o acompanhamento e realização do trabalho de leitura ao nível local e regional

Situação Final:

- Coordenadores(as) realizando planejamento e monitorando sistematicamente o Projeto Baú de Leitura no município junto aos educadores/as leitores.
- Coordenadores(as) do Projeto Baú de Leitura atuando como agentes de sensibilização e divulgação do projeto nos municípios e região;
- Coordenadores/as atuando como elo de integração das ações do Projeto Baú de Leitura entre as instâncias municipais (Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, Grupo Gestor) e outros agentes sociais envolvidos no PETL.

a) Estratégias de Ação em relação à situação final.

Capacitar os(as) coordenadores(as) municipais em processos de planejamento a avaliação do sub-programa Baú de Leitura;

Monitorar as ações dos coordenadores nos seus municípios, através de instrumentos e meios definidos com eles;

Envolver os coordenadores do Projeto Baú de Leitura no processo de sensibilização e formação de novos/as educadores/as/leitores/as de outros municípios.





b) Ações do MOC em direção à situação final

TABELA IX

Atividades	Quantidade Prevista	Quantidade Realizadas	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas Participantes
Encontros de coordenadores para estudo da metodologia e planejando ações.	07	06	-	45	45*
Elaboração de instrumentos de monitoramento do trabalho do PBL com os coordenadores dos municípios.	03	03	-	-	-

* Os encontros foram realizados com o mesmo público, num processo contínuo de formação.

Os encontros foram realizados centrados em dois enfoques metodológicos básicos:

- Ser espaço para avaliação e monitoramento das ações realizadas ao nível municipal pelos coordenadores junto aos educadores/leitores;
- Ser espaço de formação e aprofundamento da metodologia do projeto Baú de Leitura a partir dos três motes orientadores da proposta.

Assim, em cada encontro, houve um tempo específico para que os coordenadores avaliassem o andamento e situação do projeto Baú de Leitura em seu município, do ponto de vista metodológico e gerencial.

Posteriormente, a partir do relato avaliativo, se inseriam os necessários temas de formação.

Pelos relatos dos coordenadores pode-se inferir que alguns municípios priorizaram efetivamente o processo do baú de leitura, inclusive ampliando-o com recursos próprios. No aspecto metodológico, também grandes foram os saltos, pois os coordenadores junto com os educadores desenvolveram várias ações relacionadas à questão da leitura, envolvendo escolas, sindicatos, comunidade e família.

Deve-se ainda destacar os processos de construção de indicadores, com as seguintes fichas:

- Ficha de acompanhamento do trabalho realizado pelos Coordenadores;
- Ficha do Educador leitor para acompanhamento das crianças;
- Ficha de avaliação pelas crianças.

Estes instrumentos foram usados para identificar resultados com o projeto tais como:

- Maior número de livros lidos pelas crianças;

- Professores da escola regular percebendo e elogiando o desempenho das crianças na leitura, na escrita e na interpretação de textos, a partir do trabalho com o Baú de Leitura;
- Crianças mais centradas nas atividades de leitura, com mais criatividade na produção de texto, desenhos, recriações de histórias, paródias, músicas;
- Educadores e crianças envolvendo as famílias no trabalho de leitura, com o empréstimo de livros para levar para casa para ser lidos com e para os pais e irmãos;
- Maior procura das crianças por livros de história mais próximos de sua realidade, histórias que ensinam a respeitar os outros, a sua comunidade, as tradições e cultura, o saber dos mais velhos etc.

Outro aspecto interessante a ser destacado é a ampliação do próprio processo de leitura. Este processo está indo além daqueles dos baús. Vale remarcar que, nos encontros de formação inicial, **90% dos monitores(as) e professores(as) afirmaram nunca ter lido nenhum livro, além daqueles cobrados na escola para aprovação de uma série para outra.**

c) Ações dos Grupos decorrentes do processo de formação

Destacamos a seguir algumas destas ações desenvolvidas conjuntamente com os educadores/leitores, articuladas com coordenadores municipais.

• Revalorização da cultura local

Houve uma mudança no olhar sobre a própria realidade, na comunidade e no município. As crianças descobriram várias pessoas que participaram anteriormente de grupos de samba, reisado, marujada, bumba-meu-boi (ou o “Boi roubado”). Estas pessoas juntaram-se a outras e fizeram apresentações nas escolas, na jornada, nas semanas de cultura, do meio ambiente, na entrega de baús de leitura.

Nos municípios que instituíram a “Dia da Família na escola”, incorporou-se também atividades de leitura. Outros pais participaram nas atividades escolares, lendo e contando histórias.

• Apresentação e Divulgação do Projeto Baú de Leitura no município

Esta foi uma ação bastante utilizada pelos coordenadores e educadores. Baseia-se em dois pilares básicos: **a)** divulgar/socializar os trabalhos de leitura produzidos pelas crianças – paródias, dramatização, poesia, peças teatrais – apontando resultados concretos do processo de sensibilização para a leitura do mundo, da palavra, da vida; **b)** sensibilizar os gestores municipais para o

projeto Baú de Leitura, de sorte a garantir uma sustentabilidade das ações ao nível local/territorial.

Neste sentido foram desenvolvidas ações de leitura nos mais diversos espaços, como: Audiência na Câmara de Vereadores, Reuniões nos Sindicatos Rurais e Associações, Jornada Pedagógica com diretores(as) e professores(as) de escolas da rede regular de ensino.

Eis alguns eventos de que se participou:

- Feira do Meio Ambiente promovida pela EBDA;
- Feira de Cultura promovida pela rede regular de ensino;
- VI Bienal do Livro, realizada em Salvador.

• **Organização e entrega de Baú de Leitura**

A entrega dos baús nas comunidades foi gradativamente se transformando em festas, com participação de pais, mães, professores diretores, sindicalistas e outros atores.

• **Implementação e coordenação do Núcleo de Leitura**

Uma vez por mês os educadores, às vezes com algumas crianças e pais, reúnem-se para avaliar, planejar, e socializar experiências, aprofundar o processo metodológico do Projeto Baú de Leitura.

Estes espaços foram denominados de “**Núcleo de Leitura**”, onde se desenvolvem várias ações voltadas para o aprofundamento do processo de leitura dos educadores. Deles participam também outras pessoas interessadas nas atividades de leitura. Segundo informações colhidas nas fichas de acompanhamento do Núcleo, destacam-se como atividades complementares de formação: oficinas de leitura, apresentação de dramatização e outros trabalhos desenvolvidos com as crianças, troca de sugestões de livros, dinâmicas e textos para o trabalho de leitura. Percebeu-se também que 80% dos 48 municípios já têm núcleos de leitura e que as ações deles foram planejadas e coordenadas pelos educadores/leitores e a coordenação municipal do PBL.

Em alguns municípios realizou-se a I Mostra de Leitura, Semana de Leitura, etc...

• **Encontros Intermunicipais/Regionais de Leitura**

Além dos encontros de monitoramento e aprofundamento coordenados pelo MOC, foram realizados também pelos próprios coordenadores do Baú de Leitura, Intercâmbios regionais (entre os núcleos de leitura). Cada mês um município assume as despesas de alimentação e material didático

(os municípios visitantes arcam com as despesas de transportes), para os educadores e, algumas vezes, para as crianças realizarem estes encontros.

Vale ressaltar que os coordenadores assumiram a organização, o planejamento pedagógico e fizeram isso de forma bastante independente e autônoma.

• **Incentivo à produção e publicação de histórias por escritores dos municípios**

Foram produzidos alguns livros de histórias, resgate de “causos”, coletânea de cantigas locais, resultantes do processo de incentivo da leitura e a escrita ou reescrita de textos pelas crianças, pelos educadores e outros escritores populares.

Além do material produzido a partir do trabalho em sala de aula (UJA/ESCOLA), foram produzidos ainda, três outros livros oriundos da experiência do Baú de Leitura, sendo eles:

- **Porque amo esta terra** – livros de “causos” criados pelo Professor José Braz (Nordestina);
- **A Borboleta Sonhadora** – da educadora Vanusia Silva (Conceição do Coité), que conta a história do surgimento do Projeto Baú de Leitura;
- **Joãozinho, o menino que venceu** – do Jovem Comunicador Edisvânio Nascimento, que fala do menino que saiu do trabalho infantil e através dos estudos conseguiu ter uma vida digna.

Os três livros já estão em circulação em alguns Baús de Leitura dos municípios. O lançamento dos mesmos aconteceu na Jornada Avaliativa dos Projetos Econômicos, Educativos e Sociais do MOC (JAPES).

Estratégia 02 – Formação dos(as) educadores(as)/leitores(as) para atuar no Projeto Baú de Leitura

Situação Final 02:

- Novos/as educadores/a/leitores/as sensibilizados para leitura prazerosa e crítica, realizando com seus alunos um trabalho sistemático, inserindo e vivenciando os temas (identidade, relações com a natureza, cidadania), a partir dos livros infanto/juvenis.
- Educadores/as/leitores/as trabalhando a leitura de forma sistemática, consciente e prazerosa com os alunos em sala de aula;

a) Estratégias de Ação em direção à situação final 02.

Sensibilizar e formar novos educadores para o trabalho com a leitura.





Monitorar as ações dos educadores-leitores através de encontros de formação e aprofundamento.;

Aprofundar a metodologia do Projeto Baú de Leitura, com educadores que já estão em atuação, para um melhor desenvolvimento do trabalho com as crianças;

b) Ações do MOC em direção à situação Final

TABELA X

Atividades	Quantidade Prevista	Quantidade Realizadas	Realizadas o não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas Participantes
Encontros de sensibilização e formação para novos/as educadores/as leitores/as	10	10	01	39	424
Encontros de retomada e monitoramento do trabalho pedagógico.	10	10	03-	35	449
Encontros de avaliação anual do desenvolvimento do PBLeitura.	01	01	-	45	45
Visitas municipais para monitoramento "in loco" do trabalho de leitura.	10	02	-	-	-

Os encontros iniciais de formação e sensibilização deram base ao trabalho para os educadores desenvolverem suas ações em sala com as crianças. Estes são momentos importantes de conhecimento do trabalho, nos quais os educadores aprendem a desenvolver a metodologia do projeto.

Os encontros de monitoramento têm revelado mudanças na compreensão dos livros (interpretação), na leitura da realidade (visão de mundo) e suas relações com o social. As leituras permitiram aos educadores-leitores, às crianças, à comunidade e famílias perceberem e trabalharem as questões étnicas, ambientais, a relação de gênero que os textos suscitam. E, no tocante à revalorização cultural, percebe-se um jeito diferente de lidar com a cultura e produção locais – a atenção, o respeito, a participação, o envolvimento de diferentes gerações, homens e mulheres atuando nas manifestações culturais, de diferentes religiões, são indicadores de descoberta da relação de pertencimento do indivíduo àquele local, àquele tempo e de um trabalho de integração à Jornada Ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI –.

Os encontros foram realizados na perspectiva metodológica do:

- Conhecimento da realidade leitora dos educadores, despertando-os para o gosto de ler, objetivando a formação destes enquanto multiplicadores na sala de aula, na comunidade e no município, do processo desenvolvido pelo Projeto Baú de Leitura;

- Aprofundamento da metodologia para uma maior fundamentação das atividades leitoras realizadas nas escolas e nas UJAs;
- Atuação articulada nas comunidades, tendo em vista o incentivo à leitura das crianças, pais e outros agentes sociais, utilizando-se de livros dos Baús de Leitura e dos acervos literários existentes na comunidade e no município;

c) Ações dos Grupos decorrentes do processo de formação

Fruto de todo processo de formação e monitoramento com os educadores/leitores, observa-se nos próprios relatos destes educadores, elementos de fortalecimento das ações do Projeto ao nível local, tais como:

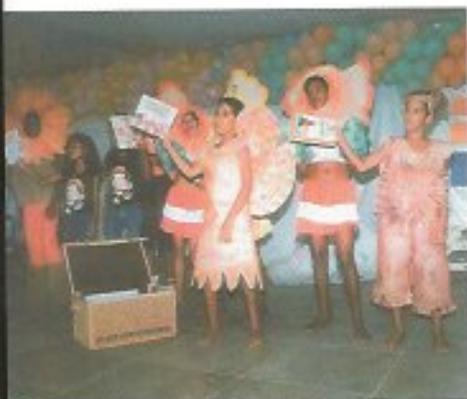
- Maior apropriação da metodologia do projeto pelos educadores e pelas próprias crianças, na medida que envolve também as famílias nesse processo;
- Melhor experimentação das etapas literárias, como interpretação, contextualização, leitura de vida e de mundo etc...;
- Maior exercício nas atividades de revalorização cultural local;
- Maior conhecimento das manifestações populares e comunitárias;
- Maior percepção de enfoques temáticos inseridos nas leituras realizadas, tanto de livros do Projeto Baú de Leitura, como outros livros identificados nos municípios, aprofundando questões como: gênero, etnia, religiosidade, questões ambientais, sociais, etc...

Através dos instrumentos de avaliação construídos com os educadores e com o monitoramento do caderno de registros destes educadores, podemos identificar que para as crianças, existem passos significativos, tais como:

- Desenvolvem atividades leitoras com bastante criatividade, iniciativa e com apreensão das idéias textuais, produzindo outros textos a partir das leituras realizadas.
- Lêem um maior número de livros; desempenham com mais segurança as atividades leitoras nas jornadas ampliada e regular;
- Produzem textos com criatividade e domínio da escrita, utilizando-se de múltiplas linguagens (como desenhos, teatro, dramatização, músicas, etc...);
- Desenvolvem a oralidade sem inibição nas sessões de contação de histórias.

Ao nível municipal também podemos identificar alguns resultados significativos, tais como:

- Valorização da presença dos índios no passado dos povoados (Teofilândia);
- Várias manifestações populares – cantigas, danças, roda.
- O Boi-Bumba do povoado, a mulinha e as cantigas de roda envolvendo



aproximadamente uns 100 moradores, além das crianças e educadores-leitores (Serrinha - C. Coité)

Outros resultados...

- Auto-estima dos alunos acerca da questão de identidade própria, familiar, cultural;
- Leitura crítica (visão de mundo) e prazerosa, melhorando a qualidade de vida das crianças, famílias e educadores-leitores;
- Crianças realizam leituras por prazer, escrevem melhor; estão mais criativas e desinibidas, com maior criticidade; produzem histórias, paródias;.
- Nos educadores foi possível perceber que eles têm realizado momento de Leitura mais sistemática, com maior desinibição. Escrevem melhor, também estão mais críticos, participam em grupos de arte no município, apresentam um maior crescimento profissional e identificam-se mais e com orgulho com o local/territorial onde vivem;
- Outras ações com a família e a comunidade, foram destacadas como: Contação de história pelos pais na escola, participação da família nas atividades de leitura; diretores da rede regular interessados no Projeto Baú de Leitura, comunidade participando da chegada dos Baús; resgate da cultura local pelos pais.

Estratégia 03: Articulação e fortalecimento do Projeto Baú de Leitura na busca do desenvolvimento local/territorial.

Situação Final 03:

- Prefeituras municipais comprometidas com o processo do Projeto Baú de Leitura, dando apoio efetivo aos coordenadores/as educadores/as, através de liberação de espaços físico e pedagógico para realização do trabalho; liberação e apoio financeiro para deslocamento dos educadores/as e coordenadores/as para participarem dos eventos de formação, garantindo apoio aos eventos municipais do Projeto;

Prefeituras, através das Secretarias Municipais, ampliando e incentivando a formação de acervos municipais de leitura;

- Prefeituras municipais ampliando o Projeto Baú de Leitura no município através da aquisição/compra efetiva dos livros para compor os Baús de Leitura;

a) Estratégias de Ação em relação à situação final.

Sensibilização dos gestores públicos municipais para um maior envolvimento no Projeto Baú de Leitura;

Incentivar a utilização de espaços de leitura (existentes e/ou criados) nos municípios, par uso dos acervos literários;

Fortalecer as ações do GT do Projeto Baú de Leitura, para incentivar as Prefeituras Municipais para ampliação e aquisição de novos Baús de Leitura, através de doação de outros Baús e garantia do processo de formação.

b) Ações do MOC em direção da situação final

TABELA XI

Atividades	Quantidade Prevista	Quantidade Realizados	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas Participantes
Reuniões Regionais com Secretários Municipais e representantes do Grupo Gestor;	08	08	-	15	120
Reuniões de articulação e planejamentos das ações do GT do Projeto Baú de Leitura;	05	06	-	06	06
Aquisição de Baús e livros de leitura	50	140	-	-	-

c) Ações das Secretarias Municipais decorrentes do processo formação

• Aquisição de livros e material didático

140 foram adquiridos com recursos dos municípios.

Em alguns casos o MOC complementou, pois doou mais baús, a depender do número adquirido pelo respectivo município.

Vale destacar ainda, que outros Baús foram adquiridos por outro Projeto coordenado pelo MOC (Projeto Vida Nova), que assegurou a compra de Baús para todas as comunidades de sua atuação - áreas de assentamento dos municípios de Conceição do Coité, Retiroândia e Santa Luz.

Estamos em processo de compra e implementação de mais 60 Baús de Leitura, adquiridos pelo **Projeto da OMICRON (30) com contrapartida das Prefeituras de Nordestina(10) Teofilândia(10) e Serrinha (10)**.

Temos ainda, a ampliação do Projeto para três municípios da região sul dos Estado – Palmas do Monte Alto, Guanambi e Malhada que, juntos, adquiriram mais de 40 Baús. E outros municípios que se mostraram também interessadas em inserir o Projeto nas UJAS (Bonito, Candeias, Feira de Santana, Vitória da Conquista).

Além destes resultados acima destacados, um elemento se apresenta como bastante interessante na perspectiva de ampliação e fortalecimento do projeto ao nível local:



• Ampliação e utilização dos acervos dos municípios

Neste ano, muitos municípios despertaram para uma melhor e maior utilização dos livros existentes no município, na perspectiva de ampliar a atuação da leitura ao nível local.

Livros que antes ficavam nos almoxarifados das secretarias e/ou nas estantes, tomaram uma nova dimensão para as salas de aula, muitas vezes transformando-se em novos Baús de Leitura. Um exemplo desta prática é o Município de Barrocas, assim como Várzea Nova e Mirangaba. Com algumas adequações do processo...

Nos municípios de Barrocas, Nordestina, Nova Fátima, Teofilândia, Serinha, muitos professores da escola regular já estão utilizando livros de leitura, baseando-se na metodologia do Baú, incentivados pelas próprias secretarias e pelos educadores que desenvolvem o trabalho.

Os Núcleos de Leitura foram espaços importantes na ampliação e utilização dos acervos municipais, pois neles os educadores, mesmo aqueles que não tinham Baús, tiveram acesso a livros de histórias, de aprofundamento de leitura e melhor fundamentação de sua prática.

Através do funcionamento do PBL outras ações percebem-se também no exercício cidadão, com uma maior dimensão social:

- Apresentação da metodologia do Projeto Baú de Leitura nas jornadas pedagógicas da rede regular de ensino, contribuindo para a melhoria das atividades leitoras nos municípios;
- Animação das comunidades com festas culturais das trocas de baús, da apresentação das atividades com as crianças, com os pais (como cantigas de roda, festas do boi, reisado, etc...)

3.3. O Projeto Baú de Leitura contribuindo para o Desenvolvimento Territorial/Regional

O processo metodológico, tanto na formação, quanto na vivência prática das ações, respeita os mesmos passos ação-reflexão-ação e por aí a atuação do projeto contribui para a construção de uma política pública de leitura ao nível municipal e regional, fortalecendo as discussões sobre identidade territorial, local e pessoal e o sentimento de pertencimento dos atores frente ao lugar onde vivem.

Entende-se que a leitura prazerosa, criativa e crítica foi e é instrumento fundamental e necessário ao processo de desenvolvimento. Através dela tem sido possível desenvolver ações articuladas entre os atores locais, valorizar os saberes e produção local, fortalecer a auto-estima de crianças e famílias, despertando um maior comprometimento dos gestores para a questão da leitura, criando a partir daí oportunidades de acesso para as crianças a espaços de leitura no município e na região.



Há uma caminhada muito grande a ser feita, na perspectiva maior do projeto se transformar em política.

3.4. Desafios

O projeto Baú de Lettura funciona, na sua maior parte, nas jornadas ampliadas e, de certa maneira, desconectado da escola regular. Ao lado de ampliar sua qualidade pedagógica e política, seu maior desafio é estabelecer o vínculo com a escola regular, de sorte a poder se transformar, efetivamente, em uma política municipal e regional de leitura.

4. Participação e Envolvimento no processo de integração e mobilização regional e nacional

Situação Final 01:

Atores e organizações sociais assumindo coletivamente o processo de desenvolvimento da comunidade e do município;

Grupos dos municípios e entidades trocando experiências em educação;

Experiências divulgadas e conhecimento de outras desenvolvidas em diferentes locais

a) Estratégias de Ação em sentido da situação final.

Provocar a realização de reuniões periódicas na comunidade e no município para um conhecimento mútuo de suas ações, troca de idéias e experiências, discutindo possíveis colaborações de cada um no processo de educação para o desenvolvimento;

Incentivar/provocar a realização de atividades conjuntas, a partir de temas comuns, visando uma maior articulação e colaboração dos vários projetos entre si;

Estimular o intercâmbio entre os municípios e com outras experiências de educação ligadas à área rural.

b) Ações do MOC em direção à situação final

TABELA XII

Atividades	Quantidade Prevista	Quantidade Realizadas	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas Participantes
Seminários de Integração dos Agentes Educacionais do Município	00	05	05	50	250

Os seminários de integração aconteceram nos municípios com a presença de representantes do poder público e das entidades e projetos ligados à sociedade civil. Debateram-se questões ligadas à concepção de educação, refletindo-se com os participantes a necessidade de fortalecer as ações e projetos desenvolvidos e exitosos ao nível municipal, buscando transformá-los em política pública de educação (integral) voltada para a realidade local e regional.

Em alguns municípios (Conceição do Coité e Araci), formou-se uma comissão para identificar estratégias de atuação, envolvendo os vários projetos e programas, na busca de construir uma proposta de educação para o município.

c) Algumas ações dos Grupos ao nível municipal

TABELA XIII

Atividades	Quantidade Prevista	Quantidade Realizadas	Realizadas e não previstas	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas Participantes
Reuniões de planejamento de ações conjuntas entre os vários atores sociais do município	03	06	03	15	30

Em dois municípios (Araci e Santa Luz) os espaços de articulação e integração municipal deram resultados bastante positivos; trata-se, no entanto, ainda, de processos bem embrionários na região.

5. Construindo redes e espalhando experiências

5.1 Articulação de novos espaços de formação de educadores/as/leitores para trabalhar com a metodologia do Projeto Baú de Leitura

A atuação do MOC, em Sergipe, foi intermediada pelo UNICEF, na perspectiva de desencadear e fortalecer processos voltados para o trabalho de leitura prazerosa.

Desencadeou-se a atuação a partir da formação dos educadores e estruturação do Projeto no Estado. Para isso criou-se um GT (Grupo de Trabalho) no estado, responsável pela estruturação e funcionamento do PBL. O GT teve inicialmente o acompanhamento do MOC.

Atualmente participam do processo o Centro Dom José Brandão de Castro e a UNDIME (União nacional do dirigentes Municipais de Educação) do Estado. Num total de 80 educadores/leitores envolvidos e 38 municípios.

A convite da CRS – Recife-Pernambuco foi realizado um encontro de formação com a equipe de educadores e de gestores da Instituição, para desenvolvimento de atividades em uma comunidade e possível formalização do



Projeto. Embora este evento tenha sido bastante pontual, mostra a importância e projeção que o Projeto Baú de Leitura tem conseguido ao nível regional;

5.2. Articulação e participação em Fóruns e Redes regionais, estadual e nacional na perspectiva de contribuir com Políticas Públicas de Educação.

a) Rede de Educação para Semi-Árido – RESAB e no Fórum Estadual de Educação do Campo – FEEC

Na articulação da RESAB e FEEC, o MOC este ano participou de forma mais efetiva no desenvolvimento das ações. O MOC continuou na coordenação do Regional de Feira de Santana, garantindo a articulação das entidades e órgãos municipais nas discussões de educação do campo e convivência com o semi-árido.

Na RESAB, a partir do mês de abril, no encontro do Grupo Gestor da RESAB, o MOC passou a fazer parte da Secretaria Executiva, contribuindo na mobilização, produção de material e desenvolvimento da proposta de educação para a convivência com o semi-árido.

Na Coordenação Executiva da RESAB, foram realizadas algumas ações:

TABELA XIV

ATIVIDADE	LOCAL E DATA
Reunião do Grupo Gestor da RESAB com representantes de todos os estados brasileiros do semi-árido	Terezina-Pi (abril/2005) e Campina Grande – PB (novembro de 2005).
Encontro Estadual da ASA – Bahia	Feira de Santana, (outubro de 2005).
IV Encontro – Encontro nacional da ASA	Campina Grande – PB, (novembro de 2005).
Seminário Regional de Educação do campo e Educação para o semi-árido	IRECE – (novembro de 2005).
Seminário Regional de Educação do campo e Educação para o semi-árido	Feira de Santana, (outubro de 2005).
Conferências Estaduais e regionais de Educação no semi-árido.	Salvador dezembro de 2003.

Destaque-se a Conferência da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro e do Fórum Estadual de Educação do Campo que aconteceu no período de 03 a 06 de dezembro de 2003, no Espaço Cultural Dom Bosco, em Salvador-Bahia. Seu acontecimento é fruto de um leque de discussões, encontros pedagógicos, pré – conferências e debates que se concretizam a partir do princípio da contextualização da educação e da busca por políticas públicas voltadas para a realidade educacional do semi-árido e do campo.

6 - Considerações Finais e Perspectivas

Os relatos supra dos três sub-programas de educação básica demonstram, com clareza, sua contribuição para o desenvolvimento territorial.

Os três sub-programas atuam numa metodologia que sempre parte da realidade local, a visualiza, a conhece e, a partir dela, amplia e constrói mais conhecimentos.

O que presenciamos?

Uma jornada, uma escola, um processo de leitura que produzem conhecimentos para o desenvolvimento e a transformação da realidade em que vivem as crianças e seus pais.

Trata-se sempre de perguntar quem sou eu, a que grupo social/étnico/categoria pertença, quais meus valores e como posso relacionar-me com os outros na construção de uma sociedade mais justa.

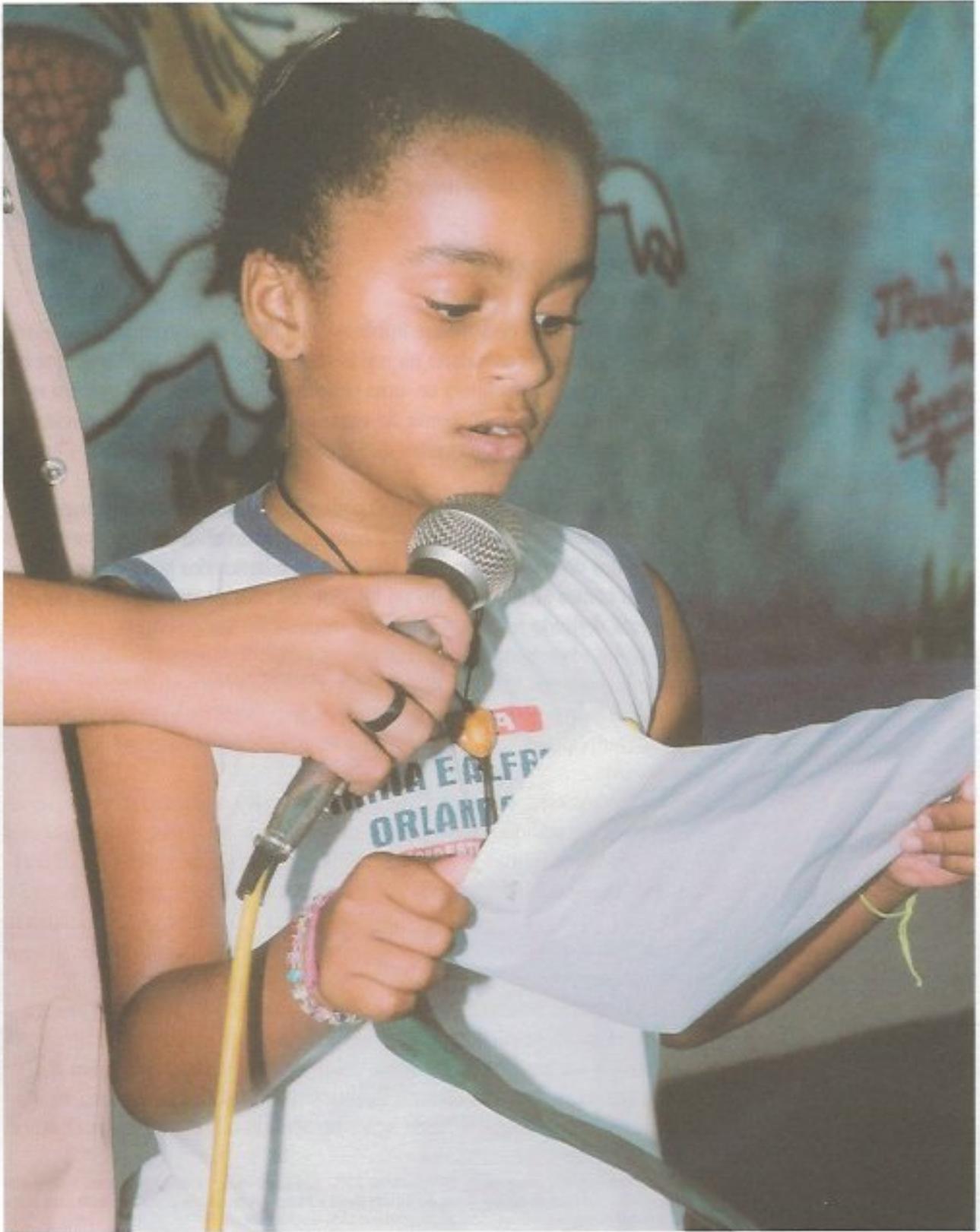
Não se trata, assim, de uma escola e de uma educação soltas no ar e nos espaços, mas de algo que acontece fortemente contextualizado, sem perder a dimensão do universal, do global, do nacional.

Nosso desenvolvimento territorial cresce e se amplia através de uma escola que trata da água, de sua captação, de seu tratamento, da despoluição de rios e aguadas, de plantios de árvores nativas, do cuidado com o meio ambiente, da conservação da caatinga, do acesso à terra, do crédito e assistência técnica, da agroecologia. Cresce com uma escola que trabalha as dimensões da segurança alimentar a partir da realidade onde se vive e baseado em sua realidade.

Esses processos acontecem tanto na jornada, quanto no CAT, quanto nos Baús de Leitura.

Quais nossos desafios?

- inter-relacionar no município e no território estas três dimensões, favorecendo a construção mais intensa de conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento;
- Ir transformando as experiências em políticas municipais e regionais de educação.



“Se quer ser universal, fale sobre sua aldeia (Tolstoi)”

É nesse clima de provocação, reações e esperanças que queremos dedicar a nossa luta de 2003 e as expectativas de 2004 a três importantes companheiros que formam para outras frentes de construção a partir de 2003: Thomas Vogel, José de Souza Cruz e Acácio Araújo¹¹.

I. INTRODUÇÃO

O Programa de Políticas Públicas (POLPUB) percorreu uma trajetória histórica em ver consolidado na região de intervenção do MOC o debate e a prática dos grupos na busca de uma política pública promotora do bem estar social e mais cidadã, do ponto de vista de garantir e “inventar” direitos. É claro que ainda não é o quadro que temos como referencial. Mas o crescimento é visível...

Na dimensão interna ao MOC podemos, da mesma forma, afirmar que Políticas Públicas já é um termo e conteúdo transversal – no discurso e na prática dos diversos Programas. Mas tal qual falamos dos grupos que se relacionam com o MOC, o quadro no interior dos seus programas ainda não é o que está definido na nossa missão institucional. Nesse sentido, precisamos dar passos. Precisamos fazer com que as POLPUB não sejam vistas de longe, como um assunto teórico, tratadas como se fossem de responsabilidade apenas de gestores públicos ou de um programa do MOC. As Políticas Públicas devem ter relações intrínsecas com a construção e/ou fortalecimento da cidadania viva.

Para isso faz-se preciso que a sociedade civil organizada fortaleça suas entidades e qualifique suas práticas, no sentido de participar de todas as etapas e processos ligados às POLPUB, quais sejam: cobrando, propondo, fiscalizando, co-executando, avaliando e reorientando as mesmas, no intuito de fazer com que a qualidade de vida das pessoas e o acesso a direitos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc. passem a ser uma constante em seus cotidianos.

O grande desafio do MOC nesse período inicial foi apresentar o tema à comunidade sisaleira, de um modo geral, bem como sensibilizá-la para colocar em prática e acreditamos que o desafio continua com uma outra roupagem, qual seja o de consolidar e qualificar passos dados nessa direção. Portanto, entendemos que a nossa ação, no sentido de superar esses desafios,

¹¹ **Thomas Vogel** – cooperante da Horizonte 3000 que conviveu conosco cinco anos e teve que cooperar com outros povos. **José de Souza Cruz** e **Acácio Araújo** que partiram desta para outra dimensão, deixando suas marcas de solidariedade e competência.



continuará apontada para o uso de estratégias que, por um lado, deve fortalecer a ação dos grupos organizados da sociedade civil e, paralela, uma intervenção que envolva o lado dos gestores públicos, através de seus assessores, secretários, vereadores, técnicos etc... Já que para nós caminhar apenas com a sociedade civil organizada, com esse fim, torna o caminho mais estreito e mais longo – muito embora a sociedade civil organizada é, por opção política e vocacional, o parceiro fraterno do MOC.

Num âmbito mais amplo deste Programa as suas ações se espalham pelos grupos prioritários da região sisaleira através de processos de formação, assessoria a entidades, conselhos de gestão, comissões, fóruns e, de forma muito clara, entendendo o seu papel de parceiro, onde os papéis das partes estão definidos e não permitem que ocupemos espaços alheios.

Em 2003, juntamente com o poder local (poder público e sociedade civil), ensaiamos os primeiros passos no sentido de consolidar um projeto político territorial, que viabilize a sustentabilidade econômica, cultural, social, política do território do sisal através de um Conselho (CODES) que tem o papel ímpar de aglutinar idéias, sonhos, recursos, conflitos, projetos, programas e políticas voltadas para o seu desenvolvimento sustentável. Precisamos dar passos curtos e seguros, pois é uma proposta que extrapola as cercas das entidades e os muros dos municípios. Para nós do programa de POLPUB temos a oportunidade de praticar a cidadania, através do controle social numa dimensão regional a partir de cada município, de cada comunidade. As POLPUB devem ser dirigidas para uma dimensão mais ampla, para os mais necessitados, num rumo de universalização e de estruturação do local para uma perspectiva territorial.

II. OS SUB PROGRAMAS

1. Sub Programa Conselhos Municipais de Gestão

1.1. Introdução

Dentro do Programa POLPUB do MOC, o sub-programa conselhos tem o objetivo de fortalecer a cidadania e a democracia através da melhoria da interferência da sociedade civil na gestão municipal, através dos conselhos municipais de co-gestão de políticas públicas, bem como outras instâncias de gestão co-participada, como grupos gestores do PETI, comissões de gerenciamento de água e comissões municipais tripartite paritárias de emprego e renda... As principais estratégias implementadas por este subprograma visam à capacitação técnica, metodológica e legal de integrantes de conselhos e outros/as lideranças, assessoria e acompanhamento de conselhos municipais,



com maior enfoque para pessoas e entidades da sociedade civil, especificamente nas áreas de orçamento municipal e fiscalização de recursos públicos. No ano 2003, os municípios de Santa Luz, Araci, Valente, Retirolândia, Teofilândia e Ichú foram contemplados com a cobertura pedagógica e sistemática planejada pelo subprograma conselhos. Fora disso, houve atividades pontuais nos municípios de Pintadas, Glória, Morro do Chapéu, Cansanção, e Fátima, Capim Grosso e Feira de Santana. As atividades realizadas e os resultados obtidos acerca das situações finais definidas foram as seguintes:

1.2. Estratégias, ações e resultados

Situação Final 01:

Entidades e pessoas da sociedade civil com conhecimento ampliado sobre seus direitos e participando das políticas públicas de maneira mais sistemática e articulada.

Para levar as pessoas e entidades da sociedade civil a este resultado foi adotada a estratégia de capacitar líderes de organizações da sociedade civil sobre os seus direitos e as suas responsabilidades, conforme demonstra o quadro.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA I

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Curso sobre interferência nas políticas públicas para o MMTL	05	05	35
Curso sobre interferência nas políticas públicas para jovens do projeto Vida Nova	0	05	35
Capacitações em Políticas Públicas realizadas fora da área de atuação do MOC, a pedido de outras entidades.	0	05	35
Reuniões de acompanhamento dos grupos nos municípios	18	12	16
Reuniões de assessoria jurídica	12	05	08

- A partir destas ações acima, eis alguns passos palmilhados pelos grupos:- Cerca de cento e vinte mulheres formulando propostas para o orçamento municipal, nos municípios de Teofilândia, Retirolândia, Santa Bárbara, Serrinha, Araci, Valente e Conceição do Coité;
- Oito mulheres acompanhando sistematicamente as sessões da Câmara de Vereadores nos municípios de Teofilândia, Santa Bárbara e Valente;
- audiência municipal com a juíza de Direito para discussão dos meios necessários para a implantação da Delegacia de Defesa dos Direitos das Mu-

lheres em Conceição do Coité;- Cerca de sete jovens ocuparam vagas nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), Conselhos Municipais de Saúde (CMS) e Conselhos Municipais de Alimentação Escolar (CMAE) nos municípios de Conceição do Coité e Santa Luz.

- Aproximadamente 14 jovens estão ocupando cargos de diretoria em associações nos municípios de Santa Luz e Conceição do Coité.
- aproximação com o judiciário e o Ministério Público de Teofilândia, Retiro-lândia, Serrinha e Araci. Isto tenderá a reforçar não só a nossa atuação enquanto sub programa, sobretudo, a atuação da própria sociedade civil.

Situação Final 02:

Os conselhos acompanhados em 06 municípios tendo maior capacidade de elaborar políticas públicas e fiscalizar a implementação das mesmas.

Para aumentar a capacidade dos conselhos municipais de participar na elaboração, no acompanhamento e na fiscalização das políticas públicas com qualidade, o subprograma conselhos seguiu, principalmente, uma estratégia de formação técnica e metodológica e de assessoria a conselhos municipais através de visitas periódicas.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA II

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Seminário regional sobre políticas públicas de saúde	1	1	27
Seminário regional sobre políticas públicas de educação	1	1	20
Seminário regional sobre políticas públicas de assistência social	1	1	53
Seminário regional sobre políticas públicas de direitos da criança e do adolescente	1	1	28
Reuniões municipais de acompanhamento dos conselhos	18	12	16

Com isso conseguimos avançar na seguinte direção:

- Na área da criança e do adolescente contamos, nos municípios de Teofilândia e Retiro-lândia, com 2 conselhos tutelares em fase de implementação, inclusive com orçamentos já garantidos.
- No município de Araci houve ampla mobilização por parte dos conselhos de educação e saúde com o objetivo de se fazer um levantamento sobre a situação da educação e da saúde. Os resultados desse trabalho foram, em seguida, apresentados às autoridades competentes (Câmara, Conselhos, MP..) e submetidos a ampla discussão pelas entidades locais.

Situação Final 03:

Organizações da sociedade civil dos 06 municípios acompanhados com maior nível de participação na elaboração do orçamento municipal e na fiscalização do mesmo.

O sub-programa empenhou-se em aumentar a capacidade das entidades da sociedade civil de negociar e influenciar os orçamentos municipais através de uma estratégia de capacitação e assessoria aos grupos nos municípios, com atividades conforme o demonstrativo que segue:

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA III

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Seminários sub-regionais sobre orçamento e instrumentos de interferência no mesmo.	2	2	42
Reuniões de acompanhamento de iniciativas de participação e fiscalização do orçamento municipal	18	12	16

O que os grupos conseguiram efetivamente alcançar com estas ações:

- Quatorze propostas elaboradas e apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo sido a maioria delas aprovadas. Tais propostas referem-se à construção de espaços de lazer para as comunidades; à melhoria da qualidade da educação rural, com ênfase para fortalecimento da EFA - Escola Família Agrícola, do município de Araci; ao incentivo de cultivo de culturas, criação e práticas adaptadas com potencial de melhoria da economia e da renda local/regional (por exemplo: caprino-ovinocultura); à horticultura, à cultura do caju anão, à construção de cisternas, à recuperação de matas ciliares, à recuperação e ampliação da cultura do sisal; implantação e criação de bancos de sementes comunitárias, à aquisição de patrulhas agrícolas implementos agrícolas, de tração animal, dentre outros.
- Ressalta-se que nesta intervenção tivemos a contribuição da Universidade Federal da Bahia, no sentido do apoio ao trabalho junto aos conselhos, justamente por entender a importância e atuar junto ao fortalecimento da sociedade civil dos municípios de Araci e Teofilândia.

Situação Final 04:

A sociedade civil organizada dos municípios acompanhados começa a monitorar sistematicamente a aplicação de recursos públicos. Semelhante à

sua atuação na área de orçamento, o sub-programa adotou uma estratégia de formação e acompanhamento de iniciativas da sociedade civil, com o objetivo de capacitar pessoas e entidades para um melhor controle social dos recursos públicos, através das seguintes atividades:

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA IV

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Seminário sub-regional sobre recursos públicos à disposição dos governos locais	2	2	35
Cursos municipais de treinamento no uso da internet para fiscalização de recursos públicos	6	5	8

Como resultado deste trabalho constatamos o grande empenho dos grupos envolvidos, no sentido de estarem fiscalizando a gestão de recursos públicos de interesse da comunidade, expresso através de pedidos de informação junto às autoridades, notadamente sobre o dinheiro do FUNDEF, da alimentação escolar, do programa FOME ZERO, PETI e da verba do SUS.

Procuramos também abrir aos grupos o instrumento do uso da internet. A equipe de políticas públicas do MOC juntou, numa cartilha, os sites mais importantes dos órgãos federais que informam sobre repasses aos municípios. A capacitação instruiu os grupos nos municípios, utilizando-se dos computadores disponíveis em sindicatos, casas de amigos ou parentes, sobre a navegação nos sites de interesse, demonstrando, em exercícios práticos, a realização de pesquisas, gravação e impressão de documentos e criação dos respectivos atalhos no computador, dando, ao mesmo tempo, orientações para tornar a divulgação destas informações mais eficiente. Houve, para cada município, um público de 05 a 10 pessoas (que é o número máximo que tem acesso a algum computador com modem).

Todavia, é mister informar que o que se conseguiu de mais importante com esses cursos, principalmente em Araci, foi a divulgação, que se dá mensalmente, para a comunidade como um todo, dos valores que o município recebe do governo federal em relação à merenda escolar, ao FPM, aos programas de Saúde, etc., através de informes afixados em locais públicos das entidades da sociedade civil. Deste modo, difunde-se uma prática, entre os conselheiros, em buscar acessar as informações, como instrumento de formação e de controle das Políticas Públicas.

Quanto ao seminário sobre recursos públicos, verifica-se que seu efeito, no município de Teofilândia, gerou a elaboração e apresentação ao Ministério Público de uma Representação, feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e outros cidadãos engajados, contendo denúncias





fundamentadas sobre irregularidades na utilização e administração de recursos do PRONAF. Como tal Representação foi formulada já no final do ano de atividades, em dezembro de 2003, pouco tempo houve para as devidas investigações pela Promotoria, estando, dessa forma, a sociedade civil aguardando os resultados do processo.

Situação Final 5:

O sub-programa dispõe de dados atualizados para monitorar e informar sobre a qualidade da interferência da sociedade civil nas políticas públicas através dos conselhos municipais. A operacionalização das atividades se deu conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA V

Atribidade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Reuniões municipais de levantamento do marco zero sobre o funcionamento dos conselhos.	06	06	17
Reuniões municipais de acompanhamento dos conselhos.	18	12	16

Para tanto, foi formulado um questionário com questões de cada área trabalhada, especificamente, saúde, educação, criança e adolescente, assistência social e desenvolvimento rural sustentável, devendo tal questionário ser respondido por cada conselho. Todavia, essa estratégia não logrou êxito, uma vez que nem todos os municípios devolveram os questionários, e os que devolveram o fizeram de forma incompleta. Diante deste quadro a equipe optou por modificar a metodologia de trabalho. A nova estratégia consiste então, em incentivar os conselheiros e demais lideranças da Sociedade Civil, no sentido de que eles mesmos, dentro dos seus respectivos segmentos de representação, estejam levantando esses dados. Dados que, depois, serão socializados e submetidos à discussão com o grupo e com a comunidade e, assim, buscar alternativas, a partir da capacidade e da responsabilidade de cada agente local. A intenção do programa de POLPUB é tornar essa prática uma estratégia rotineira dentro do movimento de conselho no território do sisal, com ênfase para o CODES.

1.3. Desafios

Alguns desafios a serem enfrentados:

- 
- Na maioria dos municípios, os conselheiros da sociedade civil mesmo que discutam ou até cheguem a formular alguma proposta de política pública, ainda não dispõem de força suficiente que respalde a discussão junto aos variados ambientes, em especial à câmara municipal, por exemplo. E isso se deve, ao nosso ver, ao fato deles ainda não estarem devidamente articulados com os demais segmentos da sociedade civil organizada. Isso faz com que o conselheiro deixe de ser um porta voz da comunidade para falar em nome dele mesmo e não do segmento que o indicou. O desafio é atuar no fortalecimento das entidades da sociedade civil e que seus projetos políticos e planejamentos estratégicos contemplem ações voltadas para os conselhos, dentro de um planejamento monitorado.
 - Na maioria dos casos, os conselheiros desconhecem quase que completamente a situação dos seus respectivos setores. Não conseguem sair do campo de uma discussão esvaziada, que não leva a conquista alguma. Isso porque estão desvinculados da realidade. Nosso desafio é usar uma estratégia que os conselheiros e a comunidade tenham sempre como base as políticas para o território, sem perder de vista sua relação com o global;
 - Uma das competências dos conselhos, além daquela de fiscalizar, consiste na discussão e elaboração de Políticas Públicas. Contudo, esta é uma tarefa que não só requer o máximo de dedicação por parte dos conselheiros, o que seria exigir demais de pessoas que têm outros afazeres, como requer, sobretudo, muita capacidade técnica. É um desafio a ser trabalhado.
 - Muitos conselhos já não se reúnem ou se reúnem esporadicamente. É comum a queixa de que há pouco quadro para a grande demanda de conselhos. Ao lado disso, outros conselhos estão sendo criados. Talvez seja a hora de se começar a pensar como contribuir para a formação de lideranças com perfil de conselheiros nas mais diversas entidades, para que não se sobrecarreguem os conselheiros e nem algumas entidades, como os sindicatos dos trabalhadores rurais que compõem diversos conselheiros e acabam não fazendo a intervenção com a qualidade devida.
 - O grande desafio é fazer o conselho sair das paredes institucionais e passar a fazer parte da agenda das pessoas, das organizações governamentais e não governamentais. O mais importante é sair das paredes institucionais e burocráticas. O Conselho deve articular interesses para definir e interferir nas políticas públicas. Além disso, o conselho deve, também, atuar com intencionalidade de que o resultado de sua intervenção tenha uma ressonância ao nível territorial; a idéia é regionalizar a ação dos conselhos, tanto no que respeita a ajudar a orientar as ações do CODES, quanto no sentido de politizar os temas e dar cor, sangue e cheiro àqueles de maior interesse e importância regional, a exemplo de recursos hídricos, mercado, agricultura familiar, comunicação, educação, juventude, organização social, dentre outros.

2. Sub Programa Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente / PETI

2.1. Introdução

Buscando concretizar a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Art 4º), o MOC vem, ao longo de sua existência e com maior enfoque em 2003, desenvolvendo ações voltadas para a temática da infância e adolescência. Esta atuação é realizada através do subprograma Conselhos; da atuação junto às rádios comunitárias; participando do CECA, (Conselho Estadual da Criança e do Adolescente), CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social), COMPETI, (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil) e, de forma mais contundente, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O tema Criança e Adolescente, além disso, perpassa todas as nossas ações.

Desde o início de nossa participação no PETI que estava claro, para nós, o caráter limitado do Programa, mas também as grandes oportunidades de participar de um Programa com uma forte marca de uma rede de intervenção, caracterizada por ações que deveriam se iniciar com a família, passando pela escola em tempo integral, gestão do programa (poder público e sociedade civil organizada), mercado, comunidade em geral e até a criança e o adolescente, de fato. Com este quadro de desafio e de conquistas é que através do Programa Políticas Públicas, esta participação no PETI acontece nos seguintes espaços, e que descreveremos a seguir:

- Coordenação do Projeto Agente de Família (PAF);
- Fortalecimento das Comissões Regional e Sub-regionais;
- Apoio e fortalecimento da Sociedade Civil, através do Fórum da Sociedade Civil.
- Participação na COMPETI e em fóruns estaduais e nacional;

2.2. Ações

2.2.1. Projeto Agente de Família¹²

O PAF, existente desde 1999, tem como meta principal acompanhar, sensibilizar, informar e capacitar as famílias contempladas pelo PETI, no intuito de incentivá-las a exercerem o papel de protagonistas do mesmo e de outras Políticas, Programas e Ações desenvolvidas no município.

Em 2003, em base a avaliações feitas, suas ações foram redirecionadas, levando-se em conta qualificar mais as ações dos agentes para que:

¹² O desenho do PAF está melhor descrito no relatório MOC 2001 ou ver no site do MOC

a) Atuem menos como repassadores de informações e mais como educadores e incentivadores do desenvolvimento da capacidade crítica das famílias;

b) Enfatizem as questões de geração de trabalho e renda, formas de organização, etc.

c) Incorporem questões sobre as competências familiares de zero a seis anos, no trato com as crianças e suas famílias;

Para atingir tais objetivos foram estabelecidas as seguintes estratégias a ações:

Situação Final 1:

Agentes de Família capacitados/as para informar e discutir com as famílias contempladas no PETI, questões referentes ao mesmo, incentivando-as a interferir de forma concreta no que diz respeito à jornada ampliada, projetos de geração de renda, bolsa, espaços e instrumentos que garantam a participação e o respeito aos direitos. Ao mesmo tempo atentar para as necessidades básicas das crianças de zero a seis anos de idade, prevenindo assim o trabalho precoce, garantindo seu desenvolvimento nas áreas da saúde, educação, e outras.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA VI

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Curso de Formação para Agentes de Família novos	01	01	50
Curso de Formação para os/as Agentes, sobre temáticas específicas.	14	14	50
Encontros de Coordenadores de Agentes para avaliação e planejamento e monitoramento das ações	09	06	35
Encontro de formação e monitoramento de coordenadores e supervisores dos/das Agentes	02	07	20
Encontros com dirigentes sindicais responsáveis pela supervisão das ações dos/das Agentes.	02	04	15

Avanços:

- Metodologicamente foi e está sendo possível acompanhar de perto as dificuldades da/os agentes, refleti-las e encaminhá-las, de igual modo identificar municípios com maior ou menor capacidade para enfrentar as referidas dificuldades;
- Há um trabalho mais contínuo no que tange à sistemática de visitas às famílias, bem como no desenvolvimento das temáticas.



- Maior capacidade de articulação das famílias para denunciar e apresentar propostas. São vários os exemplos de grupos de famílias que exigiram do grupo gestor e outras autoridades solução para Jornadas que estavam inadequadas para atender às crianças. Faltavam cadeiras, mesas, material didático e outros, e a situação, em algumas localidades foi revertida; É importante, no entanto, frisar, também, o envolvimento e a participação das famílias junto às questões de interesse da comunidade, principalmente no que tange ao PETI;
- As mães perderam e estão perdendo o medo de falar o que pensam sobre o Programa e sobre outras questões; de participar mais ativamente das atividades que acontecem na comunidade, passando com isso a serem protagonistas do seu mundo. Elas vão ao sindicato e cobram uma postura mais firme a respeito das questões relativas ao PETI; participam das reuniões da comissão regional, questionam sobre as atividades desenvolvidas na Jornada. Enfim estão deixando de ser meras receptoras de uma bolsa, passando a enxergar a mesma como direito.

Destacamos um impacto relevante da ação dos agentes: em 2003, das 6.400 famílias que foram acompanhadas mensalmente, 3.840 visitaram a Jornada Ampliada regularmente, no mínimo duas vezes ao mês. Isto tem permitido uma maior interferência nos problemas existentes, a exemplo do tipo da alimentação que está sendo servida às crianças na Jornada Ampliada. Depois que as mães identificaram que na Jornada Ampliada estavam sendo servidos alimentos pré-cozidos, sucos industrializados, enlatados, foram realizadas, em parceria com os Técnicos do Projeto PROSPERAR¹³, capacitações para todos/as os/as Agentes de Família sobre Segurança Alimentar. O resultado é que a partir de uma mobilização envolvendo todos os 29 municípios, as mães passaram a apresentar para o Grupo Gestor, o cardápio que deveria ser servido nas Jornadas Ampliadas e a mudar suas atitudes com relação aos hábitos alimentares da família. Além disso, as mães identificam e reagem contra os monitores que não fazem o reforço escolar e cobram dos grupos gestores uma solução; elas estão mais interessadas em conhecer e participar de conselhos como o da merenda e caixa escolar. Há grupos de mães estudando como funcionam estes conselhos e exigindo a participação nos mesmos, como exemplo podemos citar Serrolândia.

Outra situação que merece destaque é a questão da qualidade da água utilizada para beber, tanto em casa como na Jornada Ampliada. A partir de uma pesquisa iniciada pelos/as monitores/as, os/as Agentes, em parceria com os mesmos, identificaram nas famílias que eles visitaram, quem possuía e quem não possuía filtros e foi constatado o seguinte: *do universo de 6.400*

¹³ Maiores detalhes no relatório do Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar;



famílias que deveriam ser acompanhadas pelos/as Agentes de Família, foram encontradas 4.351 famílias. Destas (4.351), 1.514 não possuíam filtros, e a partir de campanhas, bingos, rifas, sorteios realizados pelas famílias, doações do comércio, conseguiu-se garantir que, em dezembro, 695 famílias adquiriram filtros para terem água de qualidade. Esta ação demonstra claramente a importância das ações articuladas. Além do filtro, aconteceu o processo de capacitação para tratamento e uso correto da água.

Sobre a temática Competências Familiares, as questões trabalhadas foram: *Saúde (atentando para higiene no lar, no corpo), tendo em vista a situação em que foram encontradas muitas crianças: descalças, sujas, convivendo com animais domésticos sem cuidados especiais e, diante deste quadro, das 1.843 crianças de zero a seis anos de idade identificadas, 641 estavam com diarreia.* Devido a este número foram trabalhados os fatores causadores da doença e as formas de combatê-los. Com o trabalho a partir desta temática, os agentes, as entidades, os representantes do poder público e a comunidade em geral (assim como nossa equipe) conseguiram enxergar e atuar para além do conceito reduzido de criança e de família, numa dimensão que se encerrava na criança ou nos seus pais, como se as coisas que os cercam não fizessem parte e, como se os governos (nas suas distintas esferas) não tivessem responsabilidades ou papéis claros, como propõe o ECA. E aqui, a competência técnica adquirida junto à parceria com o UNICEF foi fundamental. O desafio que se expande, com isso, é continuar influenciando no entendimento e construção de conceitos, como, por exemplo: criança, família, educação etc.

Uma outra questão trabalhada refere-se ao Registro Civil. Procuramos identificar todas as crianças que possuíam Registros e que não possuíam. *Encontramos 4.652 crianças registradas e, 97 sem o documento.* Nesse sentido, todas as famílias destas crianças, foram incentivadas a procurarem os Cartórios de Registros Cíveis para solucionar tal questão. Como resultado desta mobilização, 43 crianças já foram registradas. Mas as ações não foram restritas às crianças. Também identificamos 93 adultos sem documentos. Estes já regularizaram a sua situação.

Situação Final 2:

Mães e Pais de crianças contempladas no PETI participando do Programa, interferindo no processo de gestão e apresentando propostas, aos gestores, que garantam a qualidade do mesmo, fazendo valer os direitos legais infante juvenis.

A família exerce uma influência fundamental no desenvolvimento afetivo e intelectual da criança. Reconhecendo esse papel, vimos que seria interessante atuarmos mais próximo das mesmas para perceber como as infor-

mações trabalhadas pelos Agentes estavam contribuindo no comportamento destas e qual o tipo de suas reações. Assim sendo, montamos uma estratégia onde fossem contempladas tanto as reuniões coordenadas pelo/as agentes quanto às coordenadas pelo corpo técnico do MOC.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA VII

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Reuniões municipais com pais e mães realizadas pelos/as Agentes	2.700	2.700	30
Reuniões municipais com pais e mães realizadas pelos/as técnicos/as – MOC	150	160	50

Todas as discussões realizadas nessas reuniões foram direcionadas no sentido de fortalecer e otimizar o esforço e desempenho das famílias na execução das ações compreendidas por elas como necessárias para melhoria da qualidade de vida e identificadas como ações diárias, coletivas e de postura política. Assim, foram trabalhadas questões como: *espaços de intervenção e garantia dos direitos (Conselhos – CMDCA, Educação, Saúde, Assistência Social), valorização cultural, meio ambiente, higiene pessoal e do lar, segurança alimentar, organização comunitária, e o PETI enquanto Programa capaz de congrega diversas forças e promover o desenvolvimento local e regional*. A intenção básica aqui é a de provocar, de forma mais próxima, a participação qualitativa das famílias das crianças, seja se envolvendo na escola/jornada ampliada, seja na gestão do programa, ou através das ações de geração de renda etc. Além do mais, a integração entre as mesmas é fundamental para construção de um espaço mais solidário e, conseqüentemente, estimular e promover o movimento associativista / cooperativista.

Avanços:

Geração de renda: As famílias não discutem, hoje, só sobre o atraso da bolsa. Elas querem saber como fazer para captar recursos do PRONAF e reclamam da morosidade dos bancos no momento de aprovar projetos. Questionam o porquê algumas famílias estão fora do PROSPERAR e sobre critérios de inclusão e se mostram dispostas a criar suas formas de produzir tanto para consumo quanto para comercializar. Estas angústias comprovam o amadurecimento destas famílias e mostram que, apesar dos limites, todas têm consciência de que a bolsa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) contribui



na organização do orçamento, mas ela não é suficiente e nem o desejado. Todas querem trabalho e meios para tal: Terra, financiamento, assistência técnica, água, respeito. A prova disso foi dada nas feiras para agricultura familiar, realizadas nas regiões em que o MOC atua com o Projeto PROSPERAR e que contou com a participação de um número significativo de famílias. Também há as diversas iniciativas de hortas comunitárias que estão sendo organizadas¹⁴.

Saúde: Numa demonstração clara de que qualidade de vida não é só comer bem, as famílias expressam, com nitidez, suas preocupações com relação a outros aspectos da saúde. Elas estão indo com mais frequência aos postos de saúde trabalhar temas como doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e suas conseqüências e planejamento familiar, vacinação.

- Estão cobrando assistência clínica e odontológica para seus filhos e isto já vem acontecendo em cerca de 10 municípios, sendo que, junto com os agentes de saúde, estão fazendo a saúde preventiva. As crianças aprendem a importância de escovar os dentes e como prevenir doenças como a verminose e diarreia.

Educação. No quesito educação as famílias incorporaram de forma contundente a questão. Demonstram insatisfação com relação aos espaços físicos que não apresentam condições adequadas para o desenvolvimento das atividades, participam das reuniões, tanto da Jornada Regular como Jornada Ampliada, e, principalmente acompanham e colaboram com as tarefas escolares de seus filhos. Se falta material didático elas questionam e propõem soluções. Se monitores faltam e não avisam, tratam inadequadamente as crianças, não apresentam uma postura pedagógica coerente, lá estão elas convocando representantes do grupo gestor e expondo a questão. O resultado é que muitas mães estão indo para o banco da escola aperfeiçoar seus conhecimentos e esse talvez seja um dos maiores ganhos do Programa.

Infelizmente, nem todas as questões problemas são solucionadas, pois nem tudo está sob a governabilidade dos agentes e dos pais das crianças e suas organizações. O fato do Programa estar passando por um processo de estagnação tem comprometido as atividades e gerado muitas incertezas. Contudo, é importante colocar que foram as famílias, presentes nos vários momentos – por iniciativa própria, dentro da comunidade e, outras vezes, que foram convocadas, pois garantiram as mobilizações ocorridas durante o ano. Prova disso são as 20 mil assinaturas coletadas em Seminários Municipais e encaminhadas para Brasília cobrando a permanência e melhoria do Programa, ou seja, as famílias saíram do estado de letargia e passaram a demarcar e ocupar seu espaço.

Mas a cultura tem história e esse caminho da mobilização de grupos

¹⁴ Ver relatório do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



para que estes enxerguem e atuem para além de um Programa tem imposto limites, dificuldades.

Situação Final 3:

Comissões regional e sub-regionais funcionando como espaço de debate, articulação e mobilização em torno das questões relacionadas ao PETI.

As reuniões das Comissões regional e sub-regionais são espaços de gestão do PETI e é onde acontece o debate relativo às questões relacionadas ao Programa. As sub-regionais acontecem numa dimensão territorial menor, com um número menor de municípios e tem o fim de refletir as questões um pouco mais de perto e daí encaminha-las as que são de responsabilidade dos municípios, e aquilo que tem uma ressonância ao nível federal e estadual e sempre levado imediatamente para as reuniões da comissão regional, ou quando é algo mais urgente para a COMPETI. Estes espaços tiveram, em 2003, como principal resultado, a resistência pela manutenção do PETI.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA VIII

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Reuniões da Comissão Regional do PETI	05	07	200
Reuniões das Comissões Sub-regionais do PETI	16	09	40

Avanços:

Em 2003, a Comissão Regional exerceu um papel fundamental para a realização das diversas mobilizações ocorridas em defesa de um desenho mais estruturado do PETI. Funcionou como um espaço de reflexão, articulação e mobilização estadual, já que basicamente todos os municípios que compõem o Programa, no estado da Bahia, participam das atividades promovidas por essa Comissão.

A partir das reuniões realizadas foram definidas e reeditadas as seguintes ações:

- Realização de um Seminário em Salvador para refletir desafios e possibilidades do PETI-BA, tendo como base três avaliações realizadas no ano de 2002, cujo objetivo era identificar os impactos positivos do Programa e seus entraves, e teve a participação de representantes da Sociedade Civil e Poder Público dos municípios contemplados no Programa;
- Foram solicitadas e realizadas audiências com a Comissão de Defesa dos



Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara de Deputados da Bahia e com o Governador do Estado para tentar solucionar questões relacionadas ao valor da Bolsa e do Salário dos Monitores/as.

- Delegações da Bahia, compostas por representantes do Poder Público e Sociedade Civil foram à Brasília para encontros com Deputados Federais e ao Ministério de Assistência e Bem Estar Social objetivando a melhoria da qualidade do Programa e debater as perspectivas para o PETI em 2004;
- Definição de apoio e realização de Seminários Municipais para discutir sobre o Programa e coletar assinaturas para encaminhar ao Ministério de Assistência Social, reivindicando respostas sobre as demandas apresentadas nas visitas e documentos enviados anteriormente ao mesmo;
- Avaliação do Programa, identificando seus pontos significativos e as linhas que precisam de aprimoramento.

Situação Final 04:

Fórum da Sociedade Civil do PETI atuando como espaço de discussão, encaminhamentos e mobilizações das famílias de maneira sistemática no que concerne às questões do PETI.

A participação articulada e qualificada da sociedade civil nas POLPUB e, em especial, no PETI, dá uma cor e uma característica de transparência, de co-responsabilidade, melhor possibilidade de boa aplicação dos recursos públicos e, acima de tudo, que as intervenções sejam um momento de capacitação para a cidadania, para todos os envolvidos (poder público e sociedade civil). Daí a importância de se apoiar o fortalecimento da sociedade civil, através das seguintes estratégias e atividades:

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA IX

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Reuniões Regionais do Fórum da Sociedade Civil/Sisal	09	06	50

Avanços:

A incerteza referente a alguns aspectos de funcionamento do PETI, em 2003, ao invés de motivar a sociedade civil a participar de forma mais incisiva, promoveu uma certa desmobilização, principalmente no tocante à atuação do Fórum. No entanto, e apesar da baixa participação dos membros do Fórum da Sociedade Civil, desarticulação da coordenação do mesmo,

este exerceu um papel importante no processo de mobilização em prol de melhorias do Programa. Após um seminário que aconteceu em agosto, deliberou-se pela realização de mobilizações municipais com o objetivo de apresentar para os/as contemplados/as do PETI a situação do mesmo e, com isto, coletar assinaturas para, junto com um documento, encaminhar ao Ministério da Assistência e Bem Estar Social, reivindicando a permanência e fortalecimento das linhas estratégicas do PETI e a atualização do valor da bolsa. Num total, foram recolhidas quase 20.000 assinaturas, o que demonstra a capacidade de mobilização de todos e todas que contribuem para fazer o Programa acontecer.

Outros fóruns tem demonstrado dificuldades até maiores.

Desafios:

Ainda constitui um desafio, o fortalecimento dos Fóruns da Sociedade Civil do Sisal e, principalmente, da região do Piemonte, que estão formados, mas não têm um funcionamento adequado à demanda existente. E isso passa também pela ampliação do número de entidades que compõem os referidos fóruns, bem como pela qualificação das mesmas.

O PETI e o território

O que visualizamos, no que diz respeito ao PETI e sua relação com a dimensão de desenvolvimento territorial, é que o Programa com suas características, linhas e objetivos representa um exemplo de que, para se promover o desenvolvimento se faz necessário o desencadeamento de uma série de ações articuladas e complementares. Ações como: melhoria do sistema educacional, geração de trabalho e renda, revalorização e fortalecimento da cultura, e ao mesmo tempo, mudança de cultura e postura, no que se refere à visão sobre o trabalho infantil, formação de nova liderança, articulação e fortalecimento de entidades da sociedade civil, controle social. Todos estes processos têm sido experimentados intensamente na realidade do PETI-SISAL. Por aí tem crescido o sentido de pertencimento, de luta, de alegria pelas vitórias de todos aqueles que pertencem ao sisal. Pertencimento fundamental quando se trata de construir pela base e não de decretar a existência de territórios.

Estas ações constituem-se em exercícios práticos de cidadania, de direitos e deveres. O PETI com seus diversos projetos e estrutura organizacional conseguiu fazer com que crianças, jovens, adultos, homens, mulheres, sindicalistas, religiosos, representantes do poder público, de 93 municípios que no estado da Bahia são contemplados com o PETI, tratassem de questões como: reforma agrária, gênero, direitos das crianças e dos adoles-



centes, preservação ambiental e uso responsável dos recursos naturais, saúde, educação, moradia, lazer, eleições, direito à organização e participação política. Tudo com muito conflito, em muitos momentos, mas, conflitos que contribuíram para o melhoramento do Programa e daqueles que, de uma forma ou de outra, participam e participaram desta construção. Por isso e muito mais é que o programa se tornou um modelo de política para a região e até nacional ..

O desafio é grande em buscar uma unidade territorial a partir da intervenção do PETI, mas desde o seu início que o MOC, juntamente com as entidades parceiras e até mesmo representantes do poder público de alguns municípios do território semi-árido, buscam construir e executar uma agenda regional, que vai desde a definição de conteúdos a serem priorizados até o monitoramento das políticas públicas para a consolidação das demandas das comunidades. Desde os encontros das comissões regionais e sub regionais, da tentativa de fortalecimento dos fóruns da sociedade civil, de se procurar pautar o tema da criança e do adolescente nos meios de comunicação local e regional, com ênfase para as rádios comunitárias. O próprio processo de capacitação e monitoramento das ações do PAF se dá através de um olhar territorial. Podemos afirmar que o PETI tem sido um grande exemplo de laboratório que busca criar e consolidar uma ciência e um desenho de como podemos pensar e participar, em viver num território que pensa, atua no local sem perder de vista o global.

3. Sub Programa Organização e Fortalecimento da Sociedade Civil

3.1. Introdução

O MOC opta por fortalecer a sociedade civil organizada a partir de todas as intervenções dos seus diversos Programas. Dada, no entanto, a importância que se dá à sociedade civil, entendeu-se que era preciso criar um subprograma específico. Primeiro, para contribuir com os próprios programas do MOC, na idéia de fortalecer os grupos parceiros e, em seguida, por haver a demanda das entidades no sentido de assessoria na montagem de seus projetos políticos e planejamentos estratégicos, principalmente. Quando falamos de entidades, tratamos de entidades de atuação municipal, como associações, sindicatos, fóruns da sociedade civil, grêmios estudantis, rádios comunitárias (...) e regionais, tais como: pólos sindicais, centrais de associações, movimento de mulheres, central das cooperativas etc.

O quadro característico da sociedade civil avançou, ao longo desta última década, principalmente, nos últimos cinco anos. Podemos afirmar que a sociedade civil da região sisaleira era muito mais desarticulada e sem noção nenhuma de intervenção planejada e muito distante de definição



clara de sua missão central (que denominamos de projeto político). Podemos contabilizar que as entidades, no seu conjunto, estão sensibilizadas para a importância de se ter definida a sua missão e o seu planejamento estratégico..

Buscando realizar tal intento o subprograma tomou como resultados desejados quatro situações finais, quais sejam:

- 1 Entidades da sociedade civil com projeto político definido e monitorado;
- 2 Entidades da sociedade civil organizadas e com planejamento estratégico definido e monitorado;
- 3 Sociedade Civil participa e interfere nas POLPUB de forma planejada e articulada (cidadania e controle social);
- 4 Comissão de DLS de Santa Luz com plano definido, implementado e monitorado;
- 5 Lideranças, dirigentes e assessores das entidades da sociedade civil capacitados para o fortalecimento institucional e para interferir, de forma articulada, nas POLPUB – ao nível local e regional;

Em todas as situações finais desejadas percorrem, feito sangue em nossas veias, o esforço e a intenção de construção e fortalecimento da cidadania, como descreveremos a seguir:

3.2. Estratégias e ações

Situação Final 01:

Entidades da sociedade civil com projeto político definido e monitorado

No fundo, as entidades sabem onde desejam chegar, mas muitas vezes perdem o foco central de sua missão, de sua existência – esse quadro faz com que os resultados de intervenção nas políticas públicas sejam lentos e até desvirtuados e isso é muito pior para uma intervenção articulada com outras entidades. Daí a necessidade da assessoria em motivar e contribuir na definição e monitoramento do projeto político das entidades. Quando a entidade tem sua ação local a prioridade do foco é o ambiente local, sem se perder de vista o território no qual aquela entidade atua; e há casos como pólos sindicais, centrais de associações, MMTR que possuem, em sua natureza de intervenção um foco territorial mais amplo. A dimensão local é importante. Inicialmente a idéia é confrontar o que os dirigentes das entidades estão fazendo para, em seguida, comparar com o que eles acham que é a missão das entidades. Por fim, desenha-se onde a entidade quer chegar no médio, longo prazo, a partir das diversas contribuições dos dirigentes e lideranças institucionais.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA X

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Oficinas municipais e regionais com entidades para definição e monitoramento do seu Projeto Político	32	36	25

Uma breve avaliação

No início imaginávamos ser importante alargar o número de entidades e de municípios para que o resultado causasse mais impacto na região. Ao longo dos anos fomos percebendo que conseguimos parte do almejado, no sentido de “espalhar a notícia” que era a importância da definição do projeto político e ainda chamar os grupos para a reflexão política de se ter objetivos claros, exequíveis e palpáveis. Por isso era necessário adequar a estratégia. A principal adequação passou por priorizar municípios e entidades com potencial de resultados.

O que conseguimos

- Destacamos como principal fruto a sensibilização das entidades para a atitude de se definir seus projetos políticos. Mesmo sendo algo novo e com forte resistência por parte dos dirigentes dos grupos acompanhados na região, pelo MOC, 40% já têm seu projeto político definido e monitorado. O pólo sisal, por exemplo, disponibilizou um assessor para acompanhar e desenvolver conosco o trabalho junto a cada STR;
- A articulação das entidades ao nível local e regional se dá com melhor força e clareza, uma vez que as intervenções das entidades são definidas a partir da realidade e possibilidades territoriais, mas tendo como fonte central as missões e projetos políticos das entidades – que devem estar sintonizados. Há casos, por exemplo, de entidade de atuação regional que não tem o seu projeto político relacionado com os das entidades locais e, por isso, não é parceira, em um conjunto de lutas coordenadas por estas. Ter o projeto claro aponta onde e como se quer chegar e já há uma preocupação nesta linha, em quase todas as entidades de atuação regional;
- Com os projetos políticos definidos percebe-se que a intervenção nas políticas públicas se dá com maior empenho, dada a clareza do foco de intervenção.

Desafios

- Definir objetivos claros: missão concreta - uma dificuldade grande para os grupos, por três motivos básicos: (1) a cultura ou a “falta de costume”; (2)

dificuldade técnica ou a “falta do domínio; (3) a pouca disponibilidade de recursos. Isso os deixa reféns da situação. Isto é: “Nós planeja algumas coisas, mas no meio da estrada aparece uma chance melhor e nós acompanha essa trilha e já vai atrás do que surgiu”, afirma um dirigente sindical de Araci;

- Outro desafio, é o de construir um projeto político que contemple o nível territorial da região. Isso, inclusive, orientará as entidades a nortear os seus projetos políticos, tendo um regional como referência. Acreditamos que com a implementação do CODES esse projeto político (com o olhar da sociedade civil) deverá começar a acontecer;

Olhando o agora e para frente – Presente e Futuro

- Encontramo-nos num momento de consolidação de uma trajetória – é preciso dar seqüência ao processo de definição e monitoramento dos projetos políticos das entidades;
- Já existe uma demanda regional para este fim e, com isso se enraizando, as próprias entidades darão conta de conseguir novos parceiros para tal assessoria, reforçando assim, a idéia da autonomia dos grupos. Por enquanto ainda se faz mister um tempo para que o MOC possa construir uma agenda de retirada.

Situação Final 02:

Entidades da Sociedade Civil com Planejamento Estratégico (PE) definido e monitorado;

Esta estratégia de definição e monitoramento do projeto político das entidades, está intimamente casada com a da definição e monitoramento do projeto político das mesmas, uma vez que não existe planejamento sem se saber onde quer chegar (missão). Assim, para o MOC contribuir com as entidades, nessa direção, foram realizadas as seguintes atividades:

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA XI

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Oficinas municipais e regionais com entidades para definição e monitoramento do seu Planejamento Estratégico	26	30	25

Uma breve avaliação

Optamos por trabalhar o planejamento estratégico, preferencialmente com as entidades com atuação regional (Pólos, CEAIC, MMTR,...), para que estas descessem com as suas afiliadas utilizando a metodologia. No geral, as avaliações feitas anteriormente, para os aspectos relacionados com a definição e monitoramento do projeto político das entidades servem, também, para a definição e monitoramento do planejamento estratégico das mesmas, porém destacamos:

O que conseguimos:

- As entidades refletem e entendem que se gasta muito tempo e recursos fazendo coisas que não estavam planejadas e deixam de fazer o que é vital para as mesmas;
- Está iniciada uma motivação de se colocar as “pessoas certas” para as “funções adequadas”;
- Obtém melhores resultados nas negociações e intervenções nas políticas públicas, uma vez que, melhor planejadas, as ações rendem mais e, além disso, pode-se aliar aos resultados das articulações entre entidades;
- Há uma demanda regionalizada para que o MOC assessore as entidades no sentido de se construir o seu planejamento estratégico;
- Entidades como o Pólo Sisal, o CEAIC, e o MMTR conseguiram descer com a prática de Planejamento Estratégico para todas as suas entidades afiliadas ao nível dos municípios, assim como, numa dimensão municipal, alguns sindicatos (Araci, Nordestina, Queimadas,...) estão descendo para as delegacias sindicais.

Desafios

- Pouca (e em alguns casos nenhuma) cultura da prática de executar o planejamento, por parte dos dirigentes. Depois de feito, o mesmo não é monitorado e muitos ainda ignoram;
- Programas e projetos que chegam no decorrer do ano forçam o não cumprimento de alguns itens (ou até toda) de uma programação. Tiram o foco da prioridade anteriormente planejado;
- A pouca experiência em planejar faz com que muitas vezes se proponham processos sem governabilidade.
- Planejar dentro do território do Sisal, numa dimensão regional, é um desafio que deverá ser superado com a implementação do CODES;





Olhando o agora e para frente – Presente e Futuro

- Já existe uma cultura mínima de planejamento e monitoramento, mas faz-se preciso se cultivar o “vício” pelos mesmos;
- Necessita-se de um planejamento, ao nível territorial, para que se tome como eixo orientador nos momentos de planejamento local e até comunitário;

Situação Final 03:

Sociedade Civil participa e interfere nas Políticas Públicas de forma planejada e articulada (cidadania e controle social);

A interferência nas POLPUB pela sociedade civil é algo delicado e motivador.. Delicado por envolver interesses diversos e conflitantes e, ainda, ser algo que requer estratégia, paciência e muita sabedoria. Motivador, por exigir pés no chão, em cima do concreto, para realizarmos o abstrato. Se se fizer muito distante de uma concretude, as pessoas e, conseqüentemente, as entidades se desestimulam. Deve Ter resultados para que estes desencadeiem outros. E é com este espírito que atuamos, buscando a situação final:

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA XII

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Reunião do fórum da sociedade civil de Santa Luz	6	7	25
Reunião do fórum da sociedade civil de Valeante	8	8	50
Reunião de articulação para criação do Fórum de Araci	6	7	20
Reunião de articulação das associações de Retiroândia	5	4	25
Reunião Municipal Regional e/ gêmios estudant. de S. Luz	2	6	20
Seminário Reg. com Assoc. de pequenos empreendedores urbanos (APE - s) sobre POLPUB e captação de recursos	01	01	40
Reuniões municipais com APES sobre orçamento público e geração de renda (Santa Luz, Araci e São Domingos)	-	06	15
Seminários /cursos municipais com COOPERJOVENS – POLPUB de geração de renda para juventude e DMS	04	06	20
Reuniões municipais com Canteiros – STP e COOTEPEDRA – Santa Luz – captação e gestão de recursos	-	02	40
Encontros municipais e regionais com associações e captação de recursos públicos	-	06	50
Encontros regionais com áreas de reforma agrária e captação de recursos públicos para o Desenvolvimento sustentável	-	03	50
Reuniões / seminários juventude e sindicalismo rural	01	03	40
Seminários regionais com entidades para apresentação e discussão do planejamento MOC	03	02	40
Seminário regional com canteiros sobre POLPUB de previdência e direitos trabalhistas	01	02	60
Apoio à mobilizações sociais	04	19 tipos	Variável



Uma breve avaliação

O controle social passa, inicialmente, pela prática das lideranças e dirigentes das entidades da região, como algo novo. Não era uma atitude cultural, costumeira, das pessoas que residem no território sisaleiro disputarem e muito pouco discutirem com os dirigentes públicos qualquer tipo de reivindicação numa dimensão coletiva. Falar em intervenção nas políticas públicas era como um desagravo, uma desconfiança ao prefeito ou ao vereador, ou até mesmo a um deputado ou governador. Então, esse exercício foi e é, ainda, muito duro, mas nos meandros existem as conquistas e os desafios, vejamos:

O que conseguimos

- Tornar os temas Intervenção nas Políticas Públicas e Controle Social atrativos para os mais diversos atores e atrizes locais e regionais;
- Ir juntando as peças individuais, de cada entidade e cada município para montarmos um tabuleiro – o do território;
- Evidenciar a necessidade da articulação entre as entidades para uma intervenção mais potente e qualitativa;
- Jovens buscando resolver em conjunto com as direções das escolas os seus problemas, com os recursos que dispõem;
- Áreas de reforma agrária pensando, refletindo, sobre seu futuro de forma planejada e captando recursos do INCRA para o referido planejamento e com a garantia de aplicação do plano;
- Pólos sindicais e centrais de associações estimulando a criação de coletivos, departamentos ou secretarias de jovens, de reforma agrária, de previdência social,... para aperfeiçoar a sua forma de como se relacionar com as demais entidades e, principalmente, com o poder público;
- Em 2000, existiam, na região, três centrais de associações e, em 2003 são seis, que buscam se articular e se fortalecer para captar recursos, para melhorar a vida nas comunidades, principalmente as rurais;
- É o Sindicato dos trabalhadores (canteiros) da pedra e Cooperativa da pedra, de Santa Luz, tentando garantir os direitos trabalhistas e previdenciários para seus pares. E se isso vier a se concretizar vai servir para todos os trabalhadores da pedra da Bahia e do Brasil – é a construção de POLPUB para quem não tinha o direito e já sendo criada de forma universal;
- São as APES e a COOPERJOVEM buscando consolidar uma matriz, uma referência de como criar condições para a sustentabilidade de empreendimentos populares, de forma sustentável e solidária;
- Na mesma direção os fóruns municipais da sociedade civil buscam se

articular, buscam juntar os pedaços dos movimentos que se separam cada um em seu gueto, em seu projeto e, assim, superar as crises institucionais (Valente e Santa Luz) e em Araci a tentativa de se construir uma articulação entre as entidades, mas de maneira lenta, porém segura, de onde se quer chegar.

Desafios

- Juntar as entidades em torno de uma intervenção coletiva ainda é um desafio utópico;
- Unir temáticas dos mais diversos matizes, interesses, cheiros e odores para grupos que ainda têm forte o individualismo é difícil, e ao mesmo tempo, provocador;
- Para dentro do MOC o desafio é articular os vários programas para se encontrarem no planejamento do MOC e no planejamento do município – promovendo a força do controle social como um ato cidadão;

Olhando o agora e para frente – Presente e Futuro

- O governo Federal recém-eleito e empossado, por ter um perfil popular e democrático, governará mais três anos e por parte da sociedade civil organizada há uma inversão de valores, um silêncio camuflado que precisa ser despertado para que as entidades possam assumir seu papel e seu devido lugar de co-gestor social;
- 2004 é um ano eleitoral para os municípios que terá um governo para mais quatro anos. E este é um ano de se desenhar e se executar uma intervenção coletiva, de controle social, das políticas públicas;
- Por outro lado, as entidades e a comunidade estão se despertando para um novo tipo de participação na vida do seu município que é o descobrir que pode falar, que pode cobrar, propor, co-executar políticas;

Situação Final 04:

Comissão de DLS de Santa Luz com plano definido, implementado e monitorado.

Dando continuidade a um trabalho começado há dois anos, 2003 consolidou a atuação permanente da comissão do DLS em Santa Luz, como uma oportunidade de se criar a cultura de discussão das questões de interesse do município, com uma participação ampla e que considere o papel e a importância do poder público e da sociedade civil. É nesse sentido que foram desenvolvidas as seguintes atividades.



Uma breve avaliação

O controle social passa, inicialmente, pela prática das lideranças e dirigentes das entidades da região, como algo novo. Não era uma atitude cultural, costumeira, das pessoas que residem no território sisaleiro disputarem e muito pouco discutirem com os dirigentes públicos qualquer tipo de reivindicação numa dimensão coletiva. Falar em intervenção nas políticas públicas era como um desagravo, uma desconfiança ao prefeito ou ao vereador, ou até mesmo a um deputado ou governador. Então, esse exercício foi e é, ainda, muito duro, mas nos meandros existem as conquistas e os desafios, vejamos:

O que conseguimos

- Tornar os temas Intervenção nas Políticas Públicas e Controle Social atrativos para os mais diversos atores e atrizes locais e regionais;
- Ir juntando as peças individuais, de cada entidade e cada município para montarmos um tabuleiro – o do território;
- Evidenciar a necessidade da articulação entre as entidades para uma intervenção mais potente e qualitativa;
- Jovens buscando resolver em conjunto com as direções das escolas os seus problemas, com os recursos que dispõem;
- Áreas de reforma agrária pensando, refletindo, sobre seu futuro de forma planejada e captando recursos do INCRA para o referido planejamento e com a garantia de aplicação do plano;
- Pólos sindicais e centrais de associações estimulando a criação de coletivos, departamentos ou secretarias de jovens, de reforma agrária, de previdência social,... para aperfeiçoar a sua forma de como se relacionar com as demais entidades e, principalmente, com o poder público;
- Em 2000, existiam, na região, três centrais de associações e, em 2003 são seis, que buscam se articular e se fortalecer para captar recursos, para melhorar a vida nas comunidades, principalmente as rurais;
- É o Sindicato dos trabalhadores (canteiros) da pedra e Cooperativa da pedra, de Santa Luz, tentando garantir os direitos trabalhistas e previdenciários para seus pares. E se isso vier a se concretizar vai servir para todos os trabalhadores da pedra da Bahia e do Brasil – é a construção de POLPUB para quem não tinha o direito e já sendo criada de forma universal;
- São as APES e a COOPERJOVEM buscando consolidar uma matriz, uma referência de como criar condições para a sustentabilidade de empreendimentos populares, de forma sustentável e solidária;
- Na mesma direção os fóruns municipais da sociedade civil buscam se

articular, buscam juntar os pedaços dos movimentos que se separam cada um em seu gueto, em seu projeto e, assim, superar as crises institucionais (Valente e Santa Luz) e em Araci a tentativa de se construir uma articulação entre as entidades, mas de maneira lenta, porém segura, de onde se quer chegar.

Desafios

- Juntar as entidades em torno de uma intervenção coletiva ainda é um desafio utópico;
- Unir temáticas dos mais diversos matizes, interesses, cheiros e odores para grupos que ainda têm forte o individualismo é difícil, e ao mesmo tempo, provocador;
- Para dentro do MOC o desafio é articular os vários programas para se encontrarem no planejamento do MOC e no planejamento do município – promovendo a força do controle social como um ato cidadão;

Olhando o agora e para frente – Presente e Futuro

- O governo Federal recém-eleito e empossado, por ter um perfil popular e democrático, governará mais três anos e por parte da sociedade civil organizada há uma inversão de valores, um silêncio camuflado que precisa ser despertado para que as entidades possam assumir seu papel e seu devido lugar de co-gestor social;
- 2004 é um ano eleitoral para os municípios que terá um governo para mais quatro anos. E este é um ano de se desenhar e se executar uma intervenção coletiva, de controle social, das políticas públicas;
- Por outro lado, as entidades e a comunidade estão se despertando para um novo tipo de participação na vida do seu município que é o descobrir que pode falar, que pode cobrar, propor, co-executar políticas;

Situação Final 04:

Comissão de DLS de Santa Luz com plano definido, implementado e monitorado.

Dando continuidade a um trabalho começado há dois anos, 2003 consolidou a atuação permanente da comissão do DLS em Santa Luz, como uma oportunidade de se criar a cultura de discussão das questões de interesse do município, com uma participação ampla e que considere o papel e a importância do poder público e da sociedade civil. É nesse sentido que foram desenvolvidas as seguintes atividades.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA XIII

Atividade	Previstas	Realizadas	Nº médio de participantes
Reunião da comissão municipal de Santa Luz	6	09	30
Visitas de assessoria à Comissão de DLS de Santa Luz	5	12	-
Reunião para elaboração do plano municipal de desenvolvimento S. Luz	4	4	30

O que conseguimos

Manter um grupo consistente e recheado de novas lideranças. Garantir, ao longo desse tempo, a presença de representantes do poder público (municipal, estadual e federal); realizar um diagnóstico participativo do município por comunidade e por área temática (saúde, educação, geração de renda,...) com coordenações de pessoas definidas pela própria comissão; socializar as informações de todos os passos dados, com a comissão e com a comunidade através de boletins das entidades e da rádio comunitária (Santa Luz FM); envolver um processo pedagógico que tem servido como formação de novas lideranças;

Desafios

- A comissão vai enfrentar um ano eleitoral (2004) com um plano de DLS em mãos e deverá negociar com os candidatos ao executivo e legislativo a sua execução;
- Sair da condição de Comissão e partir para a institucionalização enquanto Conselho Municipal de Desenvolvimento Local, definindo em lei o seu papel e funcionamento e, assim, se consolidar, enquanto um espaço de elaboração e implementação das políticas;
- Sistematizar toda a experiência para que possa ser multiplicada e reeditada em outros cantos, com as adequações necessárias;
- Ser, para o poder local e para MOC, um espaço de ajuntar as idéias e as forças existentes;
- Fortalecer o papel da coordenação municipal para que este trabalho de construção de um plano e agenda comum para o desenvolvimento sustentável de Santa Luz possa acontecer e buscar multiplicar essa experiência para outros municípios do território do sisal;

Situação Final 5:

Lideranças, dirigentes e assessores das entidades da sociedade civil ca-



pacitados para o fortalecimento institucional e para interferir, de forma articulada, nas Políticas Públicas – ao nível local e regional;

A preocupação com a constituição de um processo permanente de formação de novas lideranças, bem como o de atualizar os dirigentes e lideranças atuais, está escrito nos nossos apontamentos como algo orientador e que dá ao território uma certa segurança de que o seu desenvolvimento terá uma vida mais duradoura e sustentável.

Quadro de atividades previstas, realizadas e número médio de participantes

TABELA XIV

Atividade	Previstas módulos mensais	Realizadas módulos mensais	Nº médio de participantes
Capacitação de Lideranças jovens	7	7	35
Capacitação de lideranças comunitárias e sindicais da região	7	7	35
Capacitação de novas lideranças sindicais da região do sisal	7	7	90 (3 turmas de 30)

Uma breve avaliação

Todas as atividades de formação do MOC têm priorizado uma condução processual e assim se dá em todos os programas. Houve, no entanto uma demanda das entidades para que fosse feita uma capacitação, em bloco, para dirigentes, educadores e lideranças de associações, sindicatos, cooperativas, MMTR, movimentos jovens etc. e que percorresse um rumo com duração maior que um ano. E assim foi planejado. Para tal, destacamos duas frentes: *a primeira* por ser um processo de formação que vai se consolidando – 2003 foi o quarto ano dessa proposta; e *segundo aspecto* é a parceria entre o MOC, o DISOP (entidade de cooperação belga), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e as entidades. No segundo ano do curso o número de turmas foi aumentado e as despesas assumidas pelo movimento sindical.

O que conseguimos

- Depois de dois anos, 80% dos participantes dos cursos estão assumindo cargos nas entidades;
- Nos módulos realizados em parceria com o pólo sisal, essa entidade entrou com uma parcela fundamental de participação: os facilitadores de alguns módulos foram dirigentes e lideranças do próprio movimento – monitorado pela direção do pólo e pela coordenação do curso;

- Os dirigentes que estão mais à frente dos cargos das entidades registraram na avaliação final dos cursos que o nível de participação dos cursistas nas reuniões e atividades das entidades se dá com outra qualidade;
- Tornar patente a importância da formação como elemento básico para o desenvolvimento pessoal, institucional e local/regional. I

Desafios

- O monitoramento das ações dos cursistas, após as etapas é o nosso desafio, assim como envolver os dirigentes das entidades para o acompanhamento dos cursistas;
- O custo de um processo de formação como este é alto, mesmo com a contrapartida das entidades, como foi o caso do Pólo Sisal que assumiu cerca de 30% dos custos, bem como as entidades que assumiram as despesas com deslocamento dos cursistas de seu município para o local do curso;
- As entidades da região ainda sofrem com a dependência que há sob o MOC. Há uma ausência considerada do poder público, bem como de outras entidades que poderiam dar a sua parcela de contribuição a um projeto de formação de lideranças do território do sisal;
- Contar com o apoio de facilitadores (professores) com a qualidade demandada e com poucos recursos financeiros para a realização dos módulos é ainda preocupante;
- Envolver novas lideranças das comunidades no processo de formação;
- Tornar esse processo de formação algo mais consistente sobre dois ângulos: *o primeiro* é ampliar o número de grupos de interesse dentro de um território (por exemplo, funcionários de cooperativas de crédito, grupos da economia solidária etc.) *e segundo* consolidar ou institucionalizar (criar uma universidade popular; ligá-lo a um departamento de extensão de uma Universidade; ou criar algo equivalente). A idéia aqui não é “burocratizar” mas criar condições reais de captação de recursos públicos, bem como visar um movimento que tenha sustentabilidade;

Olhando o agora e para frente – Presente e Futuro

- Nas avaliações feitas pelos cursistas e pelas entidades o plano de formação deve continuar, tendo em vista os resultados positivos que vem se apresentando;
- Para frente, um outro desejo e necessidade é o de envolver públicos ligados às diversas áreas: saúde, educação, economia,...

Considerações Finais – a partir do desejo de entender e atuar numa dimensão territorial

O momento conjuntural brasileiro nos faz refletir e colocar como desafio a importância da organização e do fortalecimento da sociedade civil justamente por alguns motivos:

- Não se tornar refém de governo, mesmo quando este é de caráter popular. É preciso fortalecer a autonomia das entidades para se poder falar o que for necessário. É imprescindível;
- Ter clareza e poder diferenciar projeto político de sociedade e programa de governo e garantir que aquele seja o orientador das ações governamentais e não governamentais;
- Não ser o referendador de ações ou omissões governamentais, em nome de uma marca pessoal ou até mesmo partidária;
- Ao mesmo tempo, entender o papel das conquistas, mesmo que pelas vias burocráticas. Compreender que há uma democracia sendo consolidada, que há uma esperança de participação cidadã... que este é mais um forte momento histórico e que por ser histórico, requer a presença forte do tempo e dos processos políticos, sociais, culturais,...
- A dimensão de juventude começa a extrapolar os muros de ações mais direcionadas. O Programa Jovens Escolhas contribuiu para o MOC e para a região, juntamente com a Cooperjovens, no sentido de como se pensar a participação juvenil sem aumentar a dependência deste público às entidades de “adultos” e imaginar o real papel e contribuição que a juventude tem que assumir nos mais diversos espaços do território sisaleiro da Bahia.
- Uma questão que fica é como enfrentar um processo de eleições municipais em 2004 sem atrelar as entidades a qualquer partido político e, ainda, fortalecer os passos dados na construção da cidadania, de organização e gestão social?

Há, no entanto, que se pensar no governo central, dada a sua trajetória política. Mas o MOC, através da qualificação das POLPUB quer garantir que o *Local*, o *Território* seja fundamental para dimensionar e interferir nas mesmas, sem perder de vista a relação com as forças do poder local ao nível municipal, e ainda estadual.

Ao nível daquilo que iniciamos em anos anteriores e demos continuidade em 2003, cabe-nos refletir sobre como sustentar com a qualidade demandada todos os projetos sonhados pela comunidade, seja por nós, pelos parceiros, pela gente nova que vem chegando, pelo poder público,... o que importa é que as coisas continuem caminhando no sentido da qualidade de vida, de forma responsável e solidária. E nessa viagem destacamos:

- 
- Fazer com que a atuação dos conselhos seja qualificada e ampliada e principalmente saia das paredes da “burocracia” e passe a ser o espaço de debate, de formulação, fiscalização, inclusive na direção do CODES. A intenção é que os conselhos municipais possam promover a articulação de temas, de entidades, de pessoas, construindo um exercício político de almejar o mesmo exercício ao nível regional; afinal a política territorial parte de uma demanda municipal. Ou seja, a política de educação para o território do sisal deve ser um somatório das políticas de educação pensada a partir de cada município, mais os elementos surgidos das reflexões da conjuntura estadual, nacional e internacional. E assim deve acontecer com a política de educação, de cultura, de geração de renda etc.
 - Que as POLPUB voltadas para fortalecer os direitos da criança e do adolescente possam sair das indefinições e sejam, ao contrário, priorizadas pelo governo federal, estadual e municipal e que a sociedade civil assuma seu verdadeiro papel de co-gestor;
 - Os dirigentes das entidades devem entender a importância da formação de novas lideranças e da atualização das atuais para a qualificação das ações e pela democratização da participação política nas entidades. Aqui queremos abrir um parêntese para registrar que dos noventa e três municípios que compõem o PETI na Bahia, cerca de quarenta estão dentro do território semi-árido (região sisaleira) e podemos afirmar que há um diferencial em relação à trajetória política entre esses dois grupos de municípios. Há uma articulação em diversos níveis entre os mesmos, numa perspectiva do fortalecimento de uma ação regionalizada. Como exemplo, temos a comissão regional do PETI, e as reuniões das comissões sub regionais, que se reúnem periodicamente para discutir as dificuldades e possíveis saídas, tanto as questões ao nível local, mas, principalmente, aquelas ao nível regional (territorial). Entendemos que estas são iniciativas de construção de vida em território, para debater, para se capacitar, para se divertir e se produzir numa visão e prática de coletivo. Podemos ainda elencar a tentativa de se articular a sociedade civil dentro de uma dimensão territorial com temas e intervenções articuladas, dentro dos fóruns da sociedade civil. Aqui se marca uma fronteira necessária: a sociedade civil precisa se preparar estrategicamente. Criar e ocupar seus espaços de formação e de fortalecimento visando a uma intervenção articulada e qualificada. Sem qualquer tipo de ranço. Podemos trazer, como exemplo de semente lançada na direção da ação territorial, a temática Criança e Adolescente, que une as mais diferentes tendências, interesses, e que supera os limites corporativos, individuais e de grupelhos. Por dentro do PETI pode se ver o papel da comunicação: seja através das rádios comunitárias, seja através dos Programas de rádios das comu-

nidades ou do informativo Giramundo¹⁵, uma tentativa concreta e com resultados para a germinação da semente do fortalecimento do território, lançada em tempos anteriores.

- Dar continuidade ao processo de definição e monitoramento dos projetos políticos e planejamento estratégico das entidades, na dimensão do fortalecimento da sociedade civil, do desenvolvimento local e territorial.
- Continuar com o fortalecimento da articulação das entidades ao nível local e territorial, no sentido de pressionar para a qualificação das políticas públicas, numa perspectiva de implementação do CODES sisal e implantação de outros CODES como o do Jacuípe e Piemonte.
- Priorizar ações com jovens na intenção da garantia de participação juvenil e ampliação de oportunidades para a juventude em todos os níveis (educação, família, geração de renda, cultura,...). Os projetos trabalhados em anos anteriores (jovens escolhas e junto aos sindicatos na tentativa de criar uma articulação local denominada de coletivo jovem) e os iniciados em 2003 e planejados para 2004, têm um forte perfil regional. E os municípios envolvidos estão dentro do território e mais: alguns são de municípios vizinhos (de outros territórios que estão vindo compartilhar dos conhecimentos e fortalecer a luta entre os mesmos, através da troca de experiência e de energia);
- Qualificar e fortalecer a intervenção das coordenações municipais de Santa Luz e Araci, com o intuito de construir um exercício de articular ações, fortalecer o trabalho das entidades e buscar criar interfaces entre os programas do MOC e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do território sisaleiro;
- Apoiar que as entidades da região busquem realizar novas parcerias além do MOC, na perspectiva da criação e fortalecimento de sua autonomia e de possibilidades outras de intervenção regionalizada mais fortalecida.

Sonhar que a sociedade civil possa assumir seu papel frente à construção de um lar, comunidade, município, um território e um Brasil cheio de oportunidades para todos e todas.

Nossos sonhos são construídos assim: com o pé na aldeia, no território e no mundo global e carregado de esperanças!

¹⁵ Ver maiores detalhes no relatório do Programa de Comunicação;

¹⁶ Agência Regional de Comercialização criada em dezembro de 2002, com o apoio do INCRA e do MOC, integrada por 18 empreendimentos, com sede no município de Valente, com o objetivo de viabilizar a comercialização dos produtos das entidades associadas, inclusive, criando uma marca própria denominada "Riquezas do Sertão", para identificação dos produtos.



Programa de Apoio à Viabilização da Agricultura Familiar no Semi-Árido

I - INTRODUÇÃO

O programa de apoio à viabilização da agricultura familiar no semi-árido tem como objetivo criar condições para que as famílias que vivem nessa região e obtêm sua renda através de atividades rurais agrícolas e não agrícolas, possam ter uma melhoria em sua qualidade de vida, mediante a sustentabilidade dessas atividades tanto no campo da geração de renda, como, também, no sentido de preservação do meio-ambiente, passando ainda pela acessibilidade a outras necessidades básicas inerentes ao ser humano, como garantia a uma alimentação de boa qualidade e acesso à água potável. Sabemos que esses direitos só serão concretizados se as famílias tiverem acesso ao crédito para realizarem os investimentos desejados e a garantia de uma assistência técnica que tenha como foco central a melhoria da qualidade de vida das famílias como um todo.

Com a finalidade de se obter um trabalho de melhor qualidade, a equipe de fortalecimento da agricultura familiar do MOC se dividiu em quatro subprogramas, ou seja:

- Subprograma de assistência técnica e capacitação para convivência com o semi-árido;
- Subprograma de crédito;
- Subprograma de recursos hídricos, visando principalmente à captação de água para consumo humano.
- Sub-programa de Verticalização da Produção.

O desenvolvimento do trabalho desses sub-programas, nas suas respectivas especialidades, busca superar antigos problemas que persistem em nossa região, como o não acesso aos créditos oficiais pelas famílias que necessitam do mesmo para desenvolverem atividades, acesso à água para consumo humano e, igualmente, assistência técnica e a busca de beneficiamento e comercialização da produção.

Outro aspecto que caracteriza bem o programa como um todo, é que, apesar da divisão nos quatro subprogramas, ele age com um razoável grau de interação, até mesmo por fatores implícitos dentro das famílias traba-





lhadas, pois, torna-se impossível se trabalhar com crédito sem assistência técnica, ou mesmo prestar uma assistência técnica de boa qualidade sem se trabalhar a questão da segurança alimentar e a captação de água para consumo humano. Todas as ações desenvolvidas pelo programa buscam, também, sempre, o envolvimento das famílias como um todo nos projetos elaborados e nas decisões que elas venham a tomar dentro dos processos produtivos nas propriedades, envolvimento esse, gerador de empoderamento às mulheres, pois, em um passado bem próximo, em sua grande maioria, elas não opinavam nem tomavam decisões quando o assunto era economia familiar.

Essas atividades trabalhadas nos municípios foram financiadas, neste ano de 2003, pelas seguintes linhas de financiamento:

- PROJETO PROSPERAR – Projeto desenvolvido e gerenciado pelo MOC, financiado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), juntamente com a Secretaria da Ação Social (SEAS) do Ministério da Previdência Social, (hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) com o objetivo de gerar renda para as famílias do PETI;
- SEGURANÇA ALIMENTAR – Projeto financiado pela CORDAID, objetivando melhorias das famílias com ênfase na perspectiva da Segurança alimentar.
- MISEREOR – Projeto de formação e capacitação em negociação para captação de recursos e assistência técnica;
- MDA - Projeto financiado através da secretaria de agricultura familiar no Ministério de Desenvolvimento Agrário, visando à formação de Cooperativas de Crédito e sua qualificação, assim como capacitação de agricultores familiares em áreas produtivas de convivência com o semi-árido.;
- ÁGUA – Projeto apoiado pela CRS, Pão Para o Mundo e o PIMC (Programa um milhão de cisternas), com apoio da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) e antigo MESA (Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome), hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome...
- CABRA-ESCOLA – Projeto financiado pelo Laboratório Pfizer e desenvolvido pelo MOC, que tem como objetivo a geração de renda para famílias do PETI.
- INDUPA-SOLVAY – projeto de cisternas, apoiado por estas duas firmas e destinado às famílias do PETI.

É importante ressaltar: as ações apontam sempre para a questão de se trabalhar ao nível regional, as necessidades e as soluções e até mesmo, as metodologias adotadas, visando, dessa maneira, que se possa formular propostas de intervenção em políticas públicas, criando-se um território a partir de ações e carências que são comuns a todos esses municípios em que trabalhamos. A partir daí, é possível se pensar na questão do desenvolvimento territorial.

II. OS SUB-PROGRAMAS

1. Sub-Programa de Assistência Técnica

1.1. A concepção

O sub-programa de assistência técnica e capacitação tem suas ações voltadas para o desenvolvimento das famílias e das comunidades em que atua. Desenvolvimento este, baseado, não só na geração de renda – fator fundamental para a melhoria da qualidade de vida -, como também em vários aspectos do dia-a-dia das famílias, como as relações sociais de gênero, segurança alimentar e nutricional, dimensão agroecológica da agricultura, o acesso à água de boa qualidade, levando em conta também às questões organizacionais dentro das comunidades.

Quanto ao aspecto da sustentabilidade, percebemos e buscamos atuar considerando a visão da realidade vivida pelas famílias e o potencial que pode ser melhorado por elas, na perspectiva da agricultura familiar, envolvendo quatro vertentes de sustentabilidade:

- a produção de subsistência que viabiliza temporariamente a disponibilidade de alimentos (feijão e milho., mandioca, batata e outras culturas);
- a produção que gera renda permanente – o sisal, em nosso caso -;
- a renda auferida fora da propriedade através de diárias em alguns setores de trabalho;
- os pequenos criatórios, principalmente de caprinos e ovinos, galinhas e outros.

O importante nessa visão das quatro vertentes é que, a partir do conhecimento da realidade, o processo, de assistência técnica busca trabalhar o conjunto do processo reforçando alguns deles, em nosso caso, especialmente, a questão dos criatórios de caprinos e ovinos e a cultura do sisal. A partir daí há uma maior garantia de renda permanente e as famílias passam, cada vez menos, a depender da renda como diaristas.

1.2. Metodologia aplicada no processo de assistência técnica.

1.2.1. Base metodológica

A assistência técnica oferecida pelo MOC é trabalhada em comum por nós e pelas entidades parceiras que conosco assumem a proposta, no sentido de se gerar uma experiência que, refletida e sistematizada, possa servir como instrumento de construção de políticas. A expectativa do MOC é, gradativamente, ir



empoderando as entidades no entendimento, elaboração, execução e avaliação da assistência técnica, afastando-se, ao mesmo tempo, do processo.

Essa assistência técnica, como não poderia deixar de ser, dirige-se exclusivamente a agricultores e agricultoras familiares, procurando fortalecer suas experiências e ampliar seu conhecimento para enfrentar e solucionar as questões atinentes à uma correta convivência com o semi-árido.

Os técnicos contratados pelo MOC, subsidiados pelos vários projetos, são colocados à disposição das entidades dos trabalhadores que são parceiras do programa, dentro de uma sistemática que supõe um planejamento anual de atividades e um monitoramento quinzenal, envolvendo técnicos e representantes das entidades, responsáveis pelo acompanhamento daqueles.

Deste modo, os técnicos são chamados a visitar as comunidades, trabalhar com as mesmas numa interação de conhecimentos, valorizar suas práticas e saberes e identificar com as mesmas suas potencialidades. Possíveis projetos e financiamento são decorrentes destes processos de trabalho.

Para se dar uma dimensão seqüencial ao trabalho, as comunidades são divididas, segundo seus estágios em:

Comunidades de ATS – assistência técnica sistemática, processo dirigido àquelas comunidades que se iniciam nos trabalhos e que recebem uma visita quinzenal do técnico durante todo o ano;

Comunidades de ATP – assistência técnica periódica, dedicada a comunidades que estão no segundo ou terceiro ano de trabalho e que, já possuindo uma caminhada, podem ir dispensando a presença do técnico aos poucos;

Comunidades de ATE – assistência técnica esporádica; comunidades que já se situam no final da caminhada, necessitando de assistência apenas em eventos e situações esporádicas.

Melhor explicitado: temos no processo de acompanhamento às famílias uma diferenciação, a partir do tempo em que atuamos nas comunidades, ou seja, para aquelas comunidades em que começamos a trabalhar temos um processo de Assistência Técnica Sistemática (ATS), que consiste em duas visitas mensais nas comunidades, sendo 1,5 dia para visitas individuais e 0,5 dia para reuniões grupais. A partir do 2º ano de atuação nas comunidades, o processo de assistência técnica passa a ser de um dia em cada dois meses, sendo que 0,5 do dia é destinado a visitas individuais nas propriedades e 0,5 dia para reuniões grupais (ATP). Logo após o 2º ano, não ocorrerá a saída da Assistência técnica da comunidade, porém, essa assistência passará a ser de forma esporádica para não quebrar o vínculo da





comunidade com as entidades e os técnicos e também para uma possível atuação emergencial.

O fundamental nesta caminhada é que o técnico ausculte, debata, aprenda com a comunidade e esta com o técnico, e que o conhecimento novo, assim produzido, sirva de instrumento do progresso da família e da comunidade.

1.2.2. A Organização geográfica, comunitária e política.

A região em que desenvolvemos as ações totaliza um número de 31 municípios. Para uma maior organicidade e eficiência do nosso programa, fez-se necessário a criação de quatro sub-coordenações :

A) Sub-região do sisal (Valente, São Domingos, Santaluz, Queimadas, Nordestina, Cansação, Itiúba e Monte Santo);

B) Sub-região Nordeste – (Serrinha, Barrocas, Conceição do Coité, Retirolândia, Quijingue, Teofilândia, Tucano e Araci);

C) Sub-região do Paraguassu – (Ichu, Candeal, Riachão do Jacuípe, Pé-de-Serra, Gavião, Capim Grosso e Nova Fátima);

D) Sub-região de Piemonte – (Jacobina, Serrolândia, Ouralândia, Mirangaba, Várzea Nova, Campo Formoso e Miguel Calmon).

Nesses municípios identificamos como *situação inicial que as famílias do PETI não tinham acesso à assistência técnica e, assim, ficavam bloqueadas em questão do crédito, assim como quando o captavam não tinham os resultados esperados, também por falta de uma assistência técnica.*

O que fazer para enfrentar esta questão?

Através de projetos, em parceria com o Governo Federal e o Governo do Estado, assim como a cooperação internacional e entidades privadas, em cada um desses municípios foi alocado um técnico agrícola ou um engenheiro agrônomo, em tempo parcial ou integral, para desenvolver as ações de assistência técnica, sob a responsabilidade das entidades da sociedade civil representativas da agricultura familiar do município, sendo ao todo cinco associações e vinte e seis sindicatos de trabalhadores rurais.

Os técnicos disponibilizados pelo MOC às entidades passaram por diversos processos de capacitação, para que pudessem prestar uma assistência de melhor qualidade. Além disso, nos encontros de monitoramento que aconteceram a cada quinze dias em dimensão regional e a cada dois meses no conjunto, sempre se analisavam temas e questões de que os técnicos necessitavam para melhor desempenho do seu trabalho profissional. Vejamos:

TABELA I

ATIVIDADES	P	R	Nº DE PARTICIPANTES	REALIZADO E NÃO PREVISTO
Capacitação técnica sobre metodologia de trabalho, técnicas de abordagens de Segurança Alimentar, Assistência Técnica, Gênero, Políticas Públicas e Agricultura Familiar.	01	01	14/ encontro	00
Capacitação técnica em elaboração de projetos	01	03	24/ encontro	02
Capacitação da equipe técnica em Capacitocultura	01	01	15/ encontro	00
Silvicultura	01	01	15	00
Avicultura	01	01	15	00
Apicultura	01	01	15	00
Capacitação em diversificação da produção e técnica de irrigação no semi-árido. Intercâmbio de experiências.	00	05	25/ encontro	05
Capacitação para técnicos e dirigentes sobre controle alternativo de pragas e doenças.	00	01	10/ encontro	01
Curso sobre diversificação da produção e aplicação de sistemas agro-florestais de produção.	00	01	25/ encontro	01
Capacitação da coordenação das sub-regiões de prosperar em sistemas de produção agro-ecológicos sustentáveis e geração de renda.	00	01	04/ encontro	01
Capacitação em relações sociais de gênero.	02	02	15/ encontro	00
Capacitação em política sindical.	00	01	25	01

Destaque-se, além disso, que com essas capacitações, todas elas oferecidas a partir de reflexões da prática diária dos técnicos, procurou-se criar uma nova mentalidade de assistência técnica, desvinculada de pacotes oriundos das escolas de agronomia e escolas técnicas e mais vinculados à realidade da agricultura familiar.

O que os técnicos realizaram para a intervenção nas comunidades se poderá constatar quando descrevermos mais detalhadamente as ações destes. Por outro lado, as ações de crédito propriamente dito serão relatadas no sub-programa de crédito.

1.2.3. Seleção das comunidades e etapas iniciais do trabalho técnico:

O processo de escolha das comunidades a serem trabalhadas ocorre com a participação dos grupos gestores do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e as entidades da sociedade civil representativas da agricultura familiar, tendo já alguns pré-requisitos estabelecidos como a participação das famílias no PETI, demanda das comunidades e grau de organização das mesmas.

Feita a seleção, junto às famílias nas comunidades, são realizados diagnósticos individuais, que nos mostram a situação atual de cada família em diversos aspectos sócio-econômicos-culturais, como a questão da renda, acesso à terra, acesso ao crédito, gênero, segurança alimentar e nutricional, recursos hídricos, produtividade e questões organizacionais. Chamamos à primei-

ra aplicação deste diagnóstico de **Marco Zero**, pois identifica com certo rigor a situação de cada família antes de nossa intervenção.

Esse diagnóstico é realizado com a finalidade de medir a situação das famílias no início do trabalho, identificar as situações onde é necessário e possível atuar e servir de orientação às ações do técnico. Um ano após a realização de nossas ações, é aplicado o mesmo questionário, que passa a ser o **Marco Um**, tendo-se, assim a oportunidade de verificar os reais progressos e problemas que existiram a partir de nossa intervenção. Estes diagnósticos assumem também um papel de processo educativo, pois servem, inicialmente, para aproximar o técnico da comunidade e vice-versa, para dar embasamento às ações do técnico e, quando discutidos, são instrumento de um auto-conhecimento da comunidade sobre sua própria realidade.

1.2.4. Acompanhamento pelas entidades.

A situação inicial em relação às entidades da sociedade civil é que as mesmas estavam sem noção de processos de assistência técnica, situação perfeitamente explicável, pois, em nenhum outro projeto de assistência técnica, até mesmo num passado mais próximo, foi requerida a participação dos mesmos na caminhada.

Com o desenvolver das atividades a partir do final de 2001, as entidades passaram a acompanhar e influenciar os processos de assistência técnica como um todo, isto é, a seleção das famílias; a apresentação dos técnicos e dos projetos nas comunidades; o acompanhamento às atividades de campo com os técnicos; nos monitoramentos sub-regionais e regionais que acontecem quinzenalmente e bimestralmente em conjunto com o MOC e os técnicos para discutir, avaliar e encaminhar decisões e também em algumas capacitações e visitas de intercâmbio. Vejamos as atividades desenvolvidas pelo MOC, em 2003, com a participação das entidades da sociedade civil, como mostra a tabela I e as atividades desenvolvidas nos municípios pelas entidades e técnicos.

TABELA II

ATIVIDADES	P	R	Nº DE PARTICIPANTES	REALIZADO E NÃO PREVISTO
Monitoramentos sub-regionais do processo de assistência técnica com técnicos e dirigentes das organizações da agricultura familiar.	76	82	16/encontro	06
Monitoramentos regionais de planejamento e avaliação do processo de assistência técnica com técnicos e dirigentes das organizações.	05	06	62/encontro	01
Intercâmbio de experiência em agro-ecologia.	00	02	35/encontro	02
Oficina regional de assistência com ênfase em relações sociais de gênero.	02	02	15/encontro	00
Oficina regional de Segurança Alimentar e Nutricional.	01	02	98/encontro	01
Intercâmbio de experiência em unidades demonstrativas.	00	05	50	05

TABELA III

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ENTIDADES E TÉCNICOS NAS COMUNIDADES COM AS FAMÍLIAS

ATIVIDADES	I	II	Nº DE PARTICIPANTES	REALIZADO E NÃO PREVISTO
Curso de planejamento da propriedade nas comunidades	120	121	2.420	01
Curso de manejo dos criatórios	85	95	1.995	12
Convivência com o semi-árido	90	92	1.840	02
Produção e gestão de empreendimentos agro-industriais	10	10	200	00
Oficina de gestão de micro empreendimento	10	10	204	00
Curso de Segurança Alimentar e Nutricional	18	28	700	10
Curso de armazenamento de grãos	05	10	210	05
Feira de caprinos – Projeto Pfizer	01	01	200	01
Curso para jovens rurais (Gênero, Água, Segurança Alimentar e Nutricional e Criatórios)	04	04	120	00
Construção de unidades demonstrativas	14	17		05

1.2.5. Algumas reflexões sobre o sub-programa de assistência técnica.

É uma experiência que cresce e se difunde, centrada na agricultura familiar e convivência com o semi-árido.

Crescem as entidades que, durante todo um processo, através das mesmas pessoas, refletem, encaminham, se posicionam, planejam, executam e avaliam um programa regional de assistência técnica sob controle da sociedade civil, realizado, porém, numa grande dimensão de abertura e, muitas vezes, com a presença e participação do poder público.

Esta experiência dinamizou a liberação de créditos, a ampliação dos agricultores beneficiários do PRONAF B, uma assistência técnica de qualidade para as famílias, um processo de geração de renda efetivo para a região.

Num momento em que se debate, ao nível do governo federal, que a assistência técnica aos agricultores familiares deve ser bancada pelo Governo, mas executada quer por órgãos públicos, quer por entidades da sociedade civil, esta nossa experiência desponta como uma boa contribuição ao debate tanto pela organização da própria assistência técnica, tanto pelo custo relativamente baixo de sua execução, tanto pela proporção efetiva de recursos que chega ao destino final – os agricultores, quanto pela dimensão organizativa que já apresenta: papel dos técnicos, das entidades da sociedade civil, do MOC, critérios de escolha das comunidades, processos de monitoramento, instrumentos que garantem um conhecimento da realidade no momento da entrada do trabalho e posteriormente, toda uma metodologia já montada.

Restam alguns senões, quando se avalia uma mais profunda interação teórica e prática, da dimensão da agro-ecologia com todo o processo executado e, principalmente, as grandes interrogações que restam em todos os projetos: **como dar seqüência aos mesmos? Como transformá-los em políticas, sem que se perca sua riqueza, o envolvimento dos atores, das pessoas, a construção coletiva?**



2. Sub-Programa de Recursos Hídricos

Este é um sub-programa histórico no MOC, para desenvolvimento dos processos hídricos de apoio à agricultura familiar. Com a implementação do Programa Um Milhão de cisternas, da ASA (Articulação no Semi-árido), o MOC foi escolhido para Unidade Gestora Regional da Região Sisa-leira. Assim sendo, assumiu para seu programa a dimensão e estrutura do PIMC, fazendo acontecer, por dentro desta, todas as cisternas e outras ati-vidades acaso captadas diretamente pela própria instituição. Por isso, o sub-programa de Recursos Hídricos desenvolve suas ações e atividades a partir das decisões tomadas pela Comissão Gestora Microrregional e da Formação e Capacitação das Comissões Municipais de Recursos Hídricos. A Comissão Gestora Microrregional é um órgão coletivo, composto de sindicatos, associações, Igrejas, comunidades de base, movimentos de mu-lheres, num total de 11 (onze) entidades ligadas aos agricultores e agricul-toras familiares, cabendo a ela a definição dos municípios a serem atendi-dos dentro dos critérios dos Projetos. A execução dos trabalhos se efetiva através das Comissões Municipais que gerenciam os recursos destinados aos municípios e, assessoradas pela equipe técnica, supervisionam e moni-toram as ações e atividades do programa nos municípios. Estas Comissões Municipais são constituídas, também, por entidades que têm como seu público alvo os(as) agricultore(a)s familiares e os trabalhadores e trabalha-doras rurais. Antes da sua constituição, são realizadas visitas aos municípi-os, aonde, através de questionários e entrevistas, se faz a identificação e o perfil das entidades que, atuando no município, tenham interseção com o público do Programa. E, na base, com vínculo direto com as Comissões Municipais, temos as Comissões Comunitárias que ficam responsáveis pela execução das obras e capacitações. Com este processo busca-se a constru-ção da autonomia dos grupos, abrindo espaço para a discussão de outras linhas de ação dentro da convivência com o semi-árido, das relações sociais de gênero e do desenvolvimento microrregional sustentável.

As Comissões Municipais de Aracy, Barrocas, Serrinha, Retirolândia e Santa Luz, indo além da simples construção de cisternas, já consegui-ram alocar verbas dentro dos orçamentos públicos municipais destinados à área de abastecimento de água das famílias das zonas urbanas e encon-tra-se em fase de planejamento uma pesquisa visando o levantamento das cisternas já existentes, qual a demanda por este equipamento e de onde vieram os recursos para a construção das cisternas hoje existentes. Essa pesquisa será realizada em 14 municípios inseridos no território do sisal e tem como objetivo instrumentalizar a elaboração do plano de de-senvolvimento do território.



2.1. As ações do Programa e o seu Planejamento

Em 2003, foram levantadas as seguintes situações – problemas:

- 40 entidades da Sociedade Civil, que têm como público alvo os agricultores(as) familiares e os trabalhadores(as) rurais, de 11 municípios (Antonio Cardoso, Tucano, Candeal, Capela do Alto Alegre, São Domingos, Itapicuru, Olindina, Nova Soure, Biritinga, Sátiro Dias e Santo Estevão) sem estarem sensibilizadas, mobilizadas e articuladas para discutir a problemática do abastecimento de água potável para as populações rurais.
- Dirigentes, lideranças, técnicos e monitores de 30 entidades da Sociedade Civil, articuladas em Comissões Municipais de Recursos Hídricos, nos municípios de Serrinha, Aracy, Barrocas, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Teofilândia, Retirolândia, Santa Luz e Ichu, mas com visão e ação limitadas na discussão das alternativas de convivência com o semi-árido.
- Dirigentes e lideranças de 30 entidades da Sociedade Civil, articuladas em Comissões Municipais de Recursos Hídricos, nos municípios de Serrinha, Aracy, Barrocas, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Teofilândia, Retirolândia, Santa Luz e Ichu com dificuldades em negociar políticas de abastecimento de água para as populações rurais junto ao Poder Local.
- 20 Comissões Municipais de Recursos Hídricos executando Programas de Construção de Cisternas necessitando de apoio técnico e aporte financeiro para execução de Programas de Recursos Hídricos e Capacitação das famílias no gerenciamento, tratamento e uso da água.
- 500 famílias das comunidades rurais dos municípios de Serrinha, Teofilândia, Retirolândia, Santa Luz e Ichu com acesso a água de qualidade para beber e cozinhar sem estarem sensibilizadas para as justas relações sociais de gênero.
- Comissão Gestora Micro-Regional do P1MC sem capacidade para planejar, monitorar e avaliar as ações do Programa na região.
- 300 Entidades componentes da ASA-Bahia desarticuladas sem planejar ações além do P1MC.

Quadro das atividades planejadas, executadas e os seus resultados

Situação Final Planejada: 40 entidades da Sociedade Civil, que têm como público alvo os agricultores(as) familiares e os trabalhadores(as) rurais, de 11 municípios, sensibilizadas, mobilizadas e articuladas para discutir a problemática do abastecimento de água para as populações rurais e organizadas em Comissões Municipais de Recursos Hídricos.

Resultado: *11 Comissões Municipais de Recursos Hídricos constituídas e atuando.

TABELA IV

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Visitas aos municípios para identificar, mobilizar e articular as entidades da Sociedade Civil.	Uma	60	64	15 Comissões Municipais formadas, nos municípios de Água Fria, São Domingos, Antonio Cardoso, Inhamitupe, Nova Soure, Sãoiro Dias, Tucano, Gansangão, Cardeal, Pé de Serra, Serra Preta, Lamario e Santa Bárbara e implementando programas de recursos hídricos.
Reunião com as entidades mobilizadas e articuladas	Uma	45	60	
Dias de Estado com lideranças comunitárias	Uma	15	15	

Foram identificadas, cadastradas, mobilizadas e articuladas as entidades da Sociedade Civil para a formação das Comissões Municipais. Estas Comissões receberam capacitação na gestão de recursos e na operacionalização de Programas de Recursos Hídricos. As metas conseguiram ser superadas em virtude do aumento de monitores disponibilizados ao sub-rogaram

Situação Final Planejada: 20 dirigentes, lideranças, técnicos e monitores das entidades da Sociedade Civil conhecendo e implantando as alternativas de convivência com o semi-árido em seus municípios.

Resultado: 03 Unidades Demonstrativas das Experiências visitadas e implantadas.

TABELA V

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Intercâmbios de experiências	Uma	01	02	02 Unidades Demonstrativas de Barragens subterrâneas implantadas em Barrocas.
Curso de Construção de Barragens Subterrâneas	Uma	00	02	
Reuniões com Comissões Municipais para planejamento e monitoramento	Uma	30	30	

Aqui aconteceram, na verdade, visitas de grupos de beneficiários a Experiências conduzidas dentro da própria região, implantadas no ano anterior.

Situação Final Planejada: Dirigentes e lideranças de 30 entidades da Sociedade Civil, articuladas em Comissões Municipais de Recursos Hídricos, nos municípios de Serrinha, Aracy, Barrocas, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Teofilândia, Retirolândia, Santa Luz e Ichu negociando políticas de abastecimento de água às populações rurais junto ao Poder Local.

Resultado:

- R\$ 600.000,00 disponibilizados nos orçamentos públicos municipais.
- R\$ 150.000,00 aplicados, com recursos públicos municipais em obras de convivência com o semi-árido.

TABELA VI

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Seminário de Capacitação sobre negociações com o Poder Local	Um	01	00	R\$ 600.000,00 disponibilizados nos orçamentos públicos municipais.
Reuniões com Comissões Municipais para planejamento e monitoramento	Uma	50	50	R\$ 25.200,00 aplicados com recursos municipais em obras de captação de água.

Houve, em 2003, uma retração em relação aos anos anteriores, na aplicação de recursos municipais em obras de recursos hídricos com a participação das Comissões Municipais. Parte disto deveu-se a liberação de recursos por parte do Governo Federal e dos seus e nossos parceiros e parte pela falta de capacitação em Políticas Públicas do quadro técnico do sub-programa e dos componentes das Comissões Municipais.

Situação Final Planejada: 20 Comissões Municipais de Recursos Hídricos executando Programas de Construção de Cisternas e capacitando as famílias no gerenciamento, tratamento e uso da água.

Resultado: 1.000 famílias das comunidades rurais de 20 municípios com acesso à água de qualidade para beber e cozinhar, gerenciando, tratando e utilizando-a de forma correta.

TABELA VII

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Transferência de Recursos às Comissões Municipais para construção de Cisternas	Cisternas	1.000	798	1.000 famílias de 25 municípios com acesso a água de qualidade para beber e cozinhar, gerenciando, tratando e a tratando de forma correta.
Transferência de Recursos às Comissões Municipais para Capacitação de pedreiros	Cursos Pedreiros	00	20	
Transferência de Recursos às Comissões Municipais para Capacitação das famílias no gerenciamento, tratamento e uso da água.	Cursos Famílias	20	48	
		1.000	1.594	

Não conseguimos atingir a 100,00% das famílias que planejamos beneficiar com a construção de cisternas. Esta redução prende-se ao fato da não aplicação de recursos por parte do Poder Municipal e ao atraso da liberação de recursos de algumas parcerias. Por outro lado, conseguimos avançar no número de famílias capacitadas a gerenciar, tratar e usar a água e na formação de pedreiros com capacidade para construir cisternas.

Situação Final Planejada: 200 famílias das comunidades rurais dos municípios Serrinha, Teofilândia, Retirolândia, Santa Luz e Ichu com acesso a água de qualidade para beber e cozinhar sensibilizadas para as justas relações sociais de gênero.



TABELA VIII

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Seminário Regional sobre Relações Sociais de Gênero.	Um	01	01	200 famílias das comunidades rurais com acesso a água de qualidade para beber e cozinhar, sensibilizadas para as justas relações sociais de gênero.
Seminário Municipal sobre Relações Sociais de Gênero.	Um	02	02	

A integração do sub-programa de recursos hídricos, apesar de planejada, acontece de forma bastante natural. Há avanços significativos no conteúdo das discussões com a equipe e os membros Comissões Municipais e Comunitárias sensibilizados quanto à questão.

Situação Final Planejada: Comissão Gestora Micro-Regional do P1MC selecionando os municípios a serem beneficiados com base nos critérios estabelecidos pelo P1MC, planejando, monitorando e avaliando as ações do Programa.

TABELA IX

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Reuniões com Comissão Gestora Microrregional	Uma	12	12	58 municípios selecionados com base nos critérios do Programa e desenvolvendo ações.

A Comissão Gestora Microrregional do sub-programa vem atuando de forma decisiva em todas as etapas das execuções dos projeto.

Situação Final Planejada: 40 Entidades componentes da ASA-Bahia articuladas planejando e desenvolvendo ações conjuntas, além do P1MC.

TABELA X

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Encontros Estaduais da ASA Bahia	Um	02	02	Entidades, que compõem a ASA Bahia, articuladas e desenvolvendo ações integradas.

O trabalho não é realizado isoladamente pelo MOC. Conta com a participação de forma igualitária, na sua coordenação, com entidades co-irmãs.

2.2. Conclusão

As atividades e ações do sub-programa de Recursos Hídricos tiveram como principal objetivo, em 2003, a identificação, mobilização e articulação das entidades para a formação das Comissões Municipais e dentro delas a execução do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência

TABELA VI

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Seminário de Capacitação sobre negociações com o Poder Local	Um	01	00	R\$ 600.000,00 disponibilizados nos orçamentos públicos municipais.
Reuniões com Comissões Municipais para planejamento e monitoramento	Uma	50	50	R\$ 25.200,00 aplicados com recursos municipais em obras de captação de água.

Houve, em 2003, uma retração em relação aos anos anteriores, na aplicação de recursos municipais em obras de recursos hídricos com a participação das Comissões Municipais. Parte disto deveu-se a liberação de recursos por parte do Governo Federal e dos seus e nossos parceiros e parte pela falta de capacitação em Políticas Públicas do quadro técnico do sub-programa e dos componentes das Comissões Municipais.

Situação Final Planejada: 20 Comissões Municipais de Recursos Hídricos executando Programas de Construção de Cisternas e capacitando as famílias no gerenciamento, tratamento e uso da água.

Resultado: 1.000 famílias das comunidades rurais de 20 municípios com acesso à água de qualidade para beber e cozinhar, gerenciando, tratando e utilizando-a de forma correta.

TABELA VII

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Transferência de Recursos às Comissões Municipais para construção de Cisternas	Cisternas	1.000	748	1.000 famílias de 25 municípios com acesso a água de qualidade para beber e cozinhar, gerenciando, tratando e a tratando de forma correta.
Transferência de Recursos às Comissões Municipais para Capacitação de pedreiros	Cursos Pedreiros	00	20	
Transferência de Recursos às Comissões Municipais para Capacitação das famílias no gerenciamento, tratamento e uso da água.	Cursos Famílias	00	200	
		20	48	
		1.000	1.344	

Não conseguimos atingir a 100,00% das famílias que planejamos beneficiar com a construção de cisternas. Esta redução prende-se ao fato da não aplicação de recursos por parte do Poder Municipal e ao atraso da liberação de recursos de algumas parcerias. Por outro lado, conseguimos avançar no número de famílias capacitadas a gerenciar, tratar e usar a água e na formação de pedreiros com capacidade para construir cisternas.

Situação Final Planejada: 200 famílias das comunidades rurais dos municípios Serrinha, Teofilândia, Retirolândia, Santa Luz e Ichu com acesso a água de qualidade para beber e cozinhar sensibilizadas para as justas relações sociais de gênero.



TABELA VIII

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Seminário Regional sobre Relações Sociais de Gênero.	Um	01	01	200 famílias das comunidades rurais com acesso a água de qualidade para beber e cozinhar, sensibilizadas para as justas relações sociais de gênero.
Seminário Municipal sobre Relações Sociais de Gênero.	Um	02	02	

A integração do sub-programa de recursos hídricos, apesar de planejada, acontece de forma bastante natural. Há avanços significativos no conteúdo das discussões com a equipe e os membros Comissões Municipais e Comunitárias sensibilizados quanto à questão.

Situação Final Planejada: Comissão Gestora Micro-Regional do P1MC selecionando os municípios a serem beneficiados com base nos critérios estabelecidos pelo P1MC, planejando, monitorando e avaliando as ações do Programa.

TABELA IX

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Reuniões com Comissão Gestora Microrregional	Uma	12	12	58 municípios selecionados com base nos critérios do Programa e desenvolvendo ações.

A Comissão Gestora Microrregional do sub-programa vem atuando de forma decisiva em todas as etapas das execuções dos projeto.

Situação Final Planejada: 40 Entidades componentes da ASA-Bahia articuladas planejando e desenvolvendo ações conjuntas, além do P1MC.

TABELA X

Atividade	Unid.	Programado	Realizado	Resultados
Encontros Estaduais da ASA Bahia	Um	02	02	Entidades, que compõem a ASA Bahia, articuladas e desenvolvendo ações integradas.

O trabalho não é realizado isoladamente pelo MOC. Conta com a participação de forma igualitária, na sua coordenação, com entidades co-irmãs.

2.2. Conclusão

As atividades e ações do sub-programa de Recursos Hídricos tiveram como principal objetivo, em 2003, a identificação, mobilização e articulação das entidades para a formação das Comissões Municipais e dentro delas a execução do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência



com o Semi - Árido – PIMC – Programa 1 Milhão de Cisternas. Às treze novas Comissões Municipais formadas e capacitadas neste ano vieram somar-se os dezesseis já existentes, perfazendo um total de vinte e nove Comissões Municipais formadas e capacitadas na microregião. O processo se inicia com a identificação das entidades que têm dentre o seu público alvo os agricultores e agricultoras familiares e os trabalhadores e trabalhadoras rurais e que tenham interesse quanto à problemática do acesso à água. Identificadas, elas são mobilizadas e articuladas a fim de formarem as Comissões Municipais. Após a sua formação, em dias de estudo, elas são capacitadas no gerenciamento e execução de Projetos de Recursos Hídricos. Passando, então, a proceder a um levantamento das comunidades mais carentes quanto ao abastecimento de água para beber e cozinhar e nas alternativas de convivência com o semi-árido existentes na microregião. Em relação à construção das cisternas, a partir disso, são selecionadas as comunidades e as famílias que serão beneficiadas. A seleção das famílias obedece, pela ordem, aos seguintes critérios:

- 1) mulheres responsáveis pelo sustento das famílias;
- 2) maior número de filho de zero a seis anos;
- 3) maior número de filhos de sete a quatorze anos estudando;
- 4) idosos com mais de 65 anos;
- 5) presença de pessoas com deficiências físicas ou mentais.

Depois da seleção das famílias, a Comissão Municipal realiza uma reunião explicando a seleção das mesmas a partir dos critérios utilizados e, dentre as famílias selecionadas, forma-se uma Comissão Comunitária constituída por três membros, sendo, no mínimo, um deles, do sexo feminino, procedendo-se, então, a uma licitação para a aquisição dos materiais necessários. Os recursos são repassados a uma das entidades que realiza, com o acompanhamento das demais, a compra. Adquiridos os materiais, eles são transportados até as comunidades, aonde a Comissão Comunitária os recebe, confere e repassa às famílias. Paralelamente são selecionados e capacitados os pedreiros que irão construir as cisternas. Estes pedreiros são agricultores familiares que, possuindo noções, são capacitados por outros agricultores que já dominam a técnica. Antes de se iniciar o processo de construção, as famílias são capacitadas no gerenciamento, tratamento e uso da água. Estes cursos de capacitação têm obtido excelentes resultados, que podem ser atestados por recente pesquisa feita com famílias beneficiárias do programa, cujos indicadores seguem em anexo.

Na área do conhecer novas experiências de convivência com o semi-árido, os esforços se dirigem a experimentar e divulgar as barragens subterrâneas que, devido ao pequeno número de unidades instaladas e ao pouco tempo da sua difusão na microregião (2 anos) ainda não se consolidaram.



O desempenho do sub-programa vem gradativamente crescendo de qualidade. Um ou dois desafios, porém, ainda persistem: como ir além das cisternas, fazendo com que as famílias entendam que as cisternas são um pequeno instrumento da luta por um semi-árido viável e, ao lado disso, como se integrar mais com os sub-programas de agricultura familiar e outros programas do MOC. Efetivamente, o ritmo do próprio sub-programa, com muitas metas físicas a serem implementadas em determinados espaços de tempo, impede um processo mais intenso de reflexão, que terá que ser buscado, para que não nos transformemos em firmas populares de construção, mas concretamente, desenvolvamos o PIMC na perspectiva de educação.

3. Sub-Programa de Crédito

3.1. Uma rápida contextualização

As ações do sub-programa de crédito rural foram planejadas de modo a fortalecer e consolidar duas experiências distintas, mas integradas e complementares, que avançam a cada ano para firmar-se como um sistema financeiro próprio que inclui pessoas e grupos anteriormente excluídos e alavancam atividades produtivas e geradoras de renda: **o cooperativismo de crédito e o fundo regional de crédito.**

Para fortalecer o cooperativismo de crédito, cujas ações mais diretas foram iniciadas em 1996, foram dimensionadas três áreas de resultado para atuação: *a expansão, a gestão eficiente e o acesso aos recursos pela população de baixa renda.* Nesta fase, as duas últimas áreas foram priorizadas para a intervenção do MOC em detrimento da primeira, dado o grau de autonomia alcançado pelas próprias cooperativas para assumirem esta atribuição. Também na mesma direção da auto-gestão, o planejamento e a execução das atividades em 2003, foram efetivados em estreita parceria com a ASCOOB – Associação de Apoio às Cooperativas de Economia Familiar – instituição incentivada para cumprir o papel de organizar e incrementar o sistema, guardando os princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

As ações para consolidar o fundo regional de crédito, estavam, por sua vez, voltadas para apoiar o processo de institucionalidade deste fundo, a partir da constituição e implantação do primeiro ciclo operacional do COGEFUR – Conselho Gestor do Fundo de Crédito Rotativo – uma evolução dos antigos Fundos Rotativos que vinham, de forma dispersa e gestão debilitada, desgastando-se financeira e operacionalmente com conseqüente perda de credibilidade. O desafio iniciado em 2002 foi resgatar as características positivas dos fundos rotativos, estancar as perdas decorrentes da falta de profissionalização dos controles e de projetos alguns mal elaborados e ajustar a forma de gestão



à nova realidade regional que instituiu as cooperativas de crédito como organização financeira dos agricultores familiares.

Assim, quatro estratégias operacionais foram definidas para 2003:

- Incentivar e apoiar a expansão do cooperativismo de crédito rural na região sob o controle dos agricultores familiares e atores comprometidos com o desenvolvimento sustentável;
- Estimular a aplicação de crédito para as populações de baixa renda;
- Qualificar o processo de gestão econômica e social das cooperativas e;
- Dinamizar o COGEFUR enquanto instituição formal de organização dos fundos de crédito rotativos.

3.2. Desenvolvimento das ações

3.2.1. Primeira Estratégia: expansão do cooperativismo

Para buscar o cumprimento da estratégia de expansão do cooperativismo de crédito, enquanto ação subsidiária do MOC, foram planejadas e executadas diversas atividades, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo:

TABELA XI

Ação estratégica 1: Incentivar e apoiar a expansão do cooperativismo de crédito rural na região sob o controle dos agricultores familiares e atores comprometidos com o desenvolvimento sustentável

Atividades	Planejado	Realizado
Cursos de cooperativismo de crédito para dirigentes de organizações e atores locais envolvidos com o DLS	01	03
Cursos de cooperativismo de crédito nas comunidades rurais e núcleos comunitários	18	66
Intercâmbio entre dirigentes de organizações locais e dirigentes de cooperativas de crédito	02	02
Estágios para futuros funcionários e dirigentes de cooperativas de crédito	02	02
Palestras sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento local para organizações sociais	01	03
Assessoria a processos locais de constituição de cooperativas de crédito e pontos de atendimento	05	05
Conferências Municipais de Desenvolvimento Local e cooperativismo de crédito	05	06

A situação diagnosticada no início do ano evidenciava que os dirigentes das organizações locais promotoras do desenvolvimento de 09 municípios da região estavam interessados em conhecer o cooperativismo de crédito e seus mecanismos de benefícios à população. Também evidenciava que faltava às cooperativas já em funcionamento, um programa de fomento que fosse capaz de atrair um número maior de cooperados qualificados.

As 10 cooperativas existentes no princípio do ano atuavam em 31 municípios e tinham uma base de 16.500 cooperados.

A expansão do cooperativismo de crédito alcançou 5 novos municípios com base física de atendimento e se contabilizou 5.500 novas adesões. Assim,



em dezembro de 2003, o número de cooperativas constituídas e em funcionamento passou de 10 para 11, o número de PACs – Ponto de Atendimento Cooperativo – passou de 31 para 36 e o número total de cooperados passou de 16.500 para 22.000. Esta situação final ficou abaixo do que foi programado em termos de número de Pontos de Atendimento Cooperativo em uma unidade, mas superou a expectativa em número de novos cooperados em 10%.

3.2.2. Segunda Estratégia: ampliar os recursos de crédito disponibilizados

A segunda ação estratégica do sub-programa, que objetivava ampliar substancialmente os recursos de crédito para as famílias rurais, já que o diagnóstico da situação inicial indicava que apenas **2.800 cooperados dos 16.500** foram beneficiados com operações de longo prazo e baixa taxa de juros, orientava as atividades para formar os dirigentes e funcionários e criar mecanismos de alavancagem de programas públicos. A situação final planejada foi o pleno funcionamento de mecanismos operacionais como o Fundo de Aval, a instalação das carteiras de crédito rural nas cooperativas, a incorporação de uma política mais agressiva de captação de recursos do PRONAF e a continuidade da relação de parceria com o COGEFUR no repasse de programas regionais de crédito. A consequência esperada era que o número total de cooperados beneficiados com este tipo de financiamento dobrasse, passando de 2.800 para 5.600. Em termos relativos, saindo de um atendimento de 17% do quadro social para 26%. O volume de recursos mobilizados e aplicados deveria ser da ordem de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). As atividades planejadas e realizadas estão descritas na tabela seguinte:

TABELA XII

Ação estratégica 2: Estimular a aplicação de crédito para as populações de baixa renda.		
Atividades	Planejado	Realizado
Seminários micro-regionais sobre o PRONAF	02	01
Oficinas com encarregados de crédito rural das cooperativas	04	03
Oficinas de planejamento e implantação do Fundo de Aval	02	02
Reuniões do Fórum Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária	02	04
Jornadas de negociações de programas de crédito com os Agentes Financeiros	04	02

Os eventos realizados envolveram 65 dirigentes e 15 funcionários (encarregados de crédito), meta superior aos 40 dirigentes e 12 funcionários planejados para alcançar na situação final, qual seja estarem aptos para negociar e fazer a gestão dos recursos alavancados e do Fundo de Aval.

Duas consequências diretas ocorreram e embora não tenham ainda se desdobrado no resultado final de aplicação de recursos, criaram mais condições para que este resultado seja alcançado em uma dimensão bem maior

em 2004 e nos anos subsequentes: trata-se da estruturação das carteiras de crédito na controladoria das cooperativas e das regras e procedimentos do Fundo de Aval. No primeiro caso, oito das dez cooperativas tem agora funcionários com dedicação exclusiva ao crédito rural; nas duas restantes, existem funcionários habilitados a operar os programas de crédito, porém com dedicação prioritária – não exclusiva – para a atividade. No segundo caso, dois Fundos de Aval foram regulamentados: o FACEF/PRONAF (Fundo de Aval para as Cooperativas de Economia Familiar) a ser gerido pela Ascoob e o FAAC (Fundo de Aval e Alavancador de Crédito) a ser gerido pelo COGEFUR. Somando os dois Fundos, a capacidade de alavancagem de recursos nos próximos 5 anos é de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais).

Dados dos projetos de crédito 2003 parceria MOC/COGEFUR/COOPERATIVAS:

Nº de Contratos COGEFUR/Cooperativas = 76

Nº de Contratos Cooperativas/Produtoras = 1.076

Valor = R\$ 1.498.715,00 (Hum milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e quinze reais).

TABELA XIII

Principais itens financiados	Unid.	Quant.	Valor Total
Caçónos	Cab	2.720	217.680,00
Ovinos	Cab	3.914	315.120,00
Palma	He	412	84.515,00
Cerca (construção)	km	168	187.700,00
Cerca (reforma)	km	441	196.212,00
Aprisco	Ud	12	14.900,00
Búfalos	Ud	42	19.742,00
Porco	Ha	476	116.318,00
Ates	Cab	1.780	38.485,00
Apiaño	Ud	15	16.276,00

O resultado finalístico ficou muito aquém da expectativa: apenas 1.475 novos cooperados foram beneficiados numa aplicação total de R\$ 1.850.000,00 (Hum milhão, oitocentos e cinquenta mil reais). O atendimento alcançado em relação ao que foi planejado ficou em 52% em número de contratos e 23% em valor. Cabe registrar, no entanto, que existe uma expectativa de aplicação de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) para 823 novos cooperados no primeiro trimestre de 2004, fruto do trabalho realizado em 2003.

3.2.3. Terceira Ação Estratégica: sustentabilidade das cooperativas

A terceira ação estratégica procurou atender uma questão fundamental para as cooperativas de crédito: a **sustentabilidade financeira**. Nenhuma



outra ação poderia ocorrer se esta não produzisse os efeitos desejados. Não poderia, por exemplo, haver captação e aplicação de recursos dos programas de crédito se houvessem problemas na gestão financeira, em função das normas do Banco Central que são de cumprimento obrigatório pelas cooperativas. A diminuição do Patrimônio de Referência (cotas partes – perdas) ocasionados por prejuízos operacionais afetaria diretamente o volume de captação (soma dos depósitos à vista, a prazo e os repasses dos programas de crédito), além, evidentemente, da credibilidade institucional.

Coube, neste caso, a intensificação da capacitação dos dirigentes e dos conselheiros fiscais e apoio à implantação das controladorias que são instâncias hierarquicamente superiores (ligadas diretamente ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva) ao atendimento direto promovido pelos gerentes e caixas.

As atividades planejadas e realizadas da ação formadora do MOC estão descritas na tabela abaixo:

TABELA XIV

Ação estratégica 5: Qualificar o processo de gestão econômica e social das cooperativas.

Atividades	Planejado	Realizado
Encontros trimestrais de monitoramento dos resultados das cooperativas	04	02
Oficinas de construção dos Planos de Negócios das Cooperativas de Créditos	03	01
Seminário regional de padronização das cooperativas filiadas à ASCOOB	02	02
Cursos para Conselheiros de Administração	04	04
Cursos para Conselheiros Fiscais	04	06
Intercâmbios temáticos sobre estratégias de gestão	05	03
Reuniões do Conselho de Administração	44	61
Cursos de análise de balanço	02	02
Encontros semestrais de avaliação e planejamento da ASCOOB	02	02
Encontros com dirigentes das cooperativas de crédito filiadas à ASCOOB	06	09
Oficinas de elaboração e teste de um Software de análise simplificada dos resultados das cooperativas	02	05

A situação inicial identificava as dificuldades encontradas pelos dirigentes das cooperativas – agricultores familiares na sua maioria absoluta – para gerir as suas organizações, enquanto empreendimentos que precisavam ter rentabilidade financeira, traduzidas, sobretudo, pela ausência de instrumentos que favorecessem a apropriação e a interpretação dos dados. Sete das dez cooperativas em funcionamento apresentaram prejuízo financeiro no exercício de 2002 e somando-se todos os superávites e déficits de todas as cooperativas juntas, o resultado naquele ano foi de R\$ 611.038,32 (seiscentos e onze mil, trinta e oito reais e trinta e dois centavos), a maior parte deste prejuízo em função rateio das perdas da Central de Cooperativas de Crédito da Bahia, da qual as 10 cooperativas estavam filiadas.

A situação final planejada com a execução do conjunto de atividades foi satisfatoriamente alcançada: Dirigentes acompanhando e monitorando de forma mais sistemática os resultados operacionais das suas instituições.



O que se esperava como consequência desta ação era que todas as cooperativas integrantes da ASCOOB apresentassem resultados positivos em seus balanços de 2003, cuja soma total dos resultados superavitários seria de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), valor correspondente a 0,5% dos recursos totais em circulação.

Alguns resultados intermediários foram alcançados, fato que influenciará positivamente nos próximos períodos, entre os quais vale relacionar:

a) Produção do SASC (Sistema Simplificado de Planejamento e Gestão das Cooperativas de Crédito): por este software de fácil manuseio, os dados de receitas e despesas são agregados e produzem indicadores a serem monitorados sistematicamente pelos dirigentes, comparando-os ao que foi planejado nos planos de negócio. Desta forma, decisões podem ser tomadas e redirecionadas;

b) Elaboração participativa dos Planos de negócio: os planos são plurianuais e dão uma visão de futuro a ser seguido, onde os desvios podem ser identificados e ajustados de forma permanente;

c) A padronização: muitas análises não poderiam ser feitas, tamanha a diversidade de registros que havia. Com a padronização, muitos indicadores podem ser sistematizados em menor tempo, comparados e analisados pelo coletivo de dirigentes.

O valor superavitário da soma dos resultados das cooperativas ocorreu e até superou o valor que foi planejado. O valor global alcançou R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), contra os R\$ 861.495,69 (oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos) planejado. Contudo, três das onze cooperativas fecharam os seus balanços com resultado negativo, evidenciando que não houve evolução, de 2002 para 2003, em número de cooperativas deficitárias, mas houve uma alternância: as cooperativas deficitárias são diferentes.

3.2.4. Quarta ação estratégica: sustentabilidade do COGEFUR.

A quarta e última ação refere-se ao apoio dado ao Conselho Gestor do Fundo Rotativo – COGEFUR.

Este Conselho, formado pelos representantes de 19 instituições, entre Sindicatos, APAEBs, Cooperativas e ONGs - entre elas o MOC, que assume a Secretaria Executiva – foi oficialmente constituído em 2002 e, gradativamente, passou a administrar a carteira total de ativos dos antigos Fundos Rotativos. Os recursos estavam no início do ano dispersos em várias organizações, com contratos diferenciados e formas de operar também diferenciadas.



Havia, por conseguinte, a necessidade de organizar e potencializar este sistema de crédito, sob pena de, anualmente, seu valor ir sendo degradado.

A normatização das linhas de crédito foi efetivada, assim como os procedimentos para análise, aprovação e liberação de recursos. Pôde-se também, organizar os controles por linha de crédito, fonte (origem) e devedor. Uma boa parte da carteira de empréstimos que continham documentos irregulares foi corrigida. Elegeram-se as cooperativas de crédito como aplicadoras prioritárias de todas as linhas. A centralização dos controles permitiu também a identificação do valor total do Fundo: R\$ 5.318.334,69 (cinco milhões, trezentos e dezoito mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos). Deste valor, entretanto, deverá ainda ser debitado o valor da carteira castigada (devedores de recuperação duvidosa) que deve equivar a aproximadamente 10% deste valor em fase final de apuração. Um último feito relevante, em 2003, foi a transferência da sede da entidade de Arcaí para Serrinha, com estruturação de um espaço próprio com equipamentos, móveis e um funcionário permanente.

A tabela seguinte traz a demonstração das atividades planejadas e executadas pelo MOC dentro desta ação estratégica:

TABELA XV

Ação estratégica 4: Dinamizar o COGEFUR enquanto instituição formal de organização dos fundos de crédito rotativos.

Atividades	Planejado	Realizado
Oficinas de elaboração e ajuste das linhas de crédito do COGEFUR	04	03
Encontros para planejar e monitorar a aplicação dos recursos do crédito rural dos fundos rotativos	02	03
Assinaturas gerais do COGEFUR	05	05
Curso de análise de projetos de investimentos	01	02

A situação final planejada foi alcançada, na medida em que previa a agregação e centralização das carteiras ativas de todos os Fundos Rotativos geridos, até então, diretamente pelo MOC ou pelas entidades parceiras. Previam-se, também, a ascensão do COGEFUR como instituição autônoma e qualificada para fazer a gestão dos recursos, fato que está ocorrendo plenamente.

3.2.5. Refletindo passos e processos do sub-programa.

Olhando-se a caminhada do sub-programa, desde quando os créditos eram concedidos pelo MOC, passando-se pelos créditos através das Associações de Pequenos Agricultores e, até hoje, pelas cooperativas de crédito, nota-se um crescendo enorme e uma grande perspectiva de autonomia dos processos.

Entusiasmamo-nos ver a difusão das cooperativas e os serviços que, gradativamente, começam a oferecer às comunidades e aos agricultores e agricultoras.



Alguns pontos, no entanto, merecem ainda uma reflexão mais profunda:

- Os agricultores e agricultoras familiares de nossa região que são escolhidos pelos seus pares para o gerenciamento das cooperativas se ressentem de experiências similares de gerenciamento. Isso os faz inseguros para orientar e decidir processos ante seus funcionários. Uma formação que os torne mais competentes neste campo e, ao mesmo tempo, não os distancie dos processos comunitários e de transformação social, é urgente e fundamental;
- O corpo de funcionários das cooperativas vem sendo recrutado prioritariamente entre pessoas com experiências bancárias; funcionar um banco e funcionar uma cooperativa não é a mesma coisa. O espírito e os objetivos são outros; o desafio é formar estas pessoas e montar programas de formação nos quais se priorize jovens oriundos da agricultura familiar para as cooperativas.
- Ter as cooperativas com bons resultados e poucos créditos a longo prazo disponibilizados para agricultores e agricultoras familiares é o desafio dos desafios. Essa é a função primordial das cooperativas. Este ano marca um crescendo neste caminho. Contudo, ainda pequeno, em face das reais necessidades dos agricultores e agricultoras.

4. Sub-programa de Agroindústria e Comercialização

Estruturado no ano de 2003, o Sub-programa de Agroindústria e Comercialização integra o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, executado pelo MOC. Com objetivo precípua de garantir uma melhor gestão das ações incentivadas/ desenvolvidas pelo MOC e relacionadas à verticalização da produção da agricultura familiar e ao acesso ao mercado consumidor, o Sub-programa de Agroindústria e Comercialização tem como público principal em suas ações:

- os agricultores e agricultoras familiares e grupos de produção dinamizados e acompanhados pelo Programa Prosperar;
- cooperativas de produção integradas por agricultores e agricultoras familiares;
- a do Sertão da Bahia e suas cooperativas filiadas, e;
- grupos de produção integrantes da Rede Produtora da Bahia.

Junto a esse público, o Sub-programa atuou no ano de 2003, buscando apoiar a gestão, a produção e o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, através das seguintes ações:



- fortalecimento e estruturação dos empreendimentos e grupos de produção de agricultores familiares da Região do Sisal;
- ampliação da comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- ampliação do acesso dos produtos da agricultura familiar ao mercado institucional.

Concretamente, para o alcance dos objetivos propostos na linha de atuação do Sub-programa de Agroindústria e Comercialização, foram realizadas diversas ações e atividades que, de forma geral, buscavam garantir a estruturação dos empreendimentos e sua inserção no mercado consumidor, conforme descrito abaixo:

- montagem da estratégia de integração e viabilização da comercialização através da Agência Regional de Comercialização;
- sensibilização visando a comercialização dos produtos da agricultura familiar para o mercado institucional da Região, em especial através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETÍ;
- realização de eventos de comercialização, sensibilização e divulgação dos produtos da agricultura familiar;
- articulação com outros programas executados pelo MOC e por outras instituições governamentais e não-governamentais, visando a potencialização das ações.

Dada a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável, principalmente sob a perspectiva territorial, o Sub-programa de Agroindústria e Comercialização se insere neste processo buscando viabilizar o desenvolvimento dos agricultores/agriculturas e seus empreendimentos produtivos, através da tentativa de comercialização em rede dos produtos oriundos da agricultura familiar. Com foco principal nas atividades não-agrícolas, o Sub-programa busca, com o apoio das diversas parcerias já estabelecidas, proporcionar a viabilidade econômica destes empreendimentos auto-gestionários, para que possam, cada vez mais, ajudar a gerar a autonomia das famílias envolvidas, através da ampliação da renda proporcionada pelo desenvolvimento de atividades relacionadas ao beneficiamento e comercialização dos produtos.

4.1. Ações Estratégicas e Atividades Realizadas

Para consecução das ações relacionadas aos objetivos do programa, foram realizadas ações junto às cooperativas de produção, formadas por agricultores e agriculturas familiares. Em especial, os empreendimentos que in-



tegram a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – ARCO Sertão Bahia*, e esta própria, receberam atenção especial, tendo a maioria das atividades e ações realizadas contemplado as demandas apresentadas por estes empreendimentos.



4.1.1 Resultado Final 01. – Agricultores e agricultoras familiares e suas agroindústrias organizadas e estruturadas para o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar

a) Situação Final:

- Agricultores familiares capacitados para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar;
- Empreendimentos acompanhados e assessorados;
- Empreendimentos com Planos de Gestão Estratégica elaborados;
- Empreendimentos sensibilizados para a produção natural/orgânica.

b) Atividades realizadas pelo MOC

TABELA XVI

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	Nº PARTICIPANTES (POR EVENTO)	REALIZADA E NÃO PREVISTA
Cursos de capacitação	07	07	15	00
Visitas de assessoria a cooperativas	16	18	30	02
Oficinas para elaboração de Plano de Gestão Estratégica	18	18	30	00
Oficina sobre produção orgânica e acesso a mercado	01	01	33	00

c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

Além das capacitações e assessorias realizadas pelo MOC, os empreendimentos acompanhados pelo Sub-programa viabilizaram através de outras entidades e instituições públicas com atuação no Território do Sisal, as demandas no que se referem à qualificação e assessoria direta às atividades. O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizado Rural, a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, a SETRAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram alguns dos parceiros demandados pelos empreendimentos e pela ARCO Sertão para que prestassem o acompanhamento necessário e a viabilização de eventos de formação.

* Agência Regional de Comercialização criada em dezembro de 2002, com o apoio do INCRA e do MOC, integrada por 18 empreendimentos, com sede no município de Valente, com o objetivo de viabilizar a comercialização dos produtos das entidades associadas, inclusive, criando uma marca própria denominada “Riquezas do Sertão”, para identificação dos produtos.



4.1.2. Resultado Final 02 – Agroindústrias com nível de produção adequado e inseridas no processo de comercialização local e no mercado institucional

a) Situação Final:

- cooperativas e grupos de produção comercializando seus produtos no próprio município e Região
- cooperativas e grupos de produção comercializando produtos para instituições e programas
- cooperativas e grupos de produção participando de eventos de comercialização e feiras

b) Atividades realizadas pelo MOC

TABELA XVII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	Nº PARTICIPANTES (POR EVENTO)	REALIZADA E NÃO PREVISTA
Encontro sobre acesso ao mercado institucional	01	01	25	00
Encontro sobre planejamento e gestão da produção e comercialização	06	06	30	00
Curso sobre beneficiamento e comercialização do mel	01	01	25	02
Oficina para montagem de estratégia para comercialização para a Jornada Ampliada PETI	01	01	25	00
Participação em feiras de produtos da Agricultura Familiar	01	01	10	05

c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

De forma autônoma, as cooperativas acompanhadas pelo Sub-programa apresentam uma dinâmica própria, e não poderia ser diferente, de comercialização dos seus produtos. Levando-se em consideração a localização de cada um desses empreendimentos e sem deixar de considerar o tamanho do mercado consumidor em cada município que compõe o Território do Sisal, as cooperativas mantêm-se com a venda de seus produtos no próprio município onde estão localizadas, com exceção da COOPERAFIS – Cooperativa de Artesãs Fibras do Sisal, cuja venda do artesanato produzido destina-se ao mercado da Região Sudeste. No que concerne ao fornecimento de produtos para o mercado institucional, alguns empreendimentos, de forma isolada, mantiveram negociações com os Grupos Gestores do PETI em cada município, para fornecimento para a Jornada Ampliada, representando uma fonte importante de recursos para estes empreendimentos. O surgimento e a estru-

tegram a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – ARCO Sertão Bahia*, e esta própria, receberam atenção especial, tendo a maioria das atividades e ações realizadas contemplado as demandas apresentadas por estes empreendimentos.

4.1.1 Resultado Final 01. – Agricultores e agricultoras familiares e suas agroindústrias organizadas e estruturadas para o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar

a) Situação Final:

- Agricultores familiares capacitados para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar;
- Empreendimentos acompanhados e assessorados;
- Empreendimentos com Planos de Gestão Estratégica elaborados;
- Empreendimentos sensibilizados para a produção natural/orgânica.

b) Atividades realizadas pelo MOC

TABELA XVI

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	Nº PARTICIPANTES (POR EVENTO)	REALIZADA E NÃO PREVISTA
Cursos de capacitação	07	07	15	00
Visitas de assessoria a cooperativas	16	18	50	02
Oficinas para elaboração de Plano de Gestão Estratégica	18	18	50	00
Oficina sobre produção orgânica e acesso a mercado	01	01	53	00

c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

Além das capacitações e assessorias realizadas pelo MOC, os empreendimentos acompanhados pelo Sub-programa viabilizaram através de outras entidades e instituições públicas com atuação no Território do Sisal, as demandas no que se referem à qualificação e assessoria direta às atividades. O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizado Rural, a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, a SETRAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram alguns dos parceiros demandados pelos empreendimentos e pela ARCO Sertão para que prestassem o acompanhamento necessário e a viabilização de eventos de formação.

* Agência Regional de Comercialização criada em dezembro de 2002, com o apoio do INCRA e do MOC, integrada por 18 empreendimentos, com sede no município de Valente, com o objetivo de viabilizar a comercialização dos produtos das entidades associadas, inclusive, criando uma marca própria denominada "Riquezas do Sertão", para identificação dos produtos.



4.1.2. Resultado Final 02 – Agroindústrias com nível de produção adequado e inseridas no processo de comercialização local e no mercado institucional

a) Situação Final:

- cooperativas e grupos de produção comercializando seus produtos no próprio município e Região
- cooperativas e grupos de produção comercializando produtos para instituições e programas
- cooperativas e grupos de produção participando de eventos de comercialização e feiras

b) Atividades realizadas pelo MOC

TABELA XVII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	Nº PARTICIPANTES (PORCENTO)	REALIZADA E NÃO PREVISTA
Encontro sobre acesso ao mercado institucional	05	05	28	00
Encontro sobre planejamento e gestão da produção e comercialização	06	06	30	00
Curso sobre beneficiamento e comercialização do mel	05	01	25	02
Oficina para montagem de estratégia para comercialização para a Jornada Ampliada PETI	01	01	25	00
Participação em feiras de produtos da Agricultura Familiar	01	01	10	05

c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

De forma autônoma, as cooperativas acompanhadas pelo Sub-programa apresentam uma dinâmica própria, e não poderia ser diferente, de comercialização dos seus produtos. Levando-se em consideração a localização de cada um desses empreendimentos e sem deixar de considerar o tamanho do mercado consumidor em cada município que compõe o Território do Sisal, as cooperativas mantêm-se com a venda de seus produtos no próprio município onde estão localizadas, com exceção da COOPERAFIS – Cooperativa de Artesãs Fibras do Sisal, cuja venda do artesanato produzido destina-se ao mercado da Região Sudeste. No que concerne ao fornecimento de produtos para o mercado institucional, alguns empreendimentos, de forma isolada, mantiveram negociações com os Grupos Gestores do PETI em cada município, para fornecimento para a Jornada Ampliada, representando uma fonte importante de recursos para estes empreendimentos. O surgimento e a estru-



pretendidos com a sua criação. Em parte, este fato deve-se a problemas que estão na base das entidades filiadas, ou seja, uma vez que as cooperativas que compõem a Agência enfrentam problemas para garantir uma produção com qualidade e escala suficientes para o pleno atendimento das demandas, a ARCO Sertão não consegue viabilizar a comercialização dos produtos. Além disso, a Agência tem buscado garantir uma estruturação (física e técnica) adequada para o cumprimento de seu papel, para isso, vem buscando junto ao INCRA e a SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, viabilizar a montagem de seu escritório e de uma equipe técnica, que seria responsável pela centralização de informações sobre a produção, bem como, passariam a realizar a comercialização em rede dos produtos das entidades filiadas à ARCO Sertão. A Agência tem, também, buscado sua inserção no processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, inclusive tendo conseguido a aprovação de algumas de suas demandas, através dos recursos do PRONAF Infra-estrutura.

4.2. Desafios para a consolidação dos objetivos e contribuição para o desenvolvimento rural sustentável do Território do Sisal

A perspectiva de garantir as condições e os caminhos para que os diversos empreendimentos produtivos assessorados possam viabilizar sua estruturação e sua permanência no mercado tradicional capitalista, exigente e implacável com os 'ineficientes', constitui-se em tarefa complexa. Este mercado, quase inexpugnável, cuja inserção exige a concordância e o atendimento de suas exigências, faz com que a viabilização da comercialização dos produtos da agricultura familiar pelos empreendimentos passe, necessariamente e de forma imediata, por uma melhor estruturação das unidades produtivas que integram cada cooperativa e/ou grupos de produção, exigindo para isso, recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos, maior capacitação etc. Uma pergunta, no entanto, paira no ar: deve ser esta a base de nossa estratégia? Por onde caminhar? Será este um de nossos caminhos, mas não aquele fundamental e básico?

Diversas experiências e iniciativas têm nos mostrado que a constituição de um mercado próprio para os produtos da agricultura familiar, produzidos e beneficiados através de relações solidárias, cuja denominação leva o nome de Mercado Justo ou Solidário ou Popular, parece ser o caminho para a ampliação da produção e comercialização destes empreendimentos.

Outra constatação vem da crescente procura por produtos que não apresentem excessivo processo de industrialização, e somente a agricultura familiar tem condições de fornecer tais produtos, constituindo-se, assim, numa excelente oportunidade para geração de renda.

As agroindústrias familiares proporcionam uma valiosa contribuição

turação da ARCO Sertão não interfere nessa dinâmica, uma vez que, como dito anteriormente, o mercado consumidor de cada município não pode ser desconsiderado. A Agência, conforme decisão das entidades filiadas, terá sua atuação num mercado mais amplo (Território do Sisal, por exemplo) centralizando as demandas e viabilizando a comercialização através da centralização das informações sobre a produção de cada empreendimento produtivo.

4.1.3. Resultado Final 03 – Agência Regional de Comercialização estruturada e viabilizando a comercialização dos produtos da agricultura familiar

a) Situação Final:

- Agência Regional de Comercialização organizada e estruturada para viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar;
- Agência Regional de Comercialização com Plano de Gestão Estratégico elaborado;
- Agência Regional de Comercialização integrada com outras entidades de agricultores familiares;
- Marca “Riquezas do Sertão” com plano de marca e estratégia de divulgação elaborados;
- Marca “Riquezas do Sertão” fortalecida e utilizada nos produtos das entidades filiadas a Agência.

b) Atividades realizadas pelo MOC

TABELA XVIII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	Nº PARTICIPANTES (POR EVENTO)	REALIZADA E NÃO PREVISTA
Assessoria nas Assembléias/Encontros da ARCO Sertão Bahia	12	12	20	00
Consultoria para elaboração da Marca “Riquezas do Sertão”	01	01	-	00
Oficina para elaboração do Plano de Gestão Estratégico da ARCO Sertão	01	01	55	00
Reunião entre agências de comercialização da Bahia	05	05	08	02
Consultoria para elaboração do plano de marca e estratégia de divulgação da marca “Riquezas do Sertão”	01	00	-	00
Oficina para definição de critério de utilização da marca “Riquezas do Sertão”	02	02	25	00

c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

A ARCO Sertão não vem conseguindo atender as expectativas e objetivos



pretendidos com a sua criação. Em parte, este fato deve-se a problemas que estão na base das entidades filiadas, ou seja, uma vez que as cooperativas que compõem a Agência enfrentam problemas para garantir uma produção com qualidade e escala suficientes para o pleno atendimento das demandas, a ARCO Sertão não consegue viabilizar a comercialização dos produtos. Além disso, a Agência tem buscado garantir uma estruturação (física e técnica) adequada para o cumprimento de seu papel, para isso, vem buscando junto ao INCRA e a SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, viabilizar a montagem de seu escritório e de uma equipe técnica, que seria responsável pela centralização de informações sobre a produção, bem como, passariam a realizar a comercialização em rede dos produtos das entidades filiadas à ARCO Sertão. A Agência tem, também, buscado sua inserção no processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, inclusive tendo conseguido a aprovação de algumas de suas demandas, através dos recursos do PRONAF Infra-estrutura.

4.2. Desafios para a consolidação dos objetivos e contribuição para o desenvolvimento rural sustentável do Território do Sisal

A perspectiva de garantir as condições e os caminhos para que os diversos empreendimentos produtivos assessorados possam viabilizar sua estruturação e sua permanência no mercado tradicional capitalista, exigente e implacável com os ‘ineficientes’, constitui-se em tarefa complexa. Este mercado, quase inexpugnável, cuja inserção exige a concordância e o atendimento de suas exigências, faz com que a viabilização da comercialização dos produtos da agricultura familiar pelos empreendimentos passe, necessariamente e de forma imediata, por uma melhor estruturação das unidades produtivas que integram cada cooperativa e/ou grupos de produção, exigindo para isso, recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos, maior capacitação etc. Uma pergunta, no entanto, paira no ar: deve ser esta a base de nossa estratégia? Por onde caminhar? Será este um de nossos caminhos, mas não aquele fundamental e básico?

Diversas experiências e iniciativas têm nos mostrado que a constituição de um mercado próprio para os produtos da agricultura familiar, produzidos e beneficiados através de relações solidárias, cuja denominação leva o nome de Mercado Justo ou Solidário ou Popular, parece ser o caminho para a ampliação da produção e comercialização destes empreendimentos.

Outra constatação vem da crescente procura por produtos que não apresentem excessivo processo de industrialização, e somente a agricultura familiar tem condições de fornecer tais produtos, constituindo-se, assim, numa excelente oportunidade para geração de renda.

As agroindústrias familiares proporcionam uma valorosa contribuição

turação da ARCO Sertão não interfere nessa dinâmica, uma vez que, como dito anteriormente, o mercado consumidor de cada município não pode ser desconsiderado. A Agência, conforme decisão das entidades filiadas, terá sua atuação num mercado mais amplo (Território do Sisal, por exemplo) centralizando as demandas e viabilizando a comercialização através da centralização das informações sobre a produção de cada empreendimento produtivo.

4.1.3. Resultado Final 03 – Agência Regional de Comercialização estruturada e viabilizando a comercialização dos produtos da agricultura familiar

a) Situação Final:

- Agência Regional de Comercialização organizada e estruturada para viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar;
- Agência Regional de Comercialização com Plano de Gestão Estratégico elaborado;
- Agência Regional de Comercialização integrada com outras entidades de agricultores familiares;
- Marca “Riquezas do Sertão” com plano de marca e estratégia de divulgação elaborados;
- Marca “Riquezas do Sertão” fortalecida e utilizada nos produtos das entidades filiadas a Agência.

b) Atividades realizadas pelo MOC

TABELA XVIII

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	Nº PARTICIPANTES (POR EVENTO)	REALIZADA E NÃO PREVISTA
Assessoria nas Assembléias/Encontros da ARCO Sertão Bahia	12	12	20	00
Consultoria para elaboração da Marca “Riquezas do Sertão”	01	01	-	00
Oficina para elaboração do Plano de Gestão Estratégico da ARCO Sertão	01	01	35	00
Reunião entre agências de comercialização da Bahia	05	05	08	02
Consultoria para elaboração do plano de marca e estratégia de divulgação da marca “Riquezas do Sertão”	01	00	-	00
Oficina para definição de critério de utilização da marca “Riquezas do Sertão”	02	02	25	00

c) Ações realizadas pelos Empreendimentos

A ARCO Sertão não vem conseguindo atender as expectativas e objetivos



pretendidos com a sua criação. Em parte, este fato deve-se a problemas que estão na base das entidades filiadas, ou seja, uma vez que as cooperativas que compõem a Agência enfrentam problemas para garantir uma produção com qualidade e escala suficientes para o pleno atendimento das demandas, a ARCO Sertão não consegue viabilizar a comercialização dos produtos. Além disso, a Agência tem buscado garantir uma estruturação (física e técnica) adequada para o cumprimento de seu papel, para isso, vem buscando junto ao INCRA e a SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, viabilizar a montagem de seu escritório e de uma equipe técnica, que seria responsável pela centralização de informações sobre a produção, bem como, passariam a realizar a comercialização em rede dos produtos das entidades filiadas à ARCO Sertão. A Agência tem, também, buscado sua inserção no processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, inclusive tendo conseguido a aprovação de algumas de suas demandas, através dos recursos do PRONAF Infra-estrutura.

4.2. Desafios para a consolidação dos objetivos e contribuição para o desenvolvimento rural sustentável do Território do Sisal

A perspectiva de garantir as condições e os caminhos para que os diversos empreendimentos produtivos assessorados possam viabilizar sua estruturação e sua permanência no mercado tradicional capitalista, exigente e implacável com os 'ineficientes', constitui-se em tarefa complexa. Este mercado, quase inexpugnável, cuja inserção exige a concordância e o atendimento de suas exigências, faz com que a viabilização da comercialização dos produtos da agricultura familiar pelos empreendimentos passe, necessariamente e de forma imediata, por uma melhor estruturação das unidades produtivas que integram cada cooperativa e/ou grupos de produção, exigindo para isso, recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos, maior capacitação etc. Uma pergunta, no entanto, paira no ar: deve ser esta a base de nossa estratégia? Por onde caminhar? Será este um de nossos caminhos, mas não aquele fundamental e básico?

Diversas experiências e iniciativas têm nos mostrado que a constituição de um mercado próprio para os produtos da agricultura familiar, produzidos e beneficiados através de relações solidárias, cuja denominação leva o nome de Mercado Justo ou Solidário ou Popular, parece ser o caminho para a ampliação da produção e comercialização destes empreendimentos.

Outra constatação vem da crescente procura por produtos que não apresentem excessivo processo de industrialização, e somente a agricultura familiar tem condições de fornecer tais produtos, constituindo-se, assim, numa excelente oportunidade para geração de renda.

As agroindústrias familiares proporcionam uma valiosa contribuição



para o processo de desenvolvimento territorial rural sustentável, que passa necessariamente pelo fortalecimento da agricultura familiar e seus empreendimentos e entidades representativas. A construção das bases para um mercado territorial, cuja viabilização da produção e da comercialização dos produtos da agricultura familiar possam ser ampliados, é uma das contribuições que as ações do MOC, através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e seus Sub-programas, podem apresentar.

Outra estratégia de trabalho já de certo modo iniciada é aquela de buscar presença mais efetiva nos chamados “mercados institucionais”, como a merenda escolar e outras. Porta esta que depende de legislações específicas e de muita negociação, mas que já começa a funcionar em nossos municípios.

A ampliação das ações no que se refere a acompanhamento dos empreendimentos, às assessorias técnicas e dos eventos de capacitação realizados, refletindo-se numa melhor estruturação dos empreendimentos e da Agência de Comercialização, resultariam na ampliação do número de famílias envolvidas e num incremento considerável da renda - condição indispensável para a autonomia e o desenvolvimento das populações que vivem no Território do Sisal. Além da geração de renda, a valorização desses empreendimentos e, conseqüentemente, da própria produção familiar agrícola, reforçam a identidade dessas populações, refletindo-se na melhoria da auto-estima e na valorização do Território do Sisal, como o lugar onde, apesar das dificuldades, poderemos encontrar as soluções para dos diversos problemas que se apresentam no cotidiano dessa população.

Como é de se notar, este sub-programa está apenas se iniciando. Para si está trazendo vários desafios construídos no decorrer dos trabalhos de outros sub-programas ligados à agricultura familiar, impulsionados pelas necessidades e pelas próprias experiências das comunidades.

Não se poderia esperar do mesmo maiores e mais expressivos resultados do que aquele de começar a sinfonia.

2004 será o grande teste.

4.3 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

A perspectiva do nosso trabalho e de nossas ações não pode ser isolada e distante de uma característica de integração ao nível regional, por isso faz-se necessário identificarmos quais dessas atividades, dentro do nosso programa de fortalecimento da agricultura familiar, são catalisadoras para o processo de desenvolvimento territorial e sustentável.

Verificamos que, ao nível de crédito, as estruturas montadas por nossas ações com o incentivo ao cooperativismo de crédito e a abertura de postos das cooperativas, assim como a gestão dos recursos existentes para financiamento aos agricultores familiares serem gerenciados por entidades da socie-





dade civil, são indicadores de um processo que pode caracterizar-se como uma ação regional e pode destacar-se como ações demarcantes de um território que já tem experiências acumuladas nessas atividades e, portanto, tem mais condições de se ampliar para um território maior. O processo de trabalho no âmbito do crédito aponta, com certa rapidez, para a autosustentabilidade e para serviços de maior qualidade aos municípios e ao território.

A disponibilidade do crédito subsidiado e a longo prazo, por outro lado, se apresenta como algo de fundamental importância para o desenvolvimento do território.

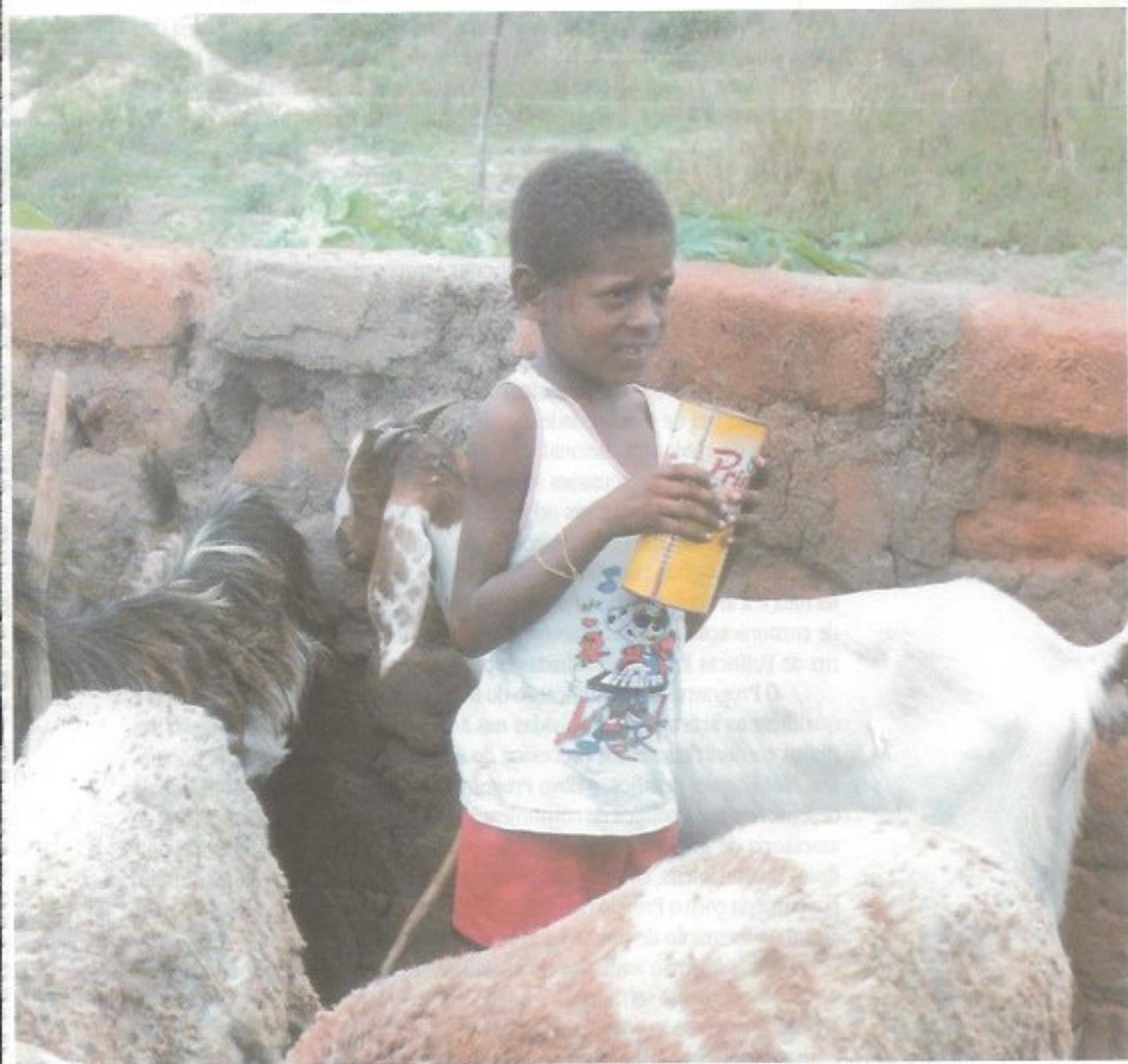
No campo da assistência técnica, o assumir da assistência técnica pelas entidades da sociedade civil, através de monitoramentos quinzenais, acompanhamento técnico e a metodologia usada, tendo como foco a família em várias dimensões (as relações sociais de gênero, segurança alimentar e nutricional, meio-ambiente e valorização da cultura local) e a proposta de geração de renda para a agricultura familiar advinda também pela diversificação da renda agrícola e não agrícola, são ações já implantadas e que, se continuarem a se desenvolver e a se aperfeiçoar, têm condições de produzir uma identidade comum pelo desenvolvimento que elas podem levar às famílias e às comunidades. Esta parte, no entanto, ainda necessita de ser mais trabalhada, para que as entidades assumam mais a própria proposta e possam defendê-la e buscá-la numa ação territorial. Parece-nos que ainda estamos um pouco longe desta perspectiva, para a qual nos devemos voltar com mais afinco e eficiência.

No campo da captação e disponibilidade de água, é com grande alegria que vemos o Programa Um Milhão de Cisternas da ASA (Articulação no Semi-árido) ir tomando corpo em nosso território, atuando ao lado de outras linhas e projetos também ligados à água. Hoje são mais de 30 municípios contemplados, em alguns dos quais se envolve o próprio poder público. Outras preocupações, no entanto, ainda surgem: como provar e explicitar a qualidade da água e o efetivo benefício que ela traz para as famílias, saindo do empirismo em que hoje trabalhamos e fazendo disso um processo educativo do qual as famílias se apropriem? Como fazer com que as famílias passem da situação atual do P1MC para interferir em políticas? De qualquer maneira, em que pesem os desafios, esta é também uma proposta de trabalho que começa ao nível regional, com características de território e se espalha por todos os municípios, trazendo identidade e auto-estima.

No entanto, ainda, outras questões, no que se refere à água, devem nos acompanhar: trata-se especialmente da água para a produção. Pouco, neste sentido, caminhamos e devemos iniciar com mais afinco esta estrada.

O beneficiamento da produção, a identificação de mercados institucionais e de mercados específicos, assim como a preparação mais direta das comunidades e dos grupos é o desafio que enfrenta o sub-programa de comercialização.

Sinteticamente, com todos os desafios e problemas que enfrenta, este é um programa básico para o desenvolvimento do território. Suas ações já se espalham por todo ele, com características regionais em muitas delas. Deve, no entanto, o mesmo, ser mais e mais assumido pelas próprias instâncias de comercialização e beneficiamento da produção hoje criadas para esta finalidade.





I. INTRODUÇÃO

Para alguns pesquisadores da pós-modernidade, a sociedade em que vivemos poderia muito bem ser chamada de “Idade Mídia”. As renovações trazidas pela influência dos meios de comunicação na vida do homem contemporâneo também chegaram, e com forte apelo, à Região do Sisal. Fenômenos de comunicação de massa, essas inovações seguem tendências políticas de manutenção do poder hegemônico e interferem drasticamente na descaracterização da cultura local, como agente de homogeneização das referências culturais a partir da reprodução de modelos globalizados. A programação dos *mass-media* é a retransmissão de produtos voltados para o consumo, não contribuindo para a valorização da identidade regional. O sertanejo não se vê, perde suas referências cada vez mais cedo, não tem voz, e muito menos acesso à produção da comunicação que circula no território em que vive.

O MOC e os movimentos sociais da região sisaleira não ficaram alheios a esta nova dinâmica. A demanda por criar espaços alternativos de produção e veiculação de informações, que retratassem a realidade dos movimentos populares locais, impulsionou o início de ações de comunicação, tendo o rádio como principal instrumento de mídia numa região em que a cultura da oralidade ainda é predominante, assim como a maioria da população permanece com baixo nível de escolaridade. Neste sentido, é importante ressaltar a importância do apoio institucional do UNICEF, que contribui de forma decisiva na consolidação das discussões sobre comunicação na região.

As ações comunicativas no território do Sisal se fortalecem com a criação, no início de 2003, do Programa de Comunicação do MOC, com uma estrutura específica para lidar com questões como a melhoria da qualidade técnica e a articulação das intervenções comunicacionais. Até então, as ações de comunicação no MOC estavam estreitamente relacionadas com o Programa de Políticas Públicas e voltadas especificamente para a área comunitária.

O Programa de Comunicação do MOC surge com o desafio de ampliar e qualificar as ações já desenvolvidas nas áreas de assessoria e articulação das rádios comunitárias e dos processos de comunicação nas entidades populares. Além desses desafios, o novo Programa tem, ainda, a responsabilidade de desenvolver uma política de comunicação institucional, com ações na área de assessoria de imprensa, comunicação interna, criação e atualização de produtos institucionais, como o site, além da coordenação do jornal Gira Mundo, em parceria com o Projeto Comunicação Juvenil, projeto especial do MOC que atuou na formação de jovens na área de comunicação.

Ainda que não tenham sido inicialmente pensadas como instrumentos de desenvolvimento territorial, as iniciativas do Programa de Comunicação do MOC, somando-se às outras atividades de promoção do desenvolvimento local e sustentável, promovidas por outros programas e do MOC e outras entidades



regionais, aos poucos se constituem como importantes mecanismos de articulação e projeção regional das lutas e vozes dos movimentos populares, e na promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Tais iniciativas, entretanto, enfrentaram muitas dificuldades. Além da re-organização e adaptação necessária devido à nova estrutura de desenvolvimento das ações de comunicação, que passam a intervir em outras áreas e carecem de estratégias próprias, surgiram interferências externas que demandaram respostas imediatas. Pode-se destacar a intensificação do processo de perseguição da Anatel às rádios comunitárias e a censura às iniciativas dos movimentos sociais em uma rádio regional como alguns desses elementos.

Em meio a estas lutas, registram-se avanços importantes como a gradativa conquista de espaço na imprensa local, e a consolidação de iniciativas de visibilidade e projeção institucional. O final do ano de 2003 revelou ao MOC sua capacidade de articulação regional e de provocação dos atores sociais locais para a reflexão da temática de desenvolvimento territorial. Durante a *II JAPES – Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos, Educativos e Culturais*, as ações de comunicação (assessoria de imprensa, interna, institucional e comunitária), atuaram de forma integrada, e buscaram contribuir com a construção de um projeto articulado de comunicação territorial, inserido nas dinâmicas e discussões regionais.

Enfim, em 2003, em meio a dificuldades estruturais graves no processo de distribuição dos meios de produção e acesso à comunicação na região, o MOC registrou conquistas significativas no processo de constituição de uma política de comunicação, de valorização e promoção do desenvolvimento do território sisaleiro.

II. AÇÕES E RESULTADOS

1. Assessoria de Imprensa

Situação final 01:

Iniciativas e causas dos movimentos sociais, com destaque para o MOC, ocupando espaços na imprensa local. A aproximação da imprensa local das ações do MOC e dos movimentos populares do território Sisaleiro foi uma das conquistas de 2003. Registrava-se historicamente um desconhecimento por parte da mídia e comunidade feirense das ações destas entidades. O trabalho de assessoria de imprensa buscou diminuir esta lacuna. Sem esquecer, porém, de atender às solicitações de veículos de comunicação nacional e internacional, como a equipe de filmagens da ONU, Globo Repórter, Revistas Época e Globo Rural e dos Jornais O Estadão/SP e Folha de São de Paulo.



A inserção do MOC na imprensa feirense em 2003 abandona a postura de compra de espaços na mídia local. A nova estratégia utilizada é a produção de material qualificado, como sugestões de pautas e releases, sensibilização e constante mobilização da imprensa a fim de incentivar e apoiar a cobertura de pautas voltadas para o desenvolvimento sustentável do semi-árido, e promoção e defesa dos direitos de meninos e meninas. Um caminho longo, mas que, em longo prazo, deverá trazer respostas mais qualificadas. O retorno surpreendeu às expectativas. Registrou-se, em período menor que o estimado, a conquista de espaços privilegiados nos jornais impressos, emissoras de rádio e TVs locais. A imprensa feirense demonstrou aceitação às pautas sugeridas, o que significou uma inserção freqüente das ações promovidas pelo MOC e movimentos populares da Região Sisaleira na mídia local.

Neste sentido, destaca-se o apoio e qualidade dos trabalhos desenvolvidos por profissionais da mídia local, em especial a equipe da TV Subaé, que realizou cerca de 25* reportagens provocadas pelo MOC e não se limitou à cobertura de eventos, mas também visitou muitas das iniciativas e ouviu atores envolvidos. Algumas destas reportagens tiveram repercussão em programas de veiculação nacional, como o Globo Rural.

As emissoras de rádios comerciais, com destaque para programas de repercussão regional como Carlos Geilson, na Rádio Subaé, Acorda Cidade, na Rádio Sociedade e Bom Dia Feira, na Rádio Princesa, e em especial, a radialista Nice Santos, abriram seus microfones para entrevistas e divulgação de ações.

* As limitações técnicas da clippagem eletrônica não permitiram a contabilização exata da quantidade de material produzido.

1.1. Ações

TABELA I

ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS
25 pautas anuais (média de 01 por quinzena)	45 pautas produzidas e enviadas
18 eventos assessorados (cerca de 01 por quinzena)	28 eventos assessorados diretamente (Assessoria entre os meses de abril e dezembro - presença da equipe de comunicação em uma média de 03 eventos por mês)
10 veículos mobilizados sistematicamente	16 veículos locais (05 impressos, 05 TVs, 06 rádios comerciais) mobilizados sistematicamente
25 profissionais de mídia local envolvidos nas mobilizações.	35 profissionais de mídia e 25 estudantes de jornalismo envolvidos nas ações de mobilização da mídia
05 atendimentos a visitas de imprensa nacional e internacional.	07 viagens de atendimento a visitas de imprensa nacional e internacional
01 Encontro de sensibilização com jornalistas locais	03 encontros com a imprensa local, sendo 01 evento de reconhecimento aos profissionais da mídia, 01 encontro de sensibilização com estudantes de jornalismo da Unef e 01 curso de capacitação com jornalistas locais.

1.2. Análise do MOC na Mídia

A receptividade da mídia feirense às ações de assessoria de imprensa, en-

tratamente, revelou dificuldades das equipes e veículos na cobertura de temáticas dos movimentos populares e à infância e adolescência, em especial a questão do trabalho infantil. O pouco conhecimento dos conteúdos, a necessidade de driblar as barreiras políticas que ainda persistem, e a reduzida estrutura dos veículos, resumiu a maioria das matérias produzidas a ações factuais.

A fim de compreender melhor a dinâmica da imprensa feirense, a equipe de comunicação do MOC analisou as matérias publicadas que deram visibilidade à entidade e suas lutas na imprensa local. O estudo contabilizou 104 inserções nos quatro principais jornais de circulação regional.

A quase totalidade das reportagens reflete (quando não copia) as provocações das sugestões de pauta do MOC. Tal postura poderia até ser considerada positiva, se o MOC não primasse pela promoção da reflexão coletiva de suas ações. Com temáticas de relevância social, é preocupante a carência de editoriais e artigos sobre estes assuntos.

TABELA II

	Reportagens	Artigo	Editorial	Nota	Total
Folha do Estado	56	3		3	62
Tribuna Feirense	22	3		6	31
A Tarde	12	1	1	8	22
Correio da Bahia	4	0		5	09
TOTAL					104

É de fundamental importância que a mídia feirense perceba a importância de não só divulgar eventos e ações, mas também de contribuir para um processo de formação de opinião crítica do público sobre questões primordiais para o desenvolvimento da realidade local.

Jornais que mais publicaram:



* Outros jornais de circulação local, como Noite e Dia, Tribuna da Bahia e Folha do Norte não foram mencionados devido à irregularidade com que chegaram



para análise. Em 2004, espera-se ampliar o número de veículos clippados. **As provocações das pautas e releases do MOC buscaram incentivar a cobertura de temáticas que permeiam o universo do MOC.**

Em todas elas, a ênfase era a importância social do tema, e não apenas dar visibilidade à atuação da instituição.

As matérias que deram visibilidade ao MOC têm este como principal fonte. O resultado, apesar de lógico por ser a entidade a provocadora das pautas, esconde a carência de outras vozes que expressem a reflexão do desenvolvimento da região. Para uma instituição que tem como fundamento o desenvolvimento do semi-árido a partir da construção coletiva do conhecimento, é de fundamental importância que também a mídia local esteja atenta às tantas vozes que atuam na região. Às entidades da sociedade civil locais se expressa o desafio de também buscarem um inserção mais qualificada na imprensa local. Confira no quadro abaixo:



Para o MOC, em 2004, os desafios permanecem no sentido de intensificar o processo de qualificação da imprensa feirense para a cobertura de

tratamente, revelou dificuldades das equipes e veículos na cobertura de temáticas dos movimentos populares e à infância e adolescência, em especial a questão do trabalho infantil. O pouco conhecimento dos conteúdos, a necessidade de driblar as barreiras políticas que ainda persistem, e a reduzida estrutura dos veículos, resumiu a maioria das matérias produzidas a ações factuais.

A fim de compreender melhor a dinâmica da imprensa feirense, a equipe de comunicação do MOC analisou as matérias publicadas que deram visibilidade à entidade e suas lutas na imprensa local. O estudo contabilizou **104** inserções nos quatro principais jornais de circulação regional.

A quase totalidade das reportagens reflete (quando não copia) as provocações das sugestões de pauta do MOC. Tal postura poderia até ser considerada positiva, se o MOC não primasse pela promoção da reflexão coletiva de suas ações. Com temáticas de relevância social, é preocupante a carência de editoriais e artigos sobre estes assuntos.

TABELA II

	Reportagens	Artigo	Editorial	Nota	Total
Folha do Estado	36	3		5	42
Tribuna Feirense	22	3		6	31
A Tarde	12	1	1	8	22
Correio da Bahia	4	0		5	09
TOTAL					104

É de fundamental importância que a mídia feirense perceba a importância de não só divulgar eventos e ações, mas também de contribuir para um processo de formação de opinião crítica do público sobre questões primordiais para o desenvolvimento da realidade local.

Jornais que mais publicaram:



* Outros jornais de circulação local, como Noite e Dia, Tribuna da Bahia e Folha do Norte não foram mencionados devido à irregularidade com que chegaram



para análise. Em 2004, espera-se ampliar o número de veículos clippados. **As provocações das pautas e releases do MOC buscaram incentivar a cobertura de temáticas que permeiam o universo do MOC.**

Em todas elas, a ênfase era a importância soci-

al do tema, e não apenas dar visibilidade à atuação da instituição.

As matérias que deram visibilidade ao MOC têm este como principal fonte. O resultado, apesar de lógico por ser a entidade a provocadora das pautas, esconde a carência de outras vozes que expressem a reflexão do desenvolvimento da região. Para uma instituição que tem como fundamento o desenvolvimento do semi-árido a partir da construção coletiva do conhecimento, é de fundamental importância que também a mídia local esteja atenta às tantas vozes que atuam na região. Às entidades da sociedade civil locais se expressa o desafio de também buscarem um inserção mais qualificada na imprensa local. Confira no quadro abaixo:



Para o MOC, em 2004, os desafios permanecem no sentido de intensificar o processo de qualificação da imprensa feirense para a cobertura de



temas na área social. Também pretende-se sistematizar os contatos com as rádios comerciais que têm sede em outros municípios da Região Sisaleira, e provocar a cobertura de temáticas de promoção do desenvolvimento territorial.

Outra luta importante será iniciar uma aproximação com a imprensa de impacto em toda a Bahia. Com sede em Salvador, os principais veículos do estado ainda demonstram resistência e dificuldades em realizar uma cobertura mais qualificada quando se trata do interior baiano.

2. Comunicação Institucional e Interna

Situação final 02:

Produtos de comunicação institucional implementados e favorecendo a promoção da imagem institucional e a circulação de informações entre os variados públicos da organização.

A produção de comunicação institucional com uma identidade organizacional consolidada para o MOC, ainda se revela como um processo complexo a ser implementado. A dificuldade reflete a multiplicidade da instituição e a variedade de públicos e ações. Buscou-se viabilizar um novo fazer comunicação institucional, a partir do refazer constante de peças e produtos, tendo a interlocução com os atores sociais, em particular com a equipe MOC, sua principal base de ação.

O envolvimento da equipe técnica do MOC na concepção e montagem dos produtos, ainda é gradual, mas já resultou na definição de uma nova marca institucional, escolhida por técnicos da entidade.

Como um grande passo apontado, o MOC se insere em 2003, ainda de forma experimental, na era da comunicação digital, com o site www.moc.org.br. A iniciativa reforça a imagem da organização e abre a possibilidade de transformar-se em um portal de informações sobre a Região Sisaleira. A confecção de uma peça deste porte, com toda a dinâmica da instituição, reforçou a necessidade de um padrão visual que caracterize não apenas o MOC, mas também reflita a cultura local. Desafia-se o MOC a projetar um *layout* institucional que traga elementos da cultura regional e contribua para o fortalecimento da identidade cultural local.

Como elementos de consolidação desta identidade sisaleira, produtos a princípio de cunho estritamente institucional, como o *Boletim Informativo MOC* e o Programa Radiofônico *Encontro com as Comunidades* ultrapassaram esta definição. Estes produtos buscaram se configurar como modelos técnicos, fonte de notícias e espaço de visibilização dos movimentos populares

locais. Refletem, portanto, a necessidade de instrumentalizar a Região no sentido de promover a comunicação regional e reforçar a postura do MOC em projetar uma imagem que prioriza o desenvolvimento territorial, e não só, suas ações organizacionais.

2.1. Ações

TABELA III

ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS
01 site institucional produzido	01 site institucional dinâmico e atrativo, com informações e notícias sobre a região e projetos desenvolvidos, com destaque para as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
01 folder institucional produzido	01 Folder institucional em fase de finalização com <i>layout</i> diferenciado
Criação e implantação de um novo logotipo institucional	Nova marca institucional consolidada e amplamente utilizada pelas equipes
36 edições (semanal) de Boletim Informativo MOC distribuído para um mailing eletrônico de 100 pessoas	46 edições do Boletim Informativo MOC, inserindo notícias também da região, distribuído para um mailing eletrônico de 246.
36 edições (semanal) do jornal mural MOC em Movimento	36 do jornal mural MOC em Movimento
52 edições (semanal/sem intervalos no ano) do programa radiofônico Encontro com as Comunidades	48 edições do programa radiofônico Encontro com as Comunidades
	01 Outdoor comemorativo pela conquista do prêmio Bem Eficiente veiculada em quatro pontos de grande visibilidade na cidade de Feira de Santana
	01 cartaz com tiragem de mil exemplares produzido para a II Japes – Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos, Educacionais e Sociais
	05 folders, 05 boletins especiais, faixas e banners produzidos para apoio a eventos MOC

3. Comunicação Comunitária

Situação final 03:

Atuação política das rádios comunitárias fortalecida e mais inserida nas discussões de promoção de desenvolvimento territorial através da consolidação de uma rede de comunicadores populares

Na área de comunicação comunitária, o ano de 2003 apresentou-se com grandes desafios. A intensificação do processo de repressão da Anatel e Polícia Federal somou-se ao registro de censura na fala da sociedade civil organizada em veículos comerciais da Região. Toda a proposta de capacitação e qualificação técnica dos comunicadores comunitários foi redirecionada para ações de mobilização e articulação a fim de intensificar a luta pela democratização da comunicação.

Os problemas nesta área, porém, revelam-se como ponto de partida para a busca de soluções para antigas limitações regionais. A repressão acentuada impulsionou os radialistas comunitários a buscarem, ainda timidamente, participação e representatividade nas discussões e definições políticas do território, e reforçou as ações de mobilização dando maior visibilidade para as práticas e lutas pela comunicação comunitária na região do Sisal e conqui-

tando reconhecimento nacional e internacional à luta das rádios comunitárias locais, que além do Unicef e da Abraço (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias), conquistaram o apoio da Andi – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, da Aler – Associação Latino-Americana de Educação pelo Rádio e da Amarc – Associação Mundial de Rádios Comunitárias. Estas entidades aguardam a elaboração de um relatório sobre a repressão às rádios comunitárias para denunciarem os abusos às organizações internacionais de direitos humanos. As ações de censura reforçaram a importância de defender um projeto de comunicação regional que contemple e reforce os meios de comunicação populares.

Em meados do ano, as mobilizações resultaram em uma audiência com o ex-Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, para discutir a situação regional das Rádios Comunitárias, fato inédito na história do país e que renovou as esperanças de legalização das emissoras. No final do ano, as rádios comunitárias de Água Fria e Tucano conquistaram a concessão provisória, do Ministério das Comunicações, no mesmo período em que a rádio Arcos FM de Retirolândia tem seus equipamentos barbaramente levados pela Polícia Federal. Outras diversas emissoras comunitárias, com suas diretorias desarticuladas depois de tantos anos de espera, não atendem às demandas imediatas do departamento de Outorga e têm seus processos arquivados.

A atuação do Programa de Comunicação inicia uma dos pedidos de reabertura dos processos e regularização da documentação. Uma conquista importante é o apoio e assessoria jurídica, que inicia a abertura de processos judiciais na tentativa de reaver equipamentos apreendidos.

As dificuldades trazidas pela coerção contra as rádios comunitárias não intimidaram os radialistas, que em novembro destacaram a temática das eleições e a mobilização popular pelo voto consciente como o elemento central da atuação em 2004.

Motivados pelo fortalecimento da atuação em rede, os radialistas passam a enviar as notícias para as emissoras vizinhas, e os comunicadores comunitários discutem um plano territorial de comunicação. A iniciativa, ainda em construção, deve consolidar a articulação regional e a promoção de uma política alternativa de comunicação para o território sisaleiro. Destaca-se a





atuação dos Jovens Comunicadores, que muito têm contribuído para o fortalecimento das discussões comunicativas na região e na melhoria da qualidade técnica das ações produzidas.

3.1. Ações Rádios Comunitárias

TABELA IV

ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS
13 rádios comunitárias assessoradas sistematicamente.	16* rádios comunitárias assessoradas sistematicamente e voltadas para a promoção da cidadania e democratização da comunicação.
30 comunicadores comunitários envolvidos	40 comunicadores comunitários envolvidos em ações de articulação e mobilização na área de democratização da comunicação.
01 viagem de intercâmbio de radialistas comunitários	01 audiência com o Ministro das Comunicações para discutir a situação regional das Rádios Comunitárias, que incluiu ainda encontros com representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e da Comissão de Comunicação da Câmara Federal.
	02 reuniões de articulação com deputados estaduais e federais para debater a situação das rádios comunitárias.
06 encontros de monitoramento dos processos de comunicação	06 encontros de monitoramento dos processos de comunicação das rádios comunitárias e entidades da sociedade civil organizada, aferindo a qualidade técnica e a inserção de temáticas nas áreas sociais.
04 capacitações técnicas em rádio	01 capacitação técnica em produção de vinhetas e campanhas com a temática de Legislação Eleitoral.
	01 Encontro de formação técnica em rádio com 60 adolescentes multiplicadores do GAPA (Grupo de Apoio à Portadores da Aids).
	02 CDs produzidos a partir das capacitações para apoio às rádios comunitárias.
	11 visitas de acompanhamento e pesquisa do MOC à atuação das rádios comunitárias nos municípios.
02 apoios a encontros da Abração	02 apoios a encontros da Abração/B3 e participação em 03 reuniões de monitoramento.

* Liberdade FM de Riachão do Jacuípe, Sertão FM de Feira de Santana, Cruzeiro FM de Tucano, Arcos FM de Retirolândia, Santa Luz FM de Santa Luz, Serrinha FM de Serrinha, RCA (Rádio Comunitária de Araci) FM de Araci, Independente FM de Ichú, Coité Livre FM de Conceição do Coité, Nordestina FM de Nordestina, Água Fria FM de Água Fria, Queimadas FM de Queimadas, Valente FM de Valente e Barreiros FM em Riachão do Jacuípe iniciaram o processo. Somaram-se as rádios da comunidade de Riacho da Onça e Teofilândia. As rádios de Pintadas e Itaberaba também participaram dos eventos como convidadas.

Situação final 04:

Dirigentes de entidades da sociedade civil e movimentos populares desenvolvendo maior compreensão da importância da comunicação como elemento estratégico na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Tendo em vista a necessidade imediata de veiculação de informações dos movimentos sociais nos meios de comunicação de massa, o MOC, em parceria



com o Unicef, optou, em 2003, pela a continuação de apoio ao financiamento de 10 programas de entidades da sociedade civil na Rádio Sisal, com sede em Conceição do Coité.

Porém, por divergências políticas, a emissora proibiu as entidades de denunciarem em seus programas radiofônicos arbitrariedades da Anatel contra rádios comunitárias. A reação imediata foi o envio de uma moção de repúdio contra tamanha interferência no conteúdo de programas independentes. A situação permaneceu tensa até que alguns programas passaram a denunciar o envolvimento do prefeito local no desvio de recursos públicos, conforme matéria publicada em jornal de circulação estadual. O fato foi o pretexto para que a Rádio Sisal cancelasse, sem explicações, a veiculação dos programas.

Muitas das entidades revelam que as rádios comunitárias ainda não atendem aos limites geográficos de seus municípios ou ainda não dispõem da força de uma emissora regional, e continuam na busca por alternativas para o problema. O acontecimento revela a fragilidade dos movimentos sociais da região junto aos meios de comunicação locais.

Quanto à atuação junto aos segmentos da sociedade civil organizada, o Programa de Comunicação buscou disseminar a importância do uso estratégico da comunicação com outros públicos estratégicos, a exemplo de novas lideranças. As novas demandas surgiram, não só de provocações do Programa, mas também de solicitações das próprias lideranças, educadores, entre outros. Espera-se ampliar ainda mais estas ações, além de promover um maior contato com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que em 2003 ainda se esboçou timidamente.

3.2. Ações Movimentos Sociais

TABELA V

ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS
Apoio técnico e financeiro na veiculação de 10 programas radiofônicos das entidades em rádios comerciais com periodicidade semanal, com transmissão anual de 504 edições.	Apoio técnico e financeiro na veiculação de 10 programas radiofônicos das entidades em rádios comerciais com periodicidade semanal, com transmissão anual de 410 edições.
02 Seminários sobre Comunicação Estratégica para os movimentos populares	01 Seminário sobre Comunicação Estratégica e 01 Conferência sobre Comunicação e Desenvolvimento Territorial, ambos com público-médio de 45 participantes, entre lideranças comunitárias, dirigentes sindicais e integrantes do MMTR
	90 lideranças comunitárias sensibilizadas em 03 cursos de capacitação em comunicação comunitária.

Situação final 05:

Envolvimento dos Jovens Comunicadores no processo de produção, potencializando o jornal como instrumento de aprendizagem técnica; melhoria



da qualidade editorial e do processo de distribuição; e promoção das discussões sobre edu-comunicação no território sisaleiro.

O fato do jornal GiraMundo ser destacado dentre tantas outras peças de comunicação revela seu papel estratégico na constituição de alternativas de comunicação para a região sisaleira.

Voltado especificamente para os atores do PETI, aos poucos, a publicação vem adquirindo o caráter de instrumento de divulgação e registro das iniciativas de promoção do desenvolvimento territorial. A nova caracterização surge a partir da reestruturação da sua linha editorial, que passa a contemplar uma visão mais ampla sobre erradicação do trabalho infantil a partir da promoção de ações que contemplem áreas como geração de renda e melhoria da educação. Também acontecem mudanças nas áreas de produção e distribuição.

Na produção, foram incorporados como correspondentes, jovens integrantes do Projeto Comunicação Juvenil, desenvolvido pelo MOC junto ao Instituto Credicard. Neste sentido a equipe do Gira tenta promover a comunicação também como instrumento prático da aprendizagem dos Jovens Comunicadores de 10 municípios.

Na área da distribuição, o processo de envio dos exemplares via agentes multiplicadores, como coordenadores da Jornada ampliada, grupos gestores, agentes de família. O desafio é perceber as demandas do público leitor e promover momentos de uso do jornal nas comunidades, como em reuniões dos agentes de família, nas atividades escolares, etc. Este novo desafio já está permitindo o início do intercâmbio de ações de comunicação e educação, por exemplo.

3.3. Ações GiraMundo

TABELA VI

ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS
06 edições do jornal GiraMundo produzidas e editadas em parceria com Jovens Comunicadores Sociais e a Cipo-Comunicação Interativa.	05 edições do jornal GiraMundo produzidas e editadas em parceria com Jovens Comunicadores Sociais e a Cipo-Comunicação Interativa.
	05 participações em atividades do MOC, em momentos específicos, para distribuição e debate das edições com educadores, agentes de família, entre outros.
	01 oficina sobre o uso educativo do GiraMundo em atividades das Jornadas Ampliadas, envolvendo 45 educadores.

3.4. Participação de crianças e adolescentes na mídia

A participação dos Jovens Comunicadores nas ações de comunicação da região impulsionou o envolvimento de crianças e adolescentes na mídia. Neste sentido, destaca-se o Programa Criança em Destaque, produzido e apresentado por crianças no município de Retirolândia e distribuído para rádios



comunitárias. A iniciativa já motivou a realização de outras atividades que privilegiem a participação de meninos e meninas nos meios de comunicação e foi selecionada para apresentação na Cúpula Mundial de Mídia para Criança e Adolescente. Para o Programa de Comunicação do MOC, a perspectiva é apoiar a implantação de atividades similares em outras localidades e promover uma maior inserção de meninos e meninas nas ações desenvolvidas pelo Programa.

III. CONCLUSÃO FINAL

Falar de desenvolvimento territorial não é apenas pensar na promoção de ações de viabilização da produção econômica. A constituição de um território dá-se por um conjunto de elementos agregadores, que implicam, necessariamente, na construção de uma identidade cultural coletiva. É o sentimento de pertencimento, e de reconhecimento cultural, que identificam a unidade e conferem legitimidade a um território. Numa sociedade midiaticizada, a influência dos *mass-media* no processo de re-significação cultural local é um elemento estratégico de fundamental importância nesta constituição da identidade territorial.

A concentração dos meios de produção da comunicação, o uso político da mídia local e o constante processo de homogeneização cultural que têm submetido à população local revelam-se como problemáticas que desafiam os movimentos populares da Região Sisaleira a buscarem alternativas viáveis e criativas de promoção do desenvolvimento local sustentável. É impossível pensar em comunicação voltada para a promoção social sem articular com ações de democratização dos meios de comunicação.

Ainda que não tenha nascido com o propósito prioritário de fomentar uma cultura da territorialidade, as ações desenvolvidas pelo MOC na área de comunicação têm-se apontado como elementos catalizadores de um processo que tende a desencadear numa re-definição da política comunicacional na Região do Sisal.

As atividades integradas nas áreas de assessoria de imprensa, comunicação institucional e comunitária, apontam como contribuições significativas na estruturação e fortalecimento de um sistema articulado de informações voltado à formação de uma opinião pública mais crítica e participativa.

A constituição de uma dinâmica alternativa de comunicação, aliada a um gradual processo de qualificação da imprensa regional, deve ser um elemento de fortalecimento da sociedade civil organizada, e também um agente dinamizador do sentimento de valorização do semi-árido.

Através da projeção da identidade da Região Sisaleira acredita-se ainda disseminar o processo de valorização dos produtos de caracterização local, dinamizando a economia familiar e agregando valor ao território, bem como fortalecendo a consolidação e promoção dos direitos de meninos e meninas.

Também se vislumbra, a consolidação da atuação em rede dos comunicadores regionais, trazendo maior qualidade e legitimando ao grande-público o sentimento de unidade territorial.

Todas estas perspectivas, entretanto, só podem ser visualizadas a partir de profundas transformações estruturais no sistema de acesso à produção dos meios de comunicação. A atuação do Programa de Comunicação não pode negligenciar a importância da atuação política, no sentido de fomentar a participação dos comunicadores populares na luta pela democratização dos meios de comunicação.

A atual conjuntura política, que possibilitou o encontro inédito dos radialistas com os comunicadores comunitários ainda não se vislumbra como uma política governamental de democratização da mídia. As mudanças ministeriais e o ano de eleições municipais acentuam a previsão de acirramento das práticas de cerceamento do acesso popular aos meios de comunicação, o que deve gerar mais ações de perseguição às rádios comunitárias.

Uma luta deste porte não pode ser trilhada sozinha. O desafio de uma articulação em rede, com demais entidades de atuação no semi-árido como a ASA – Articulação para o Semi-árido, entre outros, são elementos de fortalecimento desta luta. Além de constituir um importante passo para a construção de uma política integrada de comunicação para o semi-árido, que vislumbre as características culturais locais e contribua para a defesa do desenvolvimento sustentável.

Esta atuação mais ampla tende a consolidar o trabalho de comunicação e promoção do território Sisaleiro, que em 2004 terá ainda o CODES – Conselho de Desenvolvimento Sustentável como agente de articulação de políticas territoriais, entre elas ações de comunicação. O importante, neste sentido, é promover a ampliação do debate destas políticas e fortalecer a compreensão estratégica da comunicação, com sua gama de atividades, como elemento de promoção do desenvolvimento regional.

Ao MOC, ao CODES e aos movimentos sociais da região cabem a difícil tarefa de articular esta variedade de ações comunicacionais que potencializam o Território. Além das aliadas rádios comunitárias, também é chegada a hora de refletir a respeito das novas tecnologias, como internet e televisão, como instrumentos que também precisam ser desenvolvidos.

Acredita-se que os Jovens Comunicadores, e a Central Cyberela, possam contribuir significativamente. Ainda que o projeto tenha sido desarticulado dos moldes iniciais, a atuação técnica e provocativa dos Jovens será um elemento de fortalecimento do uso destas novas práticas. Não se pode, entretanto, desconsiderar que apenas a atuação dos Jovens, venha a projetar esta nova identidade comunicacional através das novas tecnologias.

Por isso, o trabalho de mobilização da imprensa local deve ser enraizado e ampliado. O investimento objetiva, senão provocar mudanças estruturais



comunitárias. A iniciativa já motivou a realização de outras atividades que privilegiem a participação de meninos e meninas nos meios de comunicação e foi selecionada para apresentação na Cúpula Mundial de Mídia para Criança e Adolescente. Para o Programa de Comunicação do MOC, a perspectiva é apoiar a implantação de atividades similares em outras localidades e promover uma maior inserção de meninos e meninas nas ações desenvolvidas pelo Programa.

III. CONCLUSÃO FINAL

Falar de desenvolvimento territorial não é apenas pensar na promoção de ações de viabilização da produção econômica. A constituição de um território dá-se por um conjunto de elementos agregadores, que implicam, necessariamente, na construção de uma identidade cultural coletiva. É o sentimento de pertencimento, e de reconhecimento cultural, que identificam a unidade e conferem legitimidade a um território. Numa sociedade midiaticizada, a influência dos *mass-media* no processo de re-significação cultural local é um elemento estratégico de fundamental importância nesta constituição da identidade territorial.

A concentração dos meios de produção da comunicação, o uso político da mídia local e o constante processo de homogeneização cultural que têm submetido à população local revelam-se como problemáticas que desafiam os movimentos populares da Região Sisaleira a buscarem alternativas viáveis e criativas de promoção do desenvolvimento local sustentável. É impossível pensar em comunicação voltada para a promoção social sem articular com ações de democratização dos meios de comunicação.

Ainda que não tenha nascido com o propósito prioritário de fomentar uma cultura da territorialidade, as ações desenvolvidas pelo MOC na área de comunicação têm-se apontado como elementos catalizadores de um processo que tende a desencadear numa re-definição da política comunicacional na Região do Sisal.

As atividades integradas nas áreas de assessoria de imprensa, comunicação institucional e comunitária, apontam como contribuições significativas na estruturação e fortalecimento de um sistema articulado de informações voltado à formação de uma opinião pública mais crítica e participativa.

A constituição de uma dinâmica alternativa de comunicação, aliada a um gradual processo de qualificação da imprensa regional, deve ser um elemento de fortalecimento da sociedade civil organizada, e também um agente dinamizador do sentimento de valorização do semi-árido.

Através da projeção da identidade da Região Sisaleira acredita-se ainda disseminar o processo de valorização dos produtos de caracterização local, dinamizando a economia familiar e agregando valor ao território, bem como fortalecendo a consolidação e promoção dos direitos de meninos e meninas.

Também se vislumbra, a consolidação da atuação em rede dos comunicadores regionais, trazendo maior qualidade e legitimando ao grande-público o sentimento de unidade territorial.

Todas estas perspectivas, entretanto, só podem ser visualizadas a partir de profundas transformações estruturais no sistema de acesso à produção dos meios de comunicação. A atuação do Programa de Comunicação não pode negligenciar a importância da atuação política, no sentido de fomentar a participação dos comunicadores populares na luta pela democratização dos meios de comunicação.

A atual conjuntura política, que possibilitou o encontro inédito dos radialistas com os comunicadores comunitários ainda não se vislumbra como uma política governamental de democratização da mídia. As mudanças ministeriais e o ano de eleições municipais acentuam a previsão de acirramento das práticas de cerceamento do acesso popular aos meios de comunicação, o que deve gerar mais ações de perseguição às rádios comunitárias.

Uma luta deste porte não pode ser trilhada sozinha. O desafio de uma articulação em rede, com demais entidades de atuação no semi-árido como a ASA – Articulação para o Semi-árido, entre outros, são elementos de fortalecimento desta luta. Além de constituir um importante passo para a construção de uma política integrada de comunicação para o semi-árido, que vislumbre as características culturais locais e contribua para a defesa do desenvolvimento sustentável.

Esta atuação mais ampla tende a consolidar o trabalho de comunicação e promoção do território Sisaleiro, que em 2004 terá ainda o CODES – Conselho de Desenvolvimento Sustentável como agente de articulação de políticas territoriais, entre elas ações de comunicação. O importante, neste sentido, é promover a ampliação do debate destas políticas e fortalecer a compreensão estratégica da comunicação, com sua gama de atividades, como elemento de promoção do desenvolvimento regional.

Ao MOC, ao CODES e aos movimentos sociais da região cabem a difícil tarefa de articular esta variedade de ações comunicacionais que potencializam o Território. Além das aliadas rádios comunitárias, também é chegada a hora de refletir a respeito das novas tecnologias, como internet e televisão, como instrumentos que também precisam ser desenvolvidos.

Acredita-se que os Jovens Comunicadores, e a Central Cyberela, possam contribuir significativamente. Ainda que o projeto tenha sido desarticulado dos moldes iniciais, a atuação técnica e provocativa dos Jovens será um elemento de fortalecimento do uso destas novas práticas. Não se pode, entretanto, desconsiderar que apenas a atuação dos Jovens, venha a projetar esta nova identidade comunicacional através das novas tecnologias.

Por isso, o trabalho de mobilização da imprensa local deve ser enraizado e ampliado. O investimento objetiva, senão provocar mudanças estruturais



nas políticas de comunicação de massa, mas contribuir significativamente na qualificação do material publicado.

Enfim, 2004 se apresenta ao Programa de Comunicação e às atividades de promoção de uma política de comunicação territorial com uma série de possibilidades e desafios que caberão à região enfrentar e definir as melhores estratégias.

I. INTRODUÇÃO

A seguir o relato de três projetos especiais por nós desenvolvidos durante o ano de 2003. Ressalte-se, em relação aos mesmos, que não se trata de projetos e ações que não se coadunam com nossa proposta estratégica de trabalho. Ao contrário, a reforçam e qualificam. Apenas têm processos gerenciais mais específicos, que exigem tratamentos especiais e sua realização tornar-se-ia difícil através de um único programa. Um deles, como o Vida Nova, tem dentro de si ações de crédito, de capacitação de agricultores, de acesso à água, de fundo rotativo, de educação, nas mesmas perspectivas dos outros programas. Contudo, por via contratual, dirige-se especificamente aos assentamentos e desta maneira terá que ser gerenciado. O outro, os jovens comunicadores, se insere nos processos de comunicação da instituição, mas merece um tratamento especial por trabalhar mais especificamente com jovens. Finalmente o crédito fundiário, tratado como especial por causa da formação específica que exige por parte dos agricultores que a ele querem ter acesso.

II. OS PROJETOS ESPECIAIS

1. Projeto Vida Nova

A seguir um painel das ações do Projeto Vida Nova (PVN) em 2003. Entende-se por ações o conjunto de situações, estratégias, atividades e resultados que, reunidos, constituem as linhas gerais e norteadoras da intervenção levada a cabo na região sisaleira da Bahia.

Para uma melhor compreensão, optou-se, por recuperar, brevemente, os Objetivos centrais do PVN, imediatamente seguidos de uma contextualização sócio-política e administrativa e de uma ligeira visualização do que foi planejado no início de 2003. Conclui-se, enfim, com uma breve consideração final, em que se busca sobretudo apontar desafios e aprendizagens.

Ressalte-se, finalmente, a importância de compreender que toda a ação do Programa está reportada a uma macro-estratégia, do MOC e da sociedade civil organizada, imersa no bojo da perspectiva de convivência com o semi-árido e num plano embrionariamente territorial.



• • •

O PVN busca contribuir para a solução de problemas sociais e educacionais de crianças em situação de risco, através do desenvolvimento sustentável das comunidades onde vivem estas crianças.

Assim, dentro de uma dimensão de territorialidade – que se inicia e que se busca construir e fortalecer como estratégia legítima de desenvolvimento integrado – o PVN descortinou alguns Objetivos estratégicos, a saber:

a) Disponibilizar o microcrédito familiar, através de Fundo Rotativo, para construção de cisternas, fossas sépticas, reformas e construções habitacionais;

b) Favorecer o microcrédito agrícola e geração de renda, através do COGEFUR – Conselho Gestor de Fundo Rotativo, para investimentos e custos na agricultura familiar;

c) Capacitar lideranças de Associações Comunitárias e juvenis em Políticas Públicas;

d) Fortalecer ações de Segurança Alimentar e Nutricional;

e) Formar educadores/as leitores/as para atuar na leitura prazerosa e crítica com crianças¹⁶.

Tão importante quanto os Objetivos específicos e estratégicos definidos e perseguidos, é saber que os mesmos são fruto da participação cidadã ativa de representantes das comunidades beneficiadas e das entidades parceiras do movimento popular local/regional/territorial. Efetivamente, é uma Comissão Gestora de caráter consultivo e deliberativo que define e monitora os processos, juntamente com a Coordenação do MOC, e que é co-responsável por todas as fases do PVN.

A) O planejamento e o desenvolvimento das ações

Como afirmado, entidades da sociedade civil participam e constroem todas as fases do PVN (da elaboração à avaliação final¹⁷). Portanto, as definições de *situações inicial e final*, bem como as *estratégias e atividades* abaixo apresentadas, refletem o caminhar dos grupos com os quais trabalhamos. Desse modo, os resultados devem ser observados em duas direções, a saber: i)

¹⁶ A esses objetivos soma-se o esforço de desenvolver atividades de comunicação, rádio e boletins, especialmente com jovens, no sentido de assegurar o trânsito, a recepção e a qualidade da informação.

¹⁷ É verdade que os "níveis" de participação e a qualidade da mesma são diferenciados entre as entidades participantes e, mesmo aquelas, mais destacadas, ainda dependem bastante do "gerenciamento" do MOC, ainda que para ações de sua responsabilidade e competência. Avulta, entretanto, a dimensão de aprendizado e compromisso que se vem desenvolvendo e que se dimensionou em 2003, apontado para uma coordenação formal e oficialmente bi-partite: a qual se espera consolidar em 2004.



de *per si*, enquanto busca da melhoria na qualidade de vida de famílias e de crianças e comunidades beneficiárias; e ii) como ação pedagógica de empoderamento (político e gerencial) dessas mesmas comunidades e de entidades parceiras.

Em 2003 foi a primeira vez que o PVN pôde planejar, em termos temporais, suas atividades juntamente com o conjunto da equipe do MOC, já que em circunstâncias anteriores houve um impedimento por conta do ano fiscal dos apoiadores financeiros. Isso terminou por aproximar mais o PVN do conjunto dos Programas do MOC, atitude administrativa e política perseguida com afinco.

Assim, chegou-se às seguintes Linhas de Trabalho: a) Fundo Rotativo Água e Habitação; b) Fundo Geração de Renda; c) Políticas Públicas (e juventude); d) Segurança Alimentar; e e) Educação/Baú de Leitura.

Vejam, pois, cada uma delas.

B) Linhas de Ação¹⁸

Resultado 01: Fundo Rotativo Água e Habitação (FR-AH) fortalecido e gerenciado

TABELA I

SITUAÇÃO INICIAL	ESTRATÉGIAS	ATIVIDADES	SITUAÇÃO FINAL
Famílias das comunidades do PVN com pouca capacidade de captação, armazenamento e gerenciamento de água, bem como com demandas de construção e reforma habitacionais repetidas e não atendidas	Repassa de recursos via Associações, em base a projetos elaborados e aprovados coletivamente. Monitoramento da execução e prestação de contas do FR-AH pelas Associações; Agentes e Comissão do PVN monitorando o processo. Capacitação em gerenciamento de água	Repassa bimestral dos recursos (na Comissão PVN) necessários aos projetos apresentados. Monitorar mensalmente a execução e a prestação de contas (reunião da Associação) Cursos de gerenciamento de água Avaliação final (Comissão PVN)	Famílias das comunidades do PVN com acesso a recursos do FR-AH para construção de cisternas e realização de pequenas construções e/ou reformas habitacionais Famílias capacitadas e atuando no gerenciamento de água

Embora o FR-AH esteja estruturado de maneira global, significando atendimento à toda a área do projeto, a Comissão decidiu operar seu funcionamento de maneira repartida. Ou seja, tanto os recursos foram separados entre “água” e “habitação”, como igualmente o controle e monitoramento de sua aplicação. Por exemplo, à parte de construção de cisternas somaram-se os cursos de gerenciamento de água (captação, tratamento, uso, conservação e meio ambiente). Para essa parte os recursos foram da ordem de 60% do total, dada a prioridade para a construção de cisternas, num ano marcado pela forte estiagem.

¹⁸ Ao fim do texto é apresentado um Quadro Geral de Atividades, por evento e número médio de participantes

Por outro lado, privilegiou-se a construção e reforma de casas, com prioridade para alicerce, levante, reboco, piso e cobertura, em prejuízo de reformas menos prioritárias como azulejos e outros aspectos.. Assim, a estratégia total repousa, também, pois, na linha de saúde e saneamento.

Avulta, aqui, o fato de a Comissão visitar todas as famílias que tiveram recursos emprestados, de modo a proceder ao mais completo levantamento sobre a qualidade das cisternas e das atividades desenvolvidas, por exemplo. Isso tem nos levado à identificação de lacunas e ao seu enfrentamento.

Resultado 02: Fundo Rotativo Geração de Renda fortalecido e monitorado

TABELA II

SITUAÇÃO INICIAL	ESTRATÉGIAS	ATIVIDADES	SITUAÇÃO FINAL
Produtores/as rurais das comunidades envolvidas no projeto com pouco acesso a crédito e Assistência Técnica de qualidade, numa perspectiva de convivência com o semi-árido	Estabelecimento de contatos com o Prosperar para operar uma Assistência técnica sistemática nestas comunidades. Repasse de recursos via COGEFUR e SICOOB, para projetos elaborados e aprovados. Monitoramento via participação no COGEFUR e representação da Comissão no PROSPERAR	Repassar recursos mediante aprovação Projeto Técnico (COGEFUR e SICOOB) Acompanhar reuniões do COGEFUR Reuniões com representante da Comissão no PROSPERAR Avaliação final (Comissão PVN)	Produtores/as de M e NP com acesso a crédito e ATER de qualidade

Apenas 2 comunidades foram objeto dessa ação: Mucambinho e Nova Palmares. Por decisão da própria Comissão. Pode-se dizer que, nessa linha, houve avanços, mas também perduram desafios. Estamos construindo, juntamente com as cooperativas de crédito, processos e normativas que garantam o fluxo rápido e eficiente do crédito para as famílias. Isso, no entanto, tem sido nosso grande desafio. A multiplicidade de visões e de parceiros dificulta o processo e o crédito, por vezes, demora de chegar ao destinatário.

Apesar disso, pode-se inferir que se está caminhando para um modelo mais azeitado, como ficou comprovado na última reunião ordinária do COGE-



FUR, quando o PVN apresentou proposta de projeto coletivo, o que interferiu em nossa linha de crédito e forçou a uma rápida mudança no COGEFUR. Na verdade, essa mudança também representa a decisão da comunidade de Nova Palmares, que optou por um único projeto, de natureza coletiva.

Resultado 03: Sociedade Civil participa da compreensão e formulação de políticas públicas

TABELA III

SITUAÇÃO INICIAL	ESTRATÉGIAS	ATIVIDADES	SITUAÇÃO FINAL
Lideranças juvenis das comunidades do PVN com pouca experiência sobre Conselhos e Orçamento, numa perspectiva de fortalecimento da sociedade civil	Formação de lideranças juvenis em Conselhos e Orçamento Apoio e assessoria às lideranças juvenis para o fortalecimento das Associações e entidades da sociedade civil	Seminário de sensibilização da proposta (jovens e entidades) Curso sobre Planejamento e Gestão Seminário sobre Políticas Públicas Seminário sobre Conselhos Seminário de Orçamento e Fiscalização de Recursos Públicos Reuniões de monitoramento Avaliação final (Comissão PVN)	Lideranças juvenis das comunidades do PVN capacitadas na dimensão de Conselhos e Orçamento e atuando numa perspectiva de fortalecimento e assessoria às Associações e entidades da sociedade civil

Essa ação resulta de uma iniciativa cujo início se deu em 2002. As 07 comunidades do PVN e mais 6 outras de Santa Luz identificaram 65 jovens para serem capacitados, dos quais 35 foram aprovados numa seleção. Os resultados podem ser verificados em diversas direções.

- todos os jovens, hoje, são sócios de suas respectivas Associações comunitárias;
- 5 são presidentes das mesmas;
- 21 fazem parte da Diretoria;
- 05 fazem parte do CEAIC (Centro de Apoio aos Interesses Comunitários);
- 04 fazem parte de Conselhos Municipais

O que talvez não tenha sido um bom resultado foi a relação com os STR's. Dos 6 que já eram filiados, apenas 2 assim se mantiveram após o Projeto. Cabe aqui ressaltar a interface com a equipe de Conselhos do MOC, que realizou a maior parte das Oficinas e Seminários. Destaca-se, ainda, um subgrupo de cerca de 8 jovens que decidiu levar adiante essa iniciativa, denominada "Juventude Cidadã", com vistas a uma oficialização no âmbito do movimento juvenil regional.

Por outro lado, privilegiou-se a construção e reforma de casas, com prioridade para alicerce, levante, reboco, piso e cobertura, em prejuízo de reformas menos prioritárias como azulejos e outros aspectos.. Assim, a estratégia total repousa, também, pois, na linha de saúde e saneamento.

Avulta, aqui, o fato de a Comissão visitar todas as famílias que tiveram recursos emprestados, de modo a proceder ao mais completo levantamento sobre a qualidade das cisternas e das atividades desenvolvidas, por exemplo. Isso tem nos levado à identificação de lacunas e ao seu enfrentamento.

Resultado 02: Fundo Rotativo Geração de Renda fortalecido e monitorado

TABELA II

SITUAÇÃO INICIAL	ESTRATÉGIAS	ATIVIDADES	SITUAÇÃO FINAL
Produtores/as rurais das comunidades envolvidas no projeto com pouco acesso a crédito e Assistência Técnica de qualidade, numa perspectiva de convivência com o semi-árido	Estabelecimento de contatos com o Prosperar para operar uma Assistência técnica sistemática nestas comunidades. Repasse de recursos via COGEFUR e SICOOB, para projetos elaborados e aprovados. Monitoramento via participação no COGEFUR e representação da Comissão no PROSPERAR	Repassar recursos mediante aprovação Projeto Técnico (COGEFUR e SICOOB) Acompanhar reuniões do COGEFUR Reuniões com representante da Comissão no PROSPERAR Avaliação final (Comissão PVN)	Produtores/as de M e NP com acesso a crédito e ATER de qualidade

Apenas 2 comunidades foram objeto dessa ação: Mucambinho e Nova Palmares. Por decisão da própria Comissão. Pode-se dizer que, nessa linha, houve avanços, mas também perduram desafios. Estamos construindo, juntamente com as cooperativas de crédito, processos e normativas que garantam o fluxo rápido e eficiente do crédito para as famílias. Isso, no entanto, tem sido nosso grande desafio. A multiplicidade de visões e de parceiros dificulta o processo e o crédito, por vezes, demora de chegar ao destinatário.

Apesar disso, pode-se inferir que se está caminhando para um modelo mais azeitado, como ficou comprovado na última reunião ordinária do COGE-



FUR, quando o PVN apresentou proposta de projeto coletivo, o que interferiu em nossa linha de crédito e forçou a uma rápida mudança no COGEFUR. Na verdade, essa mudança também representa a decisão da comunidade de Nova Palmares, que optou por um único projeto, de natureza coletiva.

Resultado 03: Sociedade Civil participa da compreensão e formulação de políticas públicas

TABELA III

SITUAÇÃO INICIAL	ESTRATEGIAS	ATIVIDADES	SITUAÇÃO FINAL
Lideranças juvenis das comunidades do PVN com pouca experiência sobre Conselhos e Orçamento, numa perspectiva de fortalecimento da sociedade civil	Formação de lideranças juvenis em Conselhos e Orçamento Apoio e assessoria às lideranças juvenis para o fortalecimento das Associações e entidades da sociedade civil	Seminário de sensibilização da proposta (jovens e entidades) Curso sobre Planejamento e Gestão Seminário sobre Políticas Públicas Seminário sobre Conselhos Seminário de Orçamento e Fiscalização de Recursos Públicos Reuniões de monitoramento Avaliação final (Comissão PVN)	Lideranças juvenis das comunidades do PVN capacitadas na dimensão de Conselhos e Orçamento atuando numa perspectiva de fortalecimento e assessoria às Associações e entidades da sociedade civil

Essa ação resulta de uma iniciativa cujo início se deu em 2002. As 07 comunidades do PVN e mais 6 outras de Santa Luz identificaram 65 jovens para serem capacitados, dos quais 35 foram aprovados numa seleção. Os resultados podem ser verificados em diversas direções.

- todos os jovens, hoje, são sócios de suas respectivas Associações comunitárias;
- 5 são presidentes das mesmas;
- 21 fazem parte da Diretoria;
- 05 fazem parte do CEAIC (Centro de Apoio aos Interesses Comunitários);
- 04 fazem parte de Conselhos Municipais

O que talvez não tenha sido um bom resultado foi a relação com os STR's. Dos 6 que já eram filiados, apenas 2 assim se mantiveram após o Projeto. Cabe aqui ressaltar a interface com a equipe de Conselhos do MOC, que realizou a maior parte das Oficinas e Seminários. Destaca-se, ainda, um subgrupo de cerca de 8 jovens que decidiu levar adiante essa iniciativa, denominada "Juventude Cidadã", com vistas a uma oficialização no âmbito do movimento juvenil regional.

Resultado 04: Formação de educadores/as leitores/as (professores/as e monitores/as) para atuar no Projeto Baú de Leitura (PBL).

TABELA IV

SITUAÇÃO INICIAL	ESTRATÉGIAS	ATIVIDADES	SITUAÇÃO FINAL
Monitores/as e professores/as das comunidades do PVN não estão sensibilizados/as e capacitados para desenvolver leitura crítica e prazerosa com as crianças	Sensibilização, capacitação e monitoramento para atuação no PBL. Aquisição de baús de leitura	Reunião de sensibilização Reuniões de formação para educadores/as leitores/as Evento de lançamento do PBL Reuniões de monitoramento	Educadores/as leitores/as sensibilizados/as, capacitados/as e atuando no PBL nas comunidades do PVN

Realizada em estreita interface com a equipe de educação do MOC, essa linha foi iniciada em 2003. Trata-se da formação de um núcleo de educadores leitores lotados nas escolas das comunidades, sejam monitores do PETI, professores municipais e estaduais¹⁹. Foram 14 educadores sensibilizados e capacitados no uso do baú de leitura e em técnicas de desenvolvimento da leitura destacando-se aspectos sociais, emocionais e intelectuais de crianças, jovens e adolescentes.

Foi um trabalho que em muito contribuiu para a qualidade das escolas das comunidades, especialmente porque envolveu o apoio das associações e de outros setores, como grupos de jovens.

C) Conclusão

Alguns aspectos políticos e organizacionais se destacam na caminhada:

a) empoderamento da Comissão do PVN

A Comissão é formada por representantes das comunidades e de entidades da região. À mesma cabe acompanhar, monitorar e planejar ações específicas do Programa em conformidade com o debatido no planejamento do MOC. Assim, quanto maior o enraizamento e o compromisso de seus participantes, mais sustentável e autônoma se torna a mesma e mecanismos de gestão compartilhada tornam-se mais eficientes. O investimento representa, de um lado, uma perspectiva pedagógica de participação e inclusão, incentivada pelo MOC, e, de outro, o desenvolvimento da capacidade gerencial e de negociação dessas famílias e entidades, de modo a ser disseminada em outros processos, o que assinala uma capacitação constante.

¹⁹ Conforme a equipe de Educação do MOC, é a primeira vez que se envolve professores da rede estadual no Baú de Leitura.



b) interface com as Equipes do MOC

O PVN, sem perder suas características e identidade, se integra sempre mais aos diversos caminhos traçados pelo universo de ação do MOC, demonstrando ser uma ação conjugada que articula diversos Programas do MOC, chegando a ser, na verdade, um catalisador das mesmas. De forma mais ou menos direta, é um Projeto que tem desenvolvido uma perspectiva de interface. Isso tem contribuído para uma melhor definição do papel do PVN na região, tem estimulado a auto-estima sobretudo de suas agentes, tem sido uma referência para outros assentamentos, e tem assumido claramente a dimensão de aglutinador de ações e perspectivas. Resta, no entanto, um melhor refinamento desse processo, mais clareza nesses objetivos e uma perspectiva ainda mais objetiva quanto aos resultados, que ora se diluem nos outros Programas (Baú, ATER, etc), ora aparecem como específicos do PVN.

c) I AvaliArte

Essa atividade, não programada inicialmente, teve ótima repercussão. Na verdade, trata-se de pequena mudança na perspectiva de avaliação. **Buscou-se privilegiar o olhar da criança sobre nossas ações.** E com isso descortinou-se um conjunto de questões ainda não devidamente colocadas como, por exemplo, ações mais concretas para as próprias crianças e que não se limitem às ações de leitura, às festas, aos jogos, e ao conjunto de atividades que visam o bem estar de suas famílias. Ao mesmo tempo, levanta a questão de: como envolver essas crianças? Um caminho, claro, é a escola, outro, a família. Mas, mesmo esses, ainda representam um desafio, especialmente porque não adotamos uma forma assistencialista de atendimento, mas, sim, processual e que empodere os grupos. Esse é um desafio que temos de enfrentar e que se nos apresenta mais claro para este ano.

d) Novos atores

Com o passar do tempo, outros atores têm se aproximado do PVN. E ocupando um lugar de destaque no circuito das consultas, das deliberações e mesmo do planejamento. Os professores e monitores do PETI, os educadores que lidam com o Baú de Leitura, os diversos segmentos da juventude, organizada ou não, os operadores de crédito e de projetos agrícolas, etc. O desafio maior é como fazer com que esse público passe cada vez mais à condição de colaborador e participante do processo, sem com isso criar novos grupos, novos espaços, etc. Somos, assim, convidados a melhor ocupar espaços já colo-

cados na região, e por outro lado, a qualificar os nossos próprios espaços. Destaque-se a qualidade na relação com os educadores e com os operadores de crédito.

e) Novas crianças

Talvez um fator relevante de nosso trabalho é a avaliação feita pela EveryChild, em Londres, de que o MOC pode vir a dobrar o número de crianças hoje cadastradas. Mais 500 crianças, portanto, representam a possibilidade de ampliar as ações dentro das atuais comunidades e mesmo de abrir esta experiência para outros assentamentos e comunidades rurais. Aqui, poder-se-ia atender, parcialmente, à demanda de um conjunto expressivo de assentamentos e municípios que manifestam sua vontade em que o PVN vá às suas comunidades. Isso pode ser encarado como um indicador político dos resultados para esses anos de PVN



TABELA V

Atividades	Quantidade Prevista	Quantidade Realizada	Realizada e não prevista	Nº médio de pessoas/evento
Reuniões bimestrais com a Comissão PVN	6	6	0	25
Reuniões mensais de monitoramento	12	12	0	7
Cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos	8	4	0	25
Oficinas de Cartas	10	11	1	45
Avaliações	2	5	3	120
Cursos sobre DST/AIDS	4	6	2	20
Cursos Juventude Global (Conselhos e Orçamento)	9	8	0	35
Reuniões do COGEPUR	12	10	0	3
Capacitações das famílias do Bemestar?	6	0	25	
Capacitações dos Educadores	2	2	0	15
Reuniões de comunicação	10	10	2	9
Atividades de Comemorações para as crianças	5	3	1	500

2. Jovens Comunicadores

2.1. Introdução

O presente relatório visa tão-somente fornecer um panorama das ações empreendidas pelo Projeto Comunicação Juvenil em 2003, apontando desafios e resultados.

O formato segue uma orientação que facilite a leitura e seu entendimento. Para tanto, cabe, abaixo, uma rápida retomada do processo originado em 2002, atentando para os objetivos, atividades e resultados esperados. Desse



modo, ver-se-á, passo a passo, o desenrolar do mesmo enquanto parte de um processo de desenvolvimento sustentável e territorial que se desenha na região sisaleira, pela via da comunicação e da juventude.

2.2. Objetivos

2.2.1. Geral: jovens comunicadores dando continuidade ao processo formativo em rádio e jornalismo no âmbito da comunicação social, gerindo projetos apoiados em princípios de protagonismo juvenil, educação para valores e cultura da trabalhabilidade, promovendo a sustentabilidade de suas ações e o exercício da cidadania;

2.2.2. Específicos:

- jovens aprofundando e consolidando o processo de formação e qualificação em rádio e jornalismo;
- jovens planejando e monitorando ações, numa perspectiva de co-gestão;
- jovens aptos na identificação e divulgação de ações juvenis protagônicas e cidadãs da região;

TABELA VI

Atividades	Previstas	Realizadas	Quant. Pessoas/evento
Oficina de Planejamento	01	02	35
Oficina de Rádio	01	02	35
Oficina de Jornalismo	01	02	35
Oficina Comunicação e Expressão	01	02	35
Encontros de Monitoramento	05	04	45
Seminário Democratização da Comunicação	01	01	120
Visitas técnicas	02	02	15
Reuniões Comissão Gestora de Jovens	11	11	14
Assembleia Final	01	01	42
Dia Regional da Comunicação	00	05	25

2.2.3. Resultados e Metas Quantitativas

- 32 jovens envolvidos diretamente;
- 10 CDs Informativos PETI (Tiragem: 15/mês);
- 05 Edições do Informativo Giramundo (Tiragem: 5000/mês; Circulação: 55 municípios);
- 22 CDs Informativos Comunicação Juvenil;
- 78 Boletins Impressos (Circulação: 8 municípios);
- 82 Programas de Rádio (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, CEAIC e Fórum da Cidadania);
- 145 Programas de Rádio;
- 05 Boletins Projeto Vida Nova;
- 43 Programas de Rádio do MOC;

- Coberturas de eventos diversos, na região sisaleira e vale do Jacuípe, outros municípios do interior baiano, em Salvador, em São Paulo e Brasília.

Além dessas atividades previstas e realizadas, pode-se elencar um conjunto de outras, decorrentes dos PAM (Planos de Ação Municipal), elaborados e monitorados pelos próprios jovens, a saber:

- a) Produção de 12 Programas de Rádio, "Criança em Destaque", distribuídos para 9 Rádios Comunitárias;
- b) Boletim Especial Dia da Criança;
- c) Comemoração Dia Internacional da Criança no Rádio e TV;
- d) Gravação de CDs (músicas, mensagens, vinhetas, spots, programas);
- e) Correspondência para imprensa nacional (Programa Sintonia SESC-SENAC, RITS, Rádio Sisal) e internacional (BBC de Londres)
- f) Cobertura de eventos (Feiras, Reuniões, Seminários, etc.)

Pode-se ressaltar, também, alguns jovens que ocuparam determinados postos de trabalho, temporários ou definitivos ao longo e ao fim do Projeto, por exemplo:

- Estágio Sicoob Serrinha;
- Contrato Sicoob Santa Luz;
- Locutor Morena FM;
- Produtor de Eventos;
- Equipe de Comunicação do MOC;
- Mais jovens que foram "assumidos" pelos STRs (Coité, Queimadas, Retiro-lândia, Nordestina) e pela Secretaria de Assistência Social (Nordestina)

2.2.4. Comentários Gerais e Desafios

Para melhor compreender o processo de formação desenvolvido em 2003, traçamos esse quadro com as diversas ações realizadas pelo Projeto Comunicação Juvenil. Estas ações estão de acordo ao projeto político-pedagógico que visou aprofundar a qualificação técnica em rádio e jornalismo, e também integrar o grupo recém – ingresso, em 2003, a estas áreas prioritárias, na perspectiva de assessoria em comunicação às entidades e grupos da nossa rede de movimentos sociais.

É imprescindível dizer que o MOC não esteve sozinho neste desafio de construir um processo educativo com e de jovens. Contou-se com apoio de entidades locais e regionais parceiras do Projeto, com a equipe técnica do MOC, Unicef e aliadas do PJE. Nesse sentido, foi possível implementar uma proposta de aprendizagem coletiva e dinâmica, em que o/a jovem é o/a sujeito ativo da



formação, mediado pela sua realidade, pela comunicação e pela atuação coletiva e em rede. Outro aspecto importante a ser considerado está na participação de educadores comprometidos nas ações de formação do Projeto. Tivemos a contribuição no processo de reflexão e atuação educativa de membros do MOC, principalmente a equipe de comunicação, gênero e educação rural, que puderam trabalhar diretamente com os/as jovens. De um outro lado, contamos também com uma significativa participação da UEFS e da Assessoria de Comunicação do SindiQuímica na construção e implementação de uma proposta entusiasmada e produtiva de comunicação e expressão.

Mas há, também, sérios desafios que surgiram durante o processo, a saber:

- a) relacionamento entre jovens (disputas, evitação, formação de subgrupos);
- b) dificuldades relativas ao envolvimento com o processo;
- c) relação com as entidades, devido em parte aos enormes ruídos de comunicação, e em parte a questões geracionais e políticas;
- d) gerenciamento financeiro, com falta de recursos para atividades e manutenção da Central;
- e) uma relativa falta de autonomia (financeira e política);

Ao mesmo tempo, assomam-se perspectivas para o ano de 2004, como, por exemplo:

- a) estruturação da Central Cyberela (equipamentos, gerenciamento, sustentabilidade, relação e inserção com os movimentos sociais regionais);
- b) retomada da formação técnica;
- c) definição de uma OSCIP;
- d) plano de ação coletivo e regional;
- e) relação com o Codes (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável);
- f) número de jovens.

Em que pesem os desafios e as perspectivas para 2004, e em parte até por elas mesmas, nota-se que o Projeto Comunicação Juvenil teve e tem um lugar de destaque na teia de relações recentes da construção de uma sociedade mais democrática, em especial pela via da comunicação. Representa, pois, e também, um grande passo dado pelo MOC e pela região no que se refere à reunião de elementos políticos e pedagógicos para um trabalho sistemático com jovens. Boa parte dos processos anteriores e mais aqueles que estão sendo criados referem-se aos jovens comunicadores, seja pela via da crítica, seja pela via do aprendizado. Não é demais falar de uma renovação de processos e perspectivas, a partir do olhar da juventude como segmento privilegiado.



3. Crédito fundiário

3.1. Introdução

Entre os contrastes encontrados no Brasil está a concentração das terras. De um lado, grandes latifúndios com parte considerável das terras agricultáveis do país; do outro lado, a estimativa de 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

O acesso à terra, por outro lado, é condição indispensável para a geração de trabalho e de renda no meio rural. Cerca de 25% das famílias rurais dos municípios da região semi-árida não dispõem de terra para trabalhar e produzir e 70% das que possuem terra dispõem de pequenas áreas, inferiores ou iguais a 20 hectares.

Diante dessa realidade, o governo federal, no seu Programa Nacional de Reforma Agrária, instituiu, para os Municípios que não dispõem de estoque de terras para a reforma agrária e que, assim, possam ser desapropriadas, um instrumento complementar. Trata-se do instrumento do Crédito Fundiário, um instrumento complementar à reforma agrária via desapropriação. O Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural disponibiliza recursos para a aquisição da terra, mediante um sistema de crédito com prazo de 20 anos e recursos subsidiados para a implementação da infra-estrutura produtiva, Assistência técnica e capacitação..

A participação no programa requer um processo de mobilização dos agricultores, de capacitação e de organização em associações comunitárias, visto que o destino dos recursos não é individual, mas coletivo.

3.2. Nossas ações

A região sisaleira, dentro da qual se situa a maior parte das ações do MOC é uma daquelas para onde, em termos de princípios, pode ser direcionada a ação do programa crédito Fundiário.

Com o apoio da CONTAG e outras entidades, há uns três anos se fez um debate sobre o Programa e se verificou que, complementarmente à Reforma Agrária via desapropriação, era interessante buscar este Programa para a Região. Assim, no intuito de ter acesso as essas possibilidades, sob demanda das organizações e com elas, negociou-se uma proposta de trabalho em parceria com os governos estadual e federal, para uma ação nesse campo, visando à implementação do programa na região e o beneficiamento de famílias.

O trabalho foi realizado através de duas linhas de ação:

- a) Reuniões e seminários com as lideranças dos trabalhadores rurais e com os dirigentes sindicais da região para conhecimento do programa;
- b) Mobilização, organização e capacitação de grupos de agricultores sem

terra e/ou possuidores de minúsculas parcelas de terra, interessados em participar do programa.

O quadro seguinte resume as atividades planejadas e realizadas durante o ano:

TABELA VII

Atividades	Planejada	Realizada	Nº de Participantes
- Seminários com liberações e dirigentes sindicais da região	02	02	204
- Início do processo de capacitação dos grupos de beneficiários	20 grupos	08 grupos	224 famílias
- Sensibilização de outros grupos na região	10 grupos	12 grupos	360 famílias
- Elaboração da "proposta inicial" de financiamento	08 grupos	08 grupos	256 famílias

3.3. Conclusão

A mobilização em relação ao crédito fundiário nasceu de processos de trabalho no âmbito do programa estadual de erradicação do trabalho infantil.

A mobilização em relação ao mesmo cresce na região.

Em 2003, por questões mais atinentes a dificuldades de liberação de recursos e outros processos do próprio governo federal, não foi possível dinamizar mais a caminhada.

Esperamos poder fazê-lo em 2004 e boas perspectivas apontam neste sentido.

III. OS PROJETOS ESPECIAIS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Uma reflexão se impõe no que diz respeito a estes projetos e o desenvolvimento territorial.

Saltam aos olhos, efetivamente, o seu significado. Novamente estamos diante de questões básicas para o desenvolvimento: terra, Assistência técnica, crédito, moradia, saneamento, educação e, não por último, um processo interessante de comunicação, envolvendo especialmente os jovens.

Destaque-se especialmente o processo de gerenciamento: não se trata de ações pontuais e voltadas para um município, mas sempre de ações voltadas para a região/território. Ao lado disso, os processos de gerenciamento são na sua maioria coletivos, de caráter regional (ex. o Vida Nova, Os jovens), envolvendo, em alguns casos, o próprio poder público, como especificamente no caso dos baús de leitura.

No caso específico da comunicação, elaboram-se projetos para sua continuidade, sendo os recursos advindos via poder público de Retiro/Alagoas e com um gerenciamento coletivo.



ALGUNS ELEMENTOS CONCLUSIVOS

Há algum tempo se estabeleceu-se, no mundo e no Brasil, o debate sobre a **territorialidade**.

No ano de 2003, especialmente sob a inspiração da nova Secretaria de Desenvolvimento Territorial, criada no Ministério do Desenvolvimento Agrário, este debate veio para o centro do próprio Ministério e se intensificou em setores da sociedade, começou a influenciar políticas federais, criou oportunidades para que experiências que já o vivenciam se encontrem, debatam, aprofundem processos, projetem ações.

Deste modo, a partir de processos que estão, há anos, na base e no dia-a-dia das comunidades e dos grupos e, igualmente, a partir da interferência governamental, vivemos, no momento, um intenso, rico e promissor debate sobre a questão territorial.

Um desafio que nos é colocado é aquele de **internalizar** mais, aprofundar, fazer a nossa construção da dimensão da territorialidade, para que os processos hora deslanchados não se transformem em mais um modismo, em rótulos novos para uma realidade velha e carcomida, gerando a médio prazo decepções e fracassos, negando a cidadania e a esperança.

Por esta razão resolvemos refletir, neste relatório, nossos processos de territorialidade, buscando identificar na nossa prática uma caminhada já existente e, ao mesmo tempo, aspectos que necessitam de aprofundamento e aperfeiçoamentos, inclusive na busca e melhoria de políticas governamentais a serviço da inclusão social.

Tentaremos, aqui, explicitar aspectos de nossa história, extraindo deles elementos teóricos de fundamentação da territorialidade.

O MOC e seus parceiros, associações, sindicatos, cooperativas, sempre atuamos na região sisaleira dentro de uma gama variada de ações que consideramos estratégicas para um desenvolvimento integral e sustentado. Construir o desenvolvimento, partindo de práticas referenciais analisadas e teorizadas e delas projetar políticas sempre foi, desde há alguns anos, nossa estratégia de ação.

Assim é que, gradativamente, foi-se desenvolvendo, segundo relatado anteriormente, o seguinte arcabouço de ações:

No campo da educação: desenvolvimento de uma proposta política e pedagógica de educação para o campo, no respeito às dimensões do semi-árido e encarando a escola como instrumento de desenvolvimento, *na medida em que pode e deve produzir conhecimento para o desenvolvimento sustentado da região/território*. Destaque especial, neste particular, é o fato de que a proposta é desenvolvida pelo MOC, em parceria com prefeituras municipais e a Universidade Estadual de Feira de Santana.

No campo de apoio à agricultura familiar: o desenvolvimento de



uma proposta centrada na viabilização da agricultura familiar e assentamentos. Para isso quatro vertentes básicas são trabalhadas:

- Água para consumo humano, através da construção das cisternas de placas, hoje consubstanciadas no Programa Um Milhão de Cisternas; inicia-se, ao lado disso, pequenas experiências de captação de água para produção;
- Assistência Técnica sistemática e processual, na linha de convivência com o semi-árido;
- Crédito – evolui-se das experiências de fundo rotativo, sem desprezá-las e destruí-las, para a criação das cooperativas de crédito, instrumento de poupança e crédito e de acesso aos créditos oficiais;
- Beneficiamento da Produção e Comercialização – enfatiza-se a verticalização da produção dos grupos, organizando cooperativas de produção e comercialização, atuantes em atividades rurais não agrícolas, beneficiamento da produção e comercialização, direcionando o processo de trabalho para identificação de nichos de mercado.

Esta linha de ação tem um forte componente de geração de renda e emprego.

No campo de Gênero - Duas preocupações se evidenciam: **de um lado**, organizar as mulheres para que, enquanto tais, possam interferir em políticas, ocupar espaços próprios em Conselhos e Comissões, zelar pela presença da dimensão de gênero em todos os trabalhos da região; **de outro**, inserir a dimensão transversal de gênero no debate e na prática de educação, dos sindicatos, do processo produtivo, da assistência técnica, das próprias políticas públicas.

Na dimensão de políticas públicas - formar processualmente e na prática refletida e analisada, os grupos com os quais trabalhamos para a realização de interferências nas políticas públicas, quer ao nível municipal/regional quer ao nível estadual/nacional. Como? Fiscalizando programas e aplicações de recursos públicos, como Merenda Escolar, PETI, Pronaf e outros. De modo bem especial, enfatiza-se também o apoio e fortalecimento das entidades da sociedade civil, assessorando-as na definição dos respectivos projetos políticos e planos estratégicos, nos quais um elemento indispensável é a busca de inter-relação e de ação conjunta entre elas e a interferência em políticas.

No âmbito de projetos especiais destacam-se programas com jovens, programas específicos com crianças, programas dirigidos a assentamentos e outros.

Perpassando, animando e sendo animado por toda esta caminhada há, nos últimos seis anos, o Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.

Que aspecto territorial há nesta experiência?

A região assumiu o PETI como seu, sabendo dos seus limites e de seus contornos assistenciais, mas buscando, ao mesmo tempo, qualificá-lo, tanto pela execução criteriosa dos seus elementos constituintes como pela agregação, ao mesmo, de outros elementos que o enriqueciam e enriquecem, tornando-o, assim, único e referência no país. Deste modo, o Peti Ba, agregou ao programa a qualificação profissional dos pais das crianças, um sistema de jornada ampliada com resultados invejáveis, uma mobilização social enorme, o debate sobre a terra, boas experiências de crédito e assistência técnica, e soube trazer para dentro de si mesmo tanto outros programas Governamentais como o Crédito Fundiário, como outras experiências da sociedade civil, a exemplo dos Baús de Leitura (referência para outros Estados), hoje desenvolvidos como processo comum entre sociedade civil e poder público. Estas propostas, uma vez passando pela Comissão Estadual, iam se espalhando por todos os municípios.

Importante, neste particular, é que o direito da criança e do adolescente, especialmente daqueles mais pobres, a uma vida digna e a ser criança, foi capaz de reunir ao redor da mesa do diálogo atores que dificilmente conversavam, tais como: sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias da área rural e urbana, MOC, outras ONGs, Cooperativas de Crédito, Grupos de Produção, Empresários, Governos Municipais, Estadual e Federal Delegacias do Trabalho, Organismos Internacionais como OIT e, de modo todo especial, o UNICEF. Todos, unanimemente, mantinham suas identidades e visões políticas, mas se mostravam interessados em promover o respeito aos direitos das crianças.

É assim que esses e outros atores, impulsionados muitas vezes pela precariedade das situações ou pelos próprios pais das crianças, souberam trazer para a mesa de debates temas antes tratados como tabus, tais como a qualidade da escola, acesso à terra, capacitação de professores, geração de renda, qualificação profissional e outros.

Conquistas sociais significativas foram conseguidas e a região começou a crescer, projetando-se como região, identificando-se como tal, tendo orgulho de se apresentar como região sisaleira, apresentando suas conquistas e buscando novos elementos a integrar à sua caminhada.

Que elementos de territorialidade se encontram nessas práticas de nossa região entre as quais se destaca o MOC e seus programas?

Inicialmente, nota-se com clareza a *existência de um território demarcado*. São os contornos geográficos e físicos do espaço onde vivemos, nos movimentamos e queremos construir a vida.

No nosso caso, municípios que, geograficamente estariam em outras regiões, como é o caso de Riachão do Jacuípe, estão conosco e fazem questão de fazê-lo, justamente porque construímos, nestes anos, processos intensos juntos. Nelas se desenvolvem muitas das ações e estratégias acima descritas. Deste modo,



não é um decreto, a partir de um mapa frio, que constrói o território. Aquilo que o impulsiona são os laços e inter-relacionamentos que as pessoas e organizações têm entre si na construção da vida. Isso é claro na nossa ação enquanto MOC e naquilo que, em muito, os grupos nos ultrapassam.

Elemento também constituinte da territorialidade e que em nossa ação se demonstra é o chamado **sentido de pertencimento, potenciando a auto-estima**. Todos nos orgulhamos de pertencer ao território do sisal e com ele nos identificamos. Sabemos de seus problemas e buscamos incessantemente soluções para os mesmos, mas sabemos também de nossas conquistas e do significado delas e as proclamamos em alto e bom som. Rico processo é que, mesmo antes de se estabelecer tematicamente o debate do território, nunca nos identificamos por pertencer a este ou aquele município, ou simplesmente a esta ou aquela entidade, **mas ao território do sisal. O que conquistamos nos irmana** e o que devemos buscar e conquistar nos irmana mais ainda.

Nossa prática tem feito também eclodir outra dimensão constituinte da territorialidade. O evidenciamos bastante limitado, com contornos delicados, mas reais. Trata-se da capacidade que temos desenvolvido de trabalhar em conjunto, sociedade civil com sociedade civil e esta com o poder público. Curioso é que não abdicamos de nossas matizes partidárias, de concepção de vida, da identidade de ser sociedade civil ou poder público. Mas desenvolvemos a capacidade de conversar e de descobrir processos que possam ser trabalhados conjuntamente.

Gradativamente, também com nosso incentivo enquanto instituição, foi surgindo uma certa dimensão de institucionalidade, representativa do território e que já se pronuncia, coordena projetos e ações do mesmo, com reconhecimento da sociedade civil e do poder público. É o CODES.

Bem sabemos que a territorialidade e seu desenvolvimento vai muito além dos aspectos que acima refletimos. Efetivamente, se de fato queremos desenvolvimento, temos que identificar os conteúdos, dinâmicas, atores, nível organizacional presente ou a construir, em vistas do real desenvolvimento de uma boa qualidade de vida. No nosso caso, evidenciam-se, entre outros, os seguintes aspectos:

- Há uma forte dimensão econômica e de geração de renda. O relato aqui feito das ações do MOC, se os relacionamos com aqueles das entidades da sociedade civil e do poder público dão conta claramente desta realidade. Marca registrada é que conseguimos inserir, com clareza, esta dimensão no próprio Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. O PETI Ba, justamente a partir da região sisaleira, abriu um forte componente de geração de renda como elemento integrante. Dificilmente se realiza uma reunião da região onde não se debata a realidade da renda, da necessidade do seu aumento, como condição básica e indispensável ao desenvolvimento. Temas

- sempre presentes são o acesso à terra, crédito, assistência técnica adequada ao semi-árido, qualificação profissional dos agricultores, processamento de seus produtos para que se possa adquirir um valor agregado e, inclusive, o debate de acesso a determinados nichos de mercado, como é o caso do mercado da merenda escolar.
- Viés também importante tem sido a questão educacional. E se ela passa por enraizar as experiências e práticas da educação não formal já desenvolvida pelo MOC e pelas entidades, passa também por aspectos outros que dizem respeito à educação formal. Trata-se de construir e fazer funcionar uma escola que produza conhecimento capaz de gerar desenvolvimento para a região. Assim, busca-se interferir na escola formal nesta perspectiva. E o debate da educação cresce, se bem que mais em uns municípios e menos em outros. No entanto, quando o Pólo Sindical, o próprio CODES e muitas prefeituras já tematizam este processo, a esperança cresce.
 - Nossa experiência aponta também para a inserção de atores novos e variados no processo. Assim, é que os **jovens** começam a aparecer como atores, desenvolvendo processos e caminhadas próprias, assim como as mulheres, professores e professoras, idosos e outros.
 - O resgate da cultura, com criação de espaços próprios para sua manifestação e vida, assume papel preponderante da educação, nas reuniões, nos encontros, na vida.
 - A comunicação começa a sair dos boletins e dos programas isolados de cada sindicato, para começar a querer pensar uma estratégia e uma política de comunicação para a região;
 - Em termos de processos é marcante a busca e conquista crescente do nível organizacional da região: há o processo organizacional do crédito e da poupança, através das cooperativas de crédito; há as cooperativas de produção na perspectiva de beneficiar e comercializar a produção da agricultura familiar; há a organização das mulheres e, mais especificamente, dos jovens; os pólos sindicais que organizam o conjunto dos sindicatos em busca de um projeto político comum e de um planejamento estratégico que aponte para questões locais mas, igualmente, regionais; os grupos variados de expressão da cultura e da festa que se fazem presentes; Finalmente é o CODES (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia), como que reunindo todas estas manifestações e processos em um planejamento comum politicamente plural da região.

Teríamos então, já um território?

Com certeza, pode-se afirmar que estamos no bom caminho. Muitos aspectos da territorialidade viva e não da que nasce por decreto, já temos construídos ou em construção. E...no nosso caso, nossa história e nossa experiência



apontam que já ultrapassamos, há muito, sem a negar, a simples dimensão econômica.. Lugar comum em nossas práticas são a questão de gênero, a presença de jovens, a dimensão educacional, as festas, a presença da criança e dos variados atores, a inter-relação construtiva entre sociedade civil e poder público. Isso aponta para processos dinâmicos, vivos, cidadãos, que reconhecem e se desafiam na construção de um desenvolvimento multifacetário e que coloque, no seu centro, os homens e mulheres.

Contudo, há ainda uma longa e profunda caminhada a ser trilhada.

Internamente, no MOC, passos devem ser dados no sentido de que não apenas apresentemos e trabalhemos aspectos variados do desenvolvimento territorial, mas, antes de tudo, que o façamos de *modo integrado e inter-relacionado*. Nosso planejamento de 2004 está mais diretamente voltado para isso. O debate do MOC quer que os grupos não apenas debatam e construam processos educacionais com conteúdos voltados para a agricultura familiar. Avaliamos de fundamental importância que as escolas, voltadas para o semi-árido e para produzir conhecimento para o desenvolvimento, se interrelacionem, de modo intenso, com os processos desenvolvidos pelo programa de incentivo, à agricultura familiar no semi-árido, de sorte a que as práticas (cultivos, captação de água, tipos de crédito, manejo da natureza, dentre outras) por este programa difundidas e valorizadas sejam também objetos de estudo na escola.. Importa que, ao mesmo tempo, os debates e reflexões sobre as questões de gênero estejam contemplando a realidade da vida da mulher e do homem no semi-árido, com sua carência de água e processos afins, construindo a dimensão de equidade que queremos para todas as pessoas em suas relações.

Externamente, é importante que o MOC apareça também mais explicitamente como *instituição* e não apenas enquanto programas. Enquanto instituição, marque sua presença, numa perspectiva de diálogo, com o desenvolvimento sustentável do semi-árido.

De uma maneira e de outra, é certo que nossa experiência, com os potenciais e limites que a caracterizam, é e pode ser uma escola – onde nós e outros aprendamos o que fazer e o que não fazer – em termos de desenvolvimento territorial.

Na perspectiva do território, o que aprendemos e estamos constantemente aprendendo?

- A olhar para além de nós mesmos: sozinhos, apenas nossas organizações, apenas a sociedade civil, apenas o poder público, *somos incapazes de construir desenvolvimento e territorialidade*. Por isso, temos desenvolvido a capacidade de sentar juntos e de projetar caminhadas;
- Que sem uma identidade forte não se dialoga. O diálogo supõe diferenças e acordos. Por isso estamos investindo forte na definição do *projeto político e*

do planejamento estratégico das entidades da sociedade civil, quer ao nível dos municípios e comunidades, quer principalmente ao nível regional/território; esta identidade formada vai criar melhores condições de inter-relação com o poder público;

- Que a variedade de atores que cria mais possibilidade de que todos os vieses e necessidades do território sejam contempladas na caminhada da construção do seu desenvolvimento; por isso, além das representações tradicionais e já consagradas, nos dedicamos a fazer surgir outros atores;
- Que o econômico é importante e fundamental. Mas que apenas ele não desenvolve, não cria e nem incentiva a cidadania. O território terá que ter bons processos de educação, equidade de gênero, valorização e desenvolvimento de sua cultura; organização de suas bases; visão política do próprio sentido da economia a serviço da comunidade. Daí os trabalhos de gênero, a interferência na educação formal, os processos culturais os mais variados, o incentivo ao crescimento da organização popular.
- Que nossa prática de sociedade civil, se nela se circunscreve e limita, pouco contribuirá para o desenvolvimento. O maior sentido de nossos projetos é estar fazendo laboratórios de processos que, uma vez teorizados e refletidos, possam se projetar para políticas concretas, adequadas à nossa realidade e capazes de contribuir para a mudança de nossa malvada realidade. Por isso nosso ingente esforço de sistematizar práticas, teorizar processos e interferir em políticas, do nível municipal àquela federal.
- Que com o poder público devemos e podemos fazer parcerias, construir processos juntos. O poder público, contudo, para se manter fiel à dimensão de serviço à população e não se desviar daqueles que devem ser seus democráticos objetivos, **deve ser constantemente fiscalizado e monitorado pela sociedade civil numa dimensão de controle social.**

Com certeza, estes elementos, em maior ou menor dimensão em nossa prática, ajudarão a construção de uma territorialidade viva, em que seus cidadãos e cidadãs se desenvolvam como pessoas e tenham respeitados os seus direitos de viver dignamente.







ANEXOS

Encontros e Eventos Participados

1. NO ÂMBITO DE GÊNERO:

- 1.1. Encontro Nacional para discussão do PPA da Secretaria Especial de Políticas Afirmativas de Gênero/Governo Federal – Brasília/DF;
- 1.2. Fórum Social Brasileiro – Belo Horizonte/MG
- 1.3. Curso de extensão sobre Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos – Salvador/BA
- 1.4. Encontro Nacional de Avaliação e Planejamento – Rede Mulher de Educação – São Paulo/SP;
- 1.5. Encontro Nacional de Formação – Metodologia GEM/TICS²⁰ e Relação Estado/Sociedade Civil; Oficina sobre “Ativos das Mulheres” e “Participação das Mulheres na Política” – Rede Mulher de Educação – São Paulo/SP;
- 1.6. Oficina sobre a Construção de Indicadores de Resultados – ELO²¹ - São Luis/MA;
- 1.7. Conferência Estadual de Consertação Étnica, Racial e de Gênero – Governo Federal - Salvador/BA.;
- 1.8. Fórum para Desenvolvimento do Semi-Árida – Feira de Santana/BA
- 1.9. Seminário de Planejamento Integrado e Participativo da AATR – Salvador/BA
- 1.10. Grupo de Gestão Local do Complexo Cooperativo do Sisal – Valente/BA

2. NO ÂMBITO DE EDUCAÇÃO:

- 2.1. Exposição da Experiência da Jornada Ampliada “Educação e Desenvolvimento Sustentável” no III Fórum Internacional de Educação”, realizado em São Luís-MA, de 18 a 21 de junho de 2003.
- 2.2. Seminário Nacional de Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Brasília, julho 2003;
- 2.3. Exposição da Experiência da Jornada Ampliada – “O Lúdico na Educação” no I Encontro do Grupo Juego da América Latina, Salvador-Ba, 30 de julho a 01 de agosto de 2003.
- 2.4. Conferência Estadual do Meio Ambiente – “Vamos Cuidar do Brasil”, Salvador-BA, 04 e 05 de novembro de 2003.
- 2.5. 17º Fórum Brasileiro de ONGs Organizações Não Governamentais, para discussão de propostas para Conferência Nacional do Meio Ambiente, Brasília, 26 e 27 de novembro/2003;
- 2.6. I Conferência Nacional de Meio Ambiente “Vamos Cuidar do Brasil” – Brasília, 28 a 30 de novembro de 2003.

²⁰ Metodologia de Avaliação de Gênero em Tecnologias da Informação e Comunicação.

²¹ Escritório de Ligação e Organização.



- 2.7. Seminário sobre Desenvolvimento Territorial e Convivência com o semi-árido Brasileiro, Petrolina-PE, 27 a 29 de agosto de 2003.
- 2.8. Encontro Latino americano de Centros de Ecotecnologia, Glória do Goitá – PE, de 21 a 23 de setembro de 2003.
- 2.9. Seminário Nacional de Educação do Campo: realidades e perspectivas – promovido pelo MEC através do Trabalho do GPT – Grupo de Trabalho Permanente de Educação rural, em outubro de 2003;
- 2.10. Encontro Estadual de Educação do Campo, promovido pela Secretaria Executiva de Educação/Projeto de Educação Rural, em Maceió, nos dias 13 e 14 de agosto de 2003.
- 2.11. Conferência Estadual de Educação para Convivência com o semi-árido, realizado em Fortaleza, Ceará, para coordenação do Trabalho de Grupo de formação de professores para educação contextualizada, em abril de 2003
- 2.12. Fórum nacional de Educação, realizado em Porto Alegre em janeiro de 2003;
- 2.13. Fórum Social Mundial, Porto Alegre, janeiro de 2003.

3. NO ÂMBITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- 3.1. Visita de representantes do UNICEF - Estados Unidos para gravação do filme sobre Trabalho Infantil;
- 3.2. Apresentação do Programa de Agente de Família para o pessoal do GAPA-Ba - Grupo de Apoio aos Portadores de Aids do Estado da Bahia;
- 3.3. Seminário sobre Cooperación Internacional - São Fernando de Henares / Espanha (promoção UNICEF - Comitê Espanhol);
- 3.4. Seminário CEAAL Educación y Desarrollo Local e reunião anual CEAAL - São Paulo-SP (sede do POLIS);
- 3.5. Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional em Feira de Santana-BA (UEFS);
- 3.6. Consulta Estadual sobre PPA Governo Federal em Salvador-BA;
- 3.7. Colóquio Internacional do SIRIEC - Brasil em Salvador-BA;
- 3.8. Fórum Estadual do Trabalho - Sub Delegacia Regional do Trabalho/MTB em Feira de Santana-BA;
- 3.9. Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos e Sociais em Feira de Santana-BA;
- 3.10. Conferência Regional das Associações (promovido pelo CEAIC) em Santa Luz-BA;
- 3.11. Lançamento campanha da fraternidade 2003 em Antônio Cardoso-BA;
- 3.12. Seminário Nordeste sobre Cooperativismo de Crédito em Salvador-BA;
- 3.13. Encontro Estadual de Agricultura Familiar em Feira de Santana-BA. (UEFS);
- 3.14. Conferência Regional das Cidades em Feira de Santana-BA. (UEFS);

- 3.15. Conferência Regional do Meio Ambiente em Feira de Santana-BA. (UEFS);
- 3.16. Comemoração aniversário CESE em Salvador-BA.;
- 3.17. Encontro Regional sobre o Fome Zero (lançamento);
- 3.18. Curso de Capacitação dos ALSAS/PFZ Bahia;
- 3.19. Encontro Estadual da ABRACO - Bahia - CUCA/UEFS em Feira de Santana-BA.;
- 3.20. Assembléia CEAPE em Feira de Santana-BA;
- 3.21. Assembléia SICOOB em Feira de Santana-BA.;
- 3.22. Encontro de Articulação Estadual da sociedade (parceiros da Misereor) e participação da comissão da articulação (representando a ASA/MOC);
- 3.23. Encontro Regional com áreas de assentamento de reforma agrária em Valente-BA.;
- 3.24. Assessoria ao Encontro de catequistas da Arquidiocese de Feira de Santana-BA.;
- 3.25. Encontro Estadual com DFID sobre pesquisa Reforma Agrária (20/05);
- 3.26. Encontro Estadual de articulação da sociedade civil sobre as macro políticas públicas - Fome Zero e PPA governos do Estado e Federal;
- 3.27. Audiência Pública com o Ministério da Previdência, sobre a situação previdenciária e trabalhista dos trabalhadores da pedra (canteiros) em Santa Luz-BA.;
- 3.28. Audiência com secretário da SETRAS sobre situação dos monitores/PETI em Salvador-BA;
- 3.29. Participação na preparação do Seminário Criança Esperança - Bahia;
- 3.30. Seminário Regional promovido pelo MDA - Governo Federal sobre definição da política nacional de ATER;
- 3.31. Lançamento da pesquisa da UFBA sobre o PETI em Salvador (UFBA-CRH);
- 3.32. Participação em Oficina Nacional sobre metodologia de avaliação de programas de erradicação do trabalho infantil - Promoção do Fórum Nacional em Brasília-DF.
- 3.33. Seminário Internacional sobre Políticas Públicas realizado pela ABONG em São Paulo-SP.
- 3.34. Intercâmbio de experiências na área de Políticas Públicas realizado pela POLIS em Lagoa Seca-PB.

4. NO ÂMBITO DE AGRICULTURA FAMILIAR/COOPERATIVISMO DE CRÉDITO:

- 4.1. Intercâmbio de experiência em geração de renda e agroecologia (SERTA) Glória do Goitá-PE.
- 4.2. Seminário de Assistência Técnica com parceiros (Misereor) – Teresina-PI.
- 4.3. Oficina Nacional de Segurança Alimentar (Ciclo) – Rio de Janeiro-RJ
- 4.4. Congresso sobre Democracia e territorialidade (MDA) – Fortaleza-CE



- 2.7. Seminário sobre Desenvolvimento Territorial e Convivência com o semi-árido Brasileiro, Petrolina-PE, 27 a 29 de agosto de 2003.
- 2.8. Encontro Latino americano de Centros de Ecotecnologia, Glória do Goitá – PE, de 21 a 23 de setembro de 2003.
- 2.9. Seminário Nacional de Educação do Campo: realidades e perspectivas - promovido pelo MEC através do Trabalho do GPT – Grupo de Trabalho Permanente de Educação rural, em outubro de 2003;
- 2.10. Encontro Estadual de Educação do Campo, promovido pela Secretaria Executiva de Educação/Projeto de Educação Rural, em Maceió, nos dias 13 e 14 de agosto de 2003.
- 2.11. Conferência Estadual de Educação para Convivência com o semi-árido, realizado em Fortaleza, Ceará, para coordenação do Trabalho de Grupo de formação de professores para educação contextualizada, em abril de 2003
- 2.12. Fórum nacional de Educação, realizado em Porto Alegre em janeiro de 2003;
- 2.13. Fórum Social Mundial, Porto Alegre, janeiro de 2003.

3. NO ÂMBITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- 3.1. Visita de representantes do UNICEF - Estados Unidos para gravação do filme sobre Trabalho Infantil;
- 3.2. Apresentação do Programa de Agente de Família para o pessoal do GAPA-Ba - Grupo de Apoio aos Portadores de Aids do Estado da Bahia;
- 3.3. Seminário sobre Cooperación Internacional - São Fernando de Henares / Espanha (promoção UNICEF - Comitê Espanhol);
- 3.4. Seminário CEAAL Educación y Desarrollo Local e reunião anual CEAAL - São Paulo-SP (sede do POLIS);
- 3.5. Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional em Feira de Santana-BA (UEFS);
- 3.6. Consulta Estadual sobre PPA Governo Federal em Salvador-BA;
- 3.7. Colóquio Internacional do SIRIEC - Brasil em Salvador-BA;
- 3.8. Fórum Estadual do Trabalho - Sub Delegacia Regional do Trabalho/MTB em Feira de Santana-BA;
- 3.9. Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos e Sociais em Feira de Santana-BA;
- 3.10. Conferência Regional das Associações (promovido pelo CEAIC) em Santa Luz-BA;
- 3.11. Lançamento campanha da fraternidade 2003 em Antônio Cardoso-BA;
- 3.12. Seminário Nordeste sobre Cooperativismo de Crédito em Salvador-BA;
- 3.13. Encontro Estadual de Agricultura Familiar em Feira de Santana-BAa. (UEFS);
- 3.14. Conferência Regional das Cidades em Feira de Santana-BA. (UEFS);

- 3.15. Conferência Regional do Meio Ambiente em Feira de Santana-BA. (UEFS);
- 3.16. Comemoração aniversário CESE em Salvador-BA.;
- 3.17. Encontro Regional sobre o Fome Zero (lançamento);
- 3.18. Curso de Capacitação dos ALSAS/PFZ Bahia;
- 3.19. Encontro Estadual da ABRACO - Bahia - CUCA/UEFS em Feira de Santana-BA.;
- 3.20. Assembléia CEAPE em Feira de Santana-BA;
- 3.21. Assembléia SICOOB em Feira de Santana-BA.;
- 3.22. Encontro de Articulação Estadual da sociedade (parceiros da Misereor) e participação da comissão da articulação (representando a ASA/MOC);
- 3.23. Encontro Regional com áreas de assentamento de reforma agrária em Valente-BA.;
- 3.24. Assessoria ao Encontro de catequistas da Arquidiocese de Feira de Santana-BA.;
- 3.25. Encontro Estadual com DFID sobre pesquisa Reforma Agrária (20/05);
- 3.26. Encontro Estadual de articulação da sociedade civil sobre as macro políticas públicas - Fome Zero e PPA governos do Estado e Federal;
- 3.27. Audiência Pública com o Ministério da Previdência, sobre a situação previdenciária e trabalhista dos trabalhadores da pedra (canteiros) em Santa Luz-BA.;
- 3.28. Audiência com secretário da SETRAS sobre situação dos monitores/PETI em Salvador-BA;
- 3.29. Participação na preparação do Seminário Criança Esperança - Bahia;
- 3.30. Seminário Regional promovido pelo MDA - Governo Federal sobre definição da política nacional de ATER;
- 3.31. Lançamento da pesquisa da UFBA sobre o PETI em Salvador (UFBA-CRH);
- 3.32. Participação em Oficina Nacional sobre metodologia de avaliação de programas de erradicação do trabalho infantil - Promoção do Fórum Nacional em Brasília-DF.
- 3.33. Seminário Internacional sobre Políticas Públicas realizado pela ABONG em São Paulo-SP.
- 3.34. Intercâmbio de experiências na área de Políticas Públicas realizado pela POLIS em Lagoa Seca-PB.

4. NO ÂMBITO DE AGRICULTURA FAMILIAR/COOPERATIVISMO DE CRÉDITO:

- 4.1. Intercâmbio de experiência em geração de renda e agroecologia (SERTA) Glória do Goitá-PE.
- 4.2. Seminário de Assistência Técnica com parceiros (Misereor) – Teresina-PI.
- 4.3. Oficina Nacional de Segurança Alimentar (Ciclo) – Rio de Janeiro-RJ
- 4.4. Congresso sobre Democracia e territorialidade (MDA) – Fortaleza-CE

- 
- 4.5. Seminário sobre relações sociais de Gênero – São Luiz do Maranhão-MA
 - 4.6. Conferência sobre Agroecologia e Feira de Saberes e Sabores (Sabíá) – Recife-PE.

5. NO ÂMBITO DE COMUNICAÇÃO:

- 5.1. Audiência com o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, para debater democratização da comunicação e rádios comunitárias em Brasília-DF
- 5.2. Audiência com o Ministério da Justiça para debater perseguição da Polícia Federal às Rádios Comunitárias em Brasília-DF.
- 5.3. Encontro de articulação com a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância em Brasília-DF.

6. AO NÍVEL INSTITUCIONAL:

- 6.1. Oficina de Parceiros para a Divulgação e Implantação do Conviver – Recife-PE – MDA
- 6.2. Reunião CONSEA – Brasília-DF.
- 6.3. Reunião da Coordenação Executiva da ASA
- 6.4. Reunião Planejamento da CONTAG – Discussão sobre Educação do Campo
- 6.5. Seminário sobre Desenvolvimento Territorial – SDT – MDA – Brasília
- 6.6. Recebimento do Prêmio Bem Eficiente – São Paulo
- 6.7. Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – UNICEF – Salvador
- 6.8. Encontro de Parceiros da CORDAID em Recife-PE
- 6.9. Reunião Grupo Executivo da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Brasília-DF
- 6.10. Oficina de Construção da Estratégia de Formação de Formadores para o Desenvolvimento Territorial.
- 6.11. Conferência Regional de Segurança Alimentar em Feira de Santana-BA;
- 6.12. Fórum sociedade civil em Conceição do Coité-BA;
- 6.15. IV Encontro Nacional da ASA em Campina Grande;
- 6.16. Universidade de Brasília - Trabalho do MOC para erradicação do trabalho infantil” em Brasília-DF;
- 6.17. Oficina Nacional de Avaliação da Estratégia de Apoio do Desenvolvimento Territorial em Brasília-DF.

1. A Diretoria Eleita em dezembro de 2002 para o biênio de 2003-2004 foi a seguinte:

A) Diretoria Efetiva

- João Dias de Araújo
- Clóvis Ramos Lima
- José Jerônimo de Moraes
- Maria da Conceição Portela Ramos Lima
- Maria das Graças Araújo
- Diretor Presidente
- Diretor Técnico
- Diretor Tesoureiro
- Diretora Secretária
- Diretora de Relações Públicas

B) Conselho Fiscal

Efetivos:

- Roberto Celso Cavalcante
- Maria das Virgens Alves de Almeida
- Vilma Simões Vieira

Suplentes:

- Maria Conceição Borges Ferreira
- José Ferreira Sales

C) Secretário Executivo

- Naidison de Quintella Baptista

D) Coordenador Técnico

- Clodoaldo Almeida da Paixão

2. Equipe de Trabalho

A) Equipe Técnica Básica

Alvaiza Conceição Cerqueira da Cruz, Antonio Reis Oliveira de Jesus, Célia Nunes Dourado, Célia Santos Firmo, Cidália Pinheiro Trindade, Cosme Arisvaldo Leal do Nascimento, Eliene Novaes Rocha, Francisca Maria Carneiro Baptista, Fredson Mileno Bacelar de Carvalho, Ildes Ferreira de Oliveira, Gislene Moreira Gomes, Jerônimo Rodrigues Souza, José Nélio Monteiro Corsini, José Gonçalves do Nascimento, Luiz Gonzaga de Souza(**), Márcio Fróes da Motta Mascarenhas, Nilton Sampaio Freire de Mello, Orlando Sampaio Freire de Mello, Thomas Vogel(*), Vera Maria Oliveira Carneiro e Wilson José Vasconcelos Dias.



B) Equipe Específica do PPETI

José Paulo Crisóstomo Ferreira, Joseane de Assis Santos e Miralva Alexandre Jorge.

C) Equipe Técnica do PROSPERAR (Agrônomos e Técnicos Agrícolas)

Admilson Santos Cezar, Agelândio dos Santos Carvalho, Alexandro Lima de Meireles, Ângela Maria Cerqueira das Virgens, Antonio Marcos Cardoso da Silva, Denisson Neves dos Santos, Edson da Silva Freitas Neto, Elson Emilio Cardoso, Fernando Dvyde da Silva Araújo, Fernando Ferreira Oiticica, Gisleide do Carmo Oliveira, Idvandro Nery de Brito, Jair Xavier dos Santos, José Domingos Cavalcante Carvalho, José dos Santos Neto, José Humberto Torres Junior, José Ivamberg Ferreira Silva, José Ramos Santos da Silva, José Robson Silva Oliveira, Luiz Lisboa de Oliveira, Maicon Leopoldino de Andrade, Maria de Jesus Andrade, Mariza Cerqueira das Virgens, Murilo de Araújo Sousa(**), Nilton Carvalho dos Santos Júnior(**), Paulo Sérgio de Jesus e Roberval Souza Pereira.

D) Equipe de Monitores do Programa Água é Vida e Vida Nova

Berenice da S. Trabuco, Célia Monteiro Alves Santana, Elias dos S. Santiago, José Eugênio de Souza, José Macedo de Souza, Luzivaldo Souza dos Santos, Maria Márcia Costa dos Santos, Silvaney Santiago Souza.

E) Equipe do Programa Um Milhão de Cisternas

Aline Nunes Lima, Ana Glécia da Silva Almeida, Gilson Rodrigues do Bonfim, Joelson dos Santos Silva, Rosiler Alves de Souza e Sirleide de Oliveira Rodrigues.

F) Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas Cerqueira, Darlan de Lima Torres, Dinalva Leite das Virgens, Domício Cerqueira Lima, Donato da Silva, Edivânia Santos de Lima, Everaldo Leite das Virgens, Gilberto Carlos de Oliveira, Gilvan Rogério Vieira de Araújo, Gleide Dias de Almeida Cordeiro, Helio Menezes Lisboa, Lorena de Oliveira Cruz, Luis Silva Lima, Margarida Maria Pereira de Jesus, Maria das Graças Souza Bittencourt, Miralva Leite das Virgens, Rosenice Alves de Souza, Sandra Regina Alves Vergne de Moraes, Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira,

(*) Cooperante do OED (Serviço Austríaco de Desenvolvimento).

(**) Desligaram-se da Equipe durante este ano.

Sônia de Carvalho Souza, Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho e Vera Lúcia de Lima Torres.

G) Colaboradores eventuais:

Analice Carvalho do Rozário, Cleonice dos Santos Oliveira, Conceição Eliana Carneiro, Ivan Leite Fontes, Jussara Nascimento e Sueli Maria Gonçalves Hitti.

H) O MOC continua contando com a colaboração de voluntários, professores, advogados, médicos e outros, que oferecem sua parcela de contribuição ao trabalho.



Recursos Financeiros

Durante o ano de 2003 contamos, novamente, com a valiosa colaboração de várias pessoas e instituições. Abaixo relacionamos os principais apoios/parceiros que nos permitiram a sustentação dos trabalhos durante o ano.

1. Fontes de Recursos

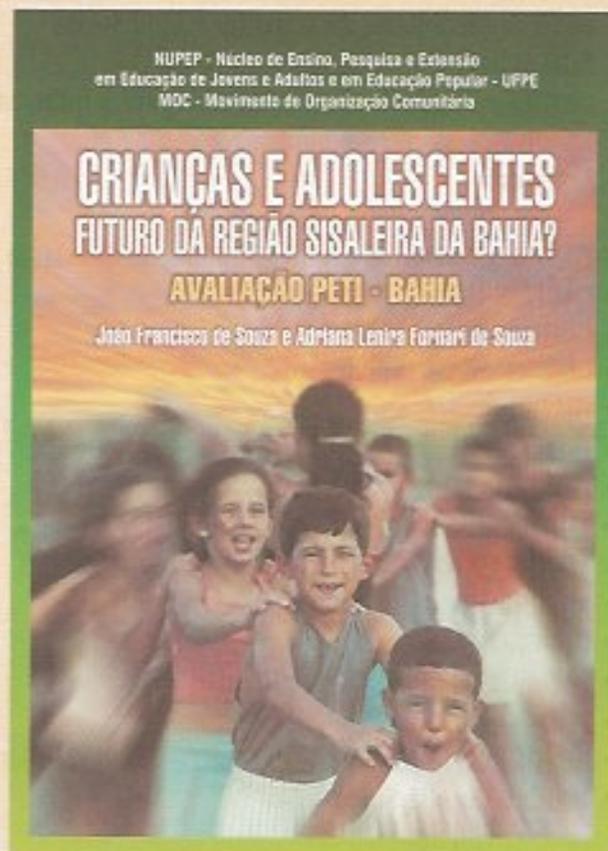
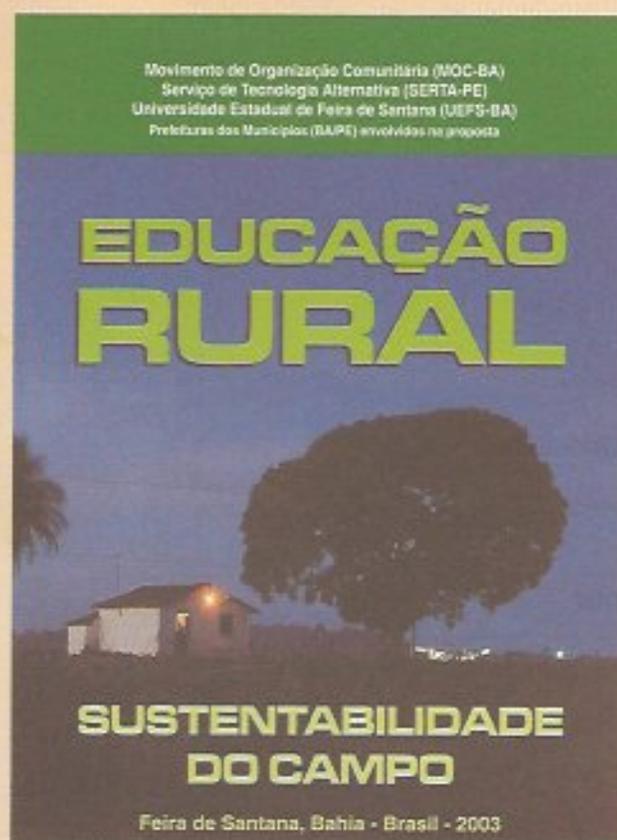
1.1. Locais/Nacionais

- AMANCO
- CAR
- DED
- DIACONIA/ASA (Projeto Um milhão de cisternas);
- FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
- IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- INCRA
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PFIZER
- MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
- REDECARD S.A.;
- SETRAS - Secretaria do Trabalho e Ação Social
- SOLVAY
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

1.2. Exterior

- BANCO MUNDIAL – Prêmio Mundial de Cidadania 2002.
- CÁRITAS HOLANDESA - Holanda ;
- CORDAID - Holanda;
- CRS – Estados Unidos;
- DISOP
- FAO
- HORIZONT 3000 – Áustria;
- KINDERMISSIONWERK – Alemanha;
- MANUS UNIDAS - Espanha;
- MISEREOR - Alemanha;
- OMICRON – Áustria;
- PÃO PARA O MUNDO – Alemanha;
- PCD – Inglaterra
- RESOURCE FOUNDATION (PFIZER) – Estados Unidos;
- UNICEF/Comitê Suíço.

Nossas publicações



CIDADANIA



ONDE FICA



FUTURO Audivan, de 7 anos, batizou a cabra de Estrela. Ele trocou a enxada pela escola

Simple e eficaz

Criação de cabras tira crianças do trabalho no semi-árido baiano e reduz a desnutrição em 40%

Acredita o sertanejo que cabra é bicho do diabo, ladrão de comida, que não vale para nada. No semi-árido baiano, parte da população está deixando as crendices de lado. Descobriu nas cabras uma alternativa de sustento tão viável quanto a roça de feijão, milho e mandioca ou o perigoso trabalho no sisal. Uma linha de crédito montada pela ONG Movimento de Organização Comunitária (MOC) fornece os animais e a infra-estrutura a famílias das miseráveis Serrinha, Ichu, Riachão do Jacuípe, Nova Fátima e Conceição do Coité. Os empréstimos chegam a R\$ 1.000. As famílias têm até oito anos para quitá-los, com juros anuais de 3%. As condições são rígidas: ter uma propriedade de pelo menos 3 hectares, espaço mínimo para a criação de caprinos. A segunda, e mais importante, manter os filhos na escola, com frequência de 80%, e longe do trabalho.

"O programa está revertendo uma situação econômica que se perpetua há décadas", diz Naidson Batista, do MOC. "A criação de cabras permitiu que as famílias discutam a importância da infância e da educação, além de terem condições de gerar renda própria, sem precisar de patrão ou assistencialismo."

Em dois anos, 220 famílias aderiram ao programa. As últimas 100 compraram suas cabras na quarta-feira. Com a iniciativa, quase 400 crianças deixaram de plantar na roça ou quebrar pedra - as duas principais atividades infantis da região até a pequena revolução dos bichos. A desnutrição diminuiu 40%. O leite da cabra alimenta os filhos - em média cinco por família. Adicionado à farinha, faz o cuscuz. "Antes, o braço do menino era da grossura dos meus dedos. Agora, ele tá fortilho", conta Antônio Brandão sobre o mais novo dos sete filhos, o pequeno Audivan, de 7 anos. Ela teve de se ins-

crever no programa às escondidas do marido, Valdir, que não queria nem ouvir falar em criar bicho tão tinfoso, que pula a cerca e come tudo o que encontra. Hoje Valdir é quem mais cuida dos animais, tratados como membros da família. "As crianças dão nome para as bichinhas. Quando tem de vender, é uma tristeza só", diz Antônio.

Assim como o sertanejo, a cabra é resistente. Precisa de pouca água. Alimenta-se de palma ou qualquer outra planta. "Não é que a cabra é um bi-

O projeto, que custou R\$ 350 mil, atende 1.200 pessoas

cho ladrão. É inteligente", defende a líder comunitária Tereza de Souza. "Se estiver com fome, vai buscar o alimento. Luta como nós para sobreviver." ■

PALOMA COTES

A repórter viajou a convite do MOC e da Pfizer

DIREITO DE BRINCAR As crianças descobriram que a infância não foi feita para quebrar pedras



ÉPOCA 1º DE DEZEMBRO, 2003

Parceria

Empresas, prefeituras, sindicatos rurais e urbanos, organizações não-governamentais, movimentos populares e instituições ligadas à Igreja demonstram no semi-árido nordestino que é possível enfrentar a seca, viver com dignidade e desenvolver o sertão

Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras



Colômbio e outros países, onde a situação é semelhante à do Brasil, já têm em operação sistemas de distribuição de água potável em áreas rurais e urbanas. Foto: M. F. F. / F. F. / F. F.

A democracia das

aguas



Tudo o que se pode dizer é que a situação é crítica. O acesso à água potável é um direito humano básico, mas no Brasil, especialmente no semi-árido nordestino, esse direito é negado a milhões de pessoas. A falta de saneamento básico e a poluição das fontes de água tornam a situação ainda mais precária. A falta de infraestrutura para a distribuição de água potável é um dos principais problemas enfrentados pelas comunidades rurais e urbanas do Nordeste brasileiro.

Em 2002, o acesso à água potável era limitado a cerca de 50% da população brasileira. No Nordeste, esse acesso era ainda menor, chegando a apenas 20% em algumas áreas. A falta de infraestrutura para a distribuição de água potável é um dos principais problemas enfrentados pelas comunidades rurais e urbanas do Nordeste brasileiro.

Em 2002, o acesso à água potável era limitado a cerca de 50% da população brasileira. No Nordeste, esse acesso era ainda menor, chegando a apenas 20% em algumas áreas. A falta de infraestrutura para a distribuição de água potável é um dos principais problemas enfrentados pelas comunidades rurais e urbanas do Nordeste brasileiro.

Em 2002, o acesso à água potável era limitado a cerca de 50% da população brasileira. No Nordeste, esse acesso era ainda menor, chegando a apenas 20% em algumas áreas. A falta de infraestrutura para a distribuição de água potável é um dos principais problemas enfrentados pelas comunidades rurais e urbanas do Nordeste brasileiro.

Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras

Revista "Globo Rural", setembro de 2003



URBANO E RURAL

A vez do sertão

No região de semi-árido brasileiro, um projeto mostra como é possível ampliar o trabalho infantil, melhorar a educação e encorajar o acesso à saúde para as crianças. Isso é feito com respeito às características geográficas de lugar. O projeto está na articulação comunitária.

Ao longo de meses de trabalho, existe no o verde do sertão - uma das poucas plantas que resistem aos rigores da seca. Mas o que tem cor de esperança em meio à desolação tem sido, há décadas, o cultivo de algodão. A cultura de algodão é a principal fonte de renda para as famílias que vivem nos campos de cultivo.

Crianças como Francisco Xavier, de 7 anos, começaram a trabalhar aos 7 anos para ajudar no sustento da casa. Nunca conseguiu frequentar a escola. Homem forte, pai de família, Francisco vive o mesmo destino desalentado de seus pais. Ele é um dos filhos de "seu" Francisco, André Pequeno, começou a cuidar o algal de Flechão de Jacupe. Mas um programa que reúne governo federal, municipal, ONGs e organizações internacionais, entre elas a UNICEF, mudou para sempre o destino de Ede. Como outros 66 mil crianças e adolescentes, a menina trouxe as forças do algal para sala de aula.

O primeiro passo para deixar o trabalho veio com o pagamento de bolsa do Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (NETI), coordenado pelo Ministério do Ação Social. O NETI apoia as famílias para que mantenham as crianças na escola, com o pagamento de uma bolsa de R\$25,00 por criança com limite máximo de seis crianças por família. Porém, não é só a bolsa-escota que promove mudanças definitivas na paisagem social do semi-árido brasileiro. Na solução local, a organização não-governamental Movimento de Organização Comunitária (MOC) criou um modelo sustentável de

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRAS 103

"Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras." Publicação do Unicef



Crianças beneficiadas com o projeto Bóvis Caprino, no região de Pernambuco

Criação de cabras reduz trabalho infantil

Para fazer parte do projeto, crianças da região do semi, na Bahia, não podem estar fora da escola nem trabalhar

Carla Fozes
Pernambuco

Faixa de Barão (BA) - Ações Favela de Infância (AFI) e Projeto Bóvis Caprino (PBC) trabalham em conjunto para reduzir o trabalho infantil em uma comunidade pobre da zona rural de Pernambuco. A AFI atua em 15 comunidades e o PBC em 10. O projeto foi criado em 2002, com o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.

Em 2002, o PBC (Movimento de Organizações Comunitárias) criou o projeto Bóvis Caprino em parceria com o PBC. O projeto tem o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.

O projeto Bóvis Caprino é financiado pelo PBC e pelo PBC. O projeto tem o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.

O projeto Bóvis Caprino é financiado pelo PBC e pelo PBC. O projeto tem o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.

Famílias são treinadas e agora vão receber cabras

O projeto Bóvis Caprino da Favela de Barão (BA) vai receber 10 famílias beneficiadas com o projeto. O projeto tem o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.

O projeto Bóvis Caprino é financiado pelo PBC e pelo PBC. O projeto tem o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.



Na Bahia, Projeto Bóvis Caprino oferece cabras para famílias em situação de pobreza

O projeto Bóvis Caprino é financiado pelo PBC e pelo PBC. O projeto tem o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.

O projeto Bóvis Caprino é financiado pelo PBC e pelo PBC. O projeto tem o objetivo de proporcionar às crianças da região do semi-árido acesso à educação e ao trabalho decente. O projeto é financiado pelo PBC e pelo PBC.

VOLVO

Jornal
"Folha de Londrina"
30 de julho
de 2003

Erradicar o trabalho infantil

Jornalistas assinam termo de compromisso com o MOC

Representantes de veículos de comunicação de Feira de Santana se comprometeram, ontem, de dar sua contribuição, através do trabalho jornalístico, pela erradicação do trabalho infantil e melhoria da qualidade de vida no semi-árido. O termo de compromisso foi assinado durante evento promovido pelo Movimento de Organização Comunitária. O MOC reúne a imprensa e vários setores da comunidade para um encontro contínuo pela erradi-

cação do pólo Ben Efraim e lançamento do seu relatório de atividades desenvolvidas em 2002.

O salão da AADB, no Jardim Cruzeiro, ficou completamente lotado. Além de montar o documento em que criou o compromisso de defender os interesses das crianças e adolescentes exploradas em trabalhos inadequados, os jornalistas foram homenageados pela "contribuição na defesa e garantia dos direitos humanos". Entre os homenageados, o diretor da Tribuna

Feirense, jornalista Valdomiro Silva.

O MOC desenvolve diversas ações, tendo por direção ao exercício da cidadania. Um dos projetos sociais mais bem sucedidos, denominado "Básis de leitura", reuniu 360 educadores-leitores e 40 coordenadores municipais de gestão, em nove cidades da Região do Sertão. O Unicef e a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado apoiam o projeto.

Washington Levy



Evento de assinatura de termo, na AADB, reuniu autoridades e dirigentes de diversas entidades no Sertão

Jornal
"Tribuna Feirense"
04 de junho
de 2003

MOC faz entrega de 60 cisternas no Semi-árido

O Projeto Água e Cidadania, desenvolvido pelo MOC, e apoiado por empresas e cidadãos locais, tem como objetivo a construção de 60 cisternas para armazenamento de água potável para famílias das cidades do semi-árido, como Conceição do Coité, Ibiara, Serra Talhada, Brejo Santo, São José do Bonfim e Serra Talhada. O investimento no projeto é de R\$ 1,2 milhão e o valor das cisternas é de R\$ 20 mil. A iniciativa faz parte do Programa Juntos pela Água, desenvolvido pela Associação para o Sertão (ASA) e inclui do no Programa Fome Zero do Governo Federal. Página 4.



60 cisternas beneficiaram famílias no Semi-árido brasileiro

Jornal
"Folha do Estado"
09 de julho
de 2003

ONGs desenvolvem proposta alternativa para educação rural

RODRIGO VIEIRA JUNIOR

FEIRA DE SANTANA (RS) - Duas experiências educacionais em prática na Bahia e em Pernambuco, foram apresentadas, em Feira de Santana, a professores e secretários de Educação de 36 municípios baianos, como estratégia de política pública com atuação diferenciada para a educação rural. Trata-se do Projeto CAI (Criação, Análise e Transformação), desenvolvido na zona do rural, na Bahia, e da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Socioeconômico, criada e difundida na zona de Meio Rural, em Pernambuco, pela organização não-governamental Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta).

Na Bahia, o Projeto CAI foi implantado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) e é desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Como eixo de trabalho, o projeto articula a pesquisa e a pedagogia de Eliane Noronha Brito, as duas propostas foram de elaboração durante o seminário Diálogos e Oportunidades para Educação do Campo, que contou com a participação de representantes do Banco Mundial e do Partido dos Trabalhadores para a Educação (Dreter) e foi realizado no campus da Uefs.

Em elaboração um currículo de



O projeto de educação foi debatido em seminário na Uefs

intercultural e a ONG Serta realizou, em parceria com a prefeitura, a capacitação dos professores. "A comunidade abraçou a proposta e existe, em cada escola, um conselho gestor, e a escolha de docentes é feita por voto direto com a participação de professores, funcionários, alunos e pais", disse Eiza Andrade. A proposta faz, também, com que cada mãe de aluno possua um dia de reunião na escola, "não possui interesse em não ter se alfabetizada", diz Eiza, destacando que a intenção é lutar com que as famílias do campo se sintam responsáveis pela escola. "As reformas

e os pedidos de melhoria são atendidos na medida em que a comunidade se compromete a apoiar", acrescentou.

PREMIADO - Em 2000, o projeto de Vitória (PE) foi premiado no concurso Gestão e Cidadania, promovido no Rio de Janeiro pela Fundação Getúlio Vargas. A prefeita Eiza Andrade, 47 anos, informa que Vitória é uma cidade com 21.940 habitantes, que vive a base de sua economia sustentada pela extração e minas.

"A importância desse seminário foi discutir a construção de uma

proposta de política pública voltada para os estudos do campo", enfatizou a educadora Eliane Brito, do MOC. Ela disse que há um consenso entre as propostas voltadas para a educação rural, mas falta a decisão dos secretários municipais de Educação em assumir o papel de coação (já em prática). Acrescentou que as diretrizes para a educação básica nas escolas de zona rural devem ser implantadas para que se cumpria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O Projeto CAI, desenvolvido pelo MOC de Feira de Santana, defende uma série de princípios que devem orientar o trabalho de levar a educação ao meio rural. Dentre eles estão a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito ao meio natural, além do respeito aos direitos e deveres dos cidadãos, ao exercício da crítica e à democracia.

A educação rural proposta pelo CAI valoriza os diferentes saberes e o conhecimento de todos os presentes. "A escola precisa levar em conta os conhecimentos que os pais, os alunos e a comunidade possuem e integrá-los dentro da sala de aula, não diluindo permanentemente o saber escolar e os saberes da experiência cotidiana", enfatiza um documento do CAI.

Jornal "A Tarde", 07 de setembro de 2003

Jovens conquistam prêmio nacional de marketing

ASSESSORIA DO MOC

Jovens Comunicadores da Região de Feira de Santana e Sial receberam, ontem, o Prêmio Top Social, promovido pela ADVE (Associação de Dirigentes de vendas e Marketing do Brasil). Miriely Macarenhas representou o MOC (Movimento de Organização Comunitária), entidade coordenadora

do Projeto, na entrega da premiação em São Paulo. A iniciativa foi classificada entre as 40 melhores de país, entre 220 inscritas.

Um dos critérios foi o nível de participação dos jovens na execução das ações. O projeto Comunicação Juvenil foi elaborado e executado pelos próprios jovens. Também foi destacado o envolvimento das entidades parceiras e o impacto do

projeto.

A iniciativa é parte do Programa Jovens Escuelas, desenvolvido pelo Instituto Credencial em parceria com 33 organizações não-governamentais de três estados brasileiros. Na Região Sudeste é coordenado pelo MOC, junto com entidades da sociedade civil, como núcleos comunitários e sindicatos de trabalhadores rurais.

O projeto é desenvolvido

desde 2002 com o objetivo de qualificar jovens em técnicas de rádio, jornalismo e prestação de serviços em comunicação. Atualmente, a iniciativa conta com 32 jovens de dez municípios e dispõe de uma central de distribuição de informações e cultura - a Central Cyberela de Comunicação, em Reteslândia.

Jornal "Tribuna Feirense", 18 de junho de 2003

Erradicar o trabalho infantil

Jornalistas assinam termo de compromisso com o MOC

Representantes de veículos de comunicação de Feira de Santana se comprometeram, ontem, de dar sua contribuição, através do trabalho jornalístico, pela erradicação do trabalho infantil e melhoria da qualidade de vida no semi-árido. O termo de compromisso foi assinado durante evento promovido pelo Movimento de Organização Comunitária. O MOC realiza a imprensa e vários setores da comunidade para um encontro comemorativo pela cul-

ta do prêmio Ben Ebe-ente e lançamento do seu relatório de atividades desenvolvidas em 2002.

O salão da AADB, no Jardim Cruzeiro, ficou completamente lotado. Além de assinar o documento em que criam o compromisso de defender os interesses das crianças e adolescentes exploradas em trabalhos inadequados, os jornalistas foram homenageados pela "contribuição na defesa e garantia dos direitos humanos". Entre os homenageados, o diretor da Tribuna

Feirense, jornalista Valdomiro Silva.

O MOC desenvolve diversas ações, tendo por objetivo a direção ao exercício da cidadania. Um dos projetos sociais mais bem sucedidos, denominado "Bolsa de leitura", reuniu 560 educadores-leitores e 40 coordenadores municipais de gestão, em nove cidades da Região do Sial. O Unicef e a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado apoiam o projeto.

Washington Freire



Assinatura do termo de compromisso, no AADB, reunindo jornalistas e dirigentes de diversas entidades em 2003.

Jornal
"Tribuna Feirense"
04 de junho
de 2003

MOC faz entrega de 60 cisternas no Semi-árido

O Projeto Água e Cidadania desenvolvido pelo MOC e apoiado por várias instituições, entregou 60 cisternas para armazenamento de água potável para famílias de comunidades do semi-árido, como Conceição do Castelo, João Nova Esperança, São João do Jacuipetite e São João. O investimento no projeto, com prestação de serviços técnicos, é de ordem de R\$ 100 mil. A iniciativa faz parte do Programa 3 Milhões de Cisternas, desenvolvido pela Associação para o Semi-árido (ASA), incluído no Programa Fome Zero do Governo Federal. Página 4.



Cisternas desenvolvidas para famílias que vivem em áreas rurais.

Jornal
"Folha do Estado"
09 de julho
de 2003

ONGs desenvolvem proposta alternativa para educação rural

RODRIGO VIEIRA JÚNIOR

UMA DE SUAS PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS em política, na Bahia e em Pernambuco, foram apresentadas, em Feira de Santana, a professores e acadêmicos de Educação de 46 municípios baianos, como exemplo de política pública com atenção diferenciada para a educação rural. Trata-se do Projeto CAT (Cortejo, Atualizar e Transformar), desenvolvido na zona de rural, na Bahia, e da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável, criada e difundida na zona da Mata Norte, em Pernambuco, pela organização não-governamental Serviço de Tecnologia Alternativa (Sota).

Na Bahia, o Projeto CAT foi implantado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) e é desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Como eixo de trabalho, duas propostas foram elaboradas durante o primeiro Diálogo Operacional para Educação do Campo, que contou com a participação de representantes do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para a Educação (Unesco) e foi realizada no campus de Uru.

Foi elaborado um currículo di-



O projeto de educação foi debatido em seminário na Uefs

ferenciado e a ONG Sota realizou, em parceria com a prefeitura, a capacitação dos professores. "A comunidade abraçou a proposta e criou, em cada escola, um conselho gestor, e a escola de distrito é feita por voto direto com a participação de professores, funcionários, alunos e pais", disse Eva Andrade. A proposta faz, também, com que cada mês de estudo passe um dia da semana na escola, "isto garante interesse das mães por alfabetização", diz Eva, destacando que a intenção é fazer com que as famílias do campo se sintam responsáveis pela escola. "As reformas

e os pedidos de melhoria são atendidos na medida em que a comunidade se comprometa a ajudar", acrescentou.

PREMIADO - Em 2000, o projeto de Vitória (PE) foi premiado no concurso Gestão e Cidadania, promovido no Rio de Janeiro pela Fundação Getúlio Vargas. A professora Eva Andrade, 47 anos, afirma que Vitória é uma cidade com 25.900 habitantes, que vive a base de sua economia sustentada pela caça-deleite e sarna.

"A importância deste seminário foi discutir a construção de uma

proposta de política pública voltada para as escolas do campo", enfatizou a educadora Eliete Rocha, do MOC. Ela disse que há um número enorme de propostas voltadas para a educação rural, mas falta o diálogo dos secretários municipais de Educação em ouvir o papel de educadores em prática. Acrescentou que os distritos para a educação básica nas escolas de zona rural devem ser implantadas para que se cumpria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O Projeto CAT, desenvolvido pelo MOC da Feira de Santana, defende uma série de princípios que devem orientar o modelo de levar a educação ao meio rural. Destes eles estão a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito às diferenças, além de respeito aos direitos e deveres dos cidadãos, ao exercício da cidadania e à democracia.

A educação rural proposta pelo CAT valoriza os diferentes saberes e o conhecimento de todos os presentes. "A escola precisa levar em conta os conhecimentos que os pais, os alunos e a comunidade possuem e resgatá-los dentro da sala de aula, com diálogo permanente entre o saber escolar e os saberes da experiência coletiva", enfatiza um documento do CAT.

Jornal "A Tarde", 07 de setembro de 2003

Jovens conquistam prêmio nacional de marketing

ASSESSORIA DO MOC

Jovens Comunicadores da Região de Feira de Santana e Sinal receberam ontem, o Prêmio Top Social, promovido pela ADIVE (Associação de Dirigentes de vendas e Marketing do Brasil). Márcio Mascarenhas representou o MOC (Movimento de Organização Comunitária), entidade coordenadora

do Projeto, na entrega da premiação em São Paulo. A iniciativa foi classificada entre os 40 melhores do país, entre 220 inscritos.

Um dos critérios foi o nível de participação dos jovens na execução das ações. O projeto Comunicação Jovem foi elaborado e executado pelos próprios jovens. Também foi destaque o envolvimento das entidades parceiras e o impacto do

projeto.

A iniciativa é parte do Programa Jovens Escuelas, desenvolvido pelo Instituto Credvair em parceria com 13 organizações não-governamentais de três estados baianos. Na Região Sinalense é coordenado pelo MOC, junto com entidades da sociedade civil, como núcleos comunitários e sindicatos de trabalhadores rurais.

O projeto é desenvolvido

desde 2002 com o objetivo de qualificar jovens em técnicas de rádio, jornalismo e prestação de serviços em comunicação. Atualmente, a iniciativa conta com 32 jovens de dez municípios e dispõe de uma central de distribuição de informações e cultura - a Central Cyberela de Comunicação, em Retrolândia.

Jornal "Tribuna Feirense", 18 de junho de 2003

MOC comemora prêmio e homenageia imprensa

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) comemora nesta terça-feira, às 9 horas, no Clube da AABB, no Jardim Cruzeiro, a conquista do Prêmio Bem Eficiente, bem como apresenta o Relatório 2002 com os resultados de sua caminhada. Ainda no evento

organização não governamental homenageia profissionais da imprensa de Feira de Santana e da região sisaleira pela "importante contribuição na defesa e garantia dos direitos humanos".

O MOC foi a única instituição baiana a receber o Prêmio Bem Eficiente 2003, outorgado para as 50 entidades beneficentes mais bem administradas no Brasil. Em sua sétima edição, a premiação é uma das mais rigorosas na área social e é um reconhecimento às instituições

filantrópicas que tiveram bom desempenho profissional. A iniciativa é concedida pela Kanitz & Associados, empresa de consultoria com 20 anos de experiência.

O Relatório 2002 que o MOC vai apresentar traz um resumo das ações desenvolvidas pela organização no ano passado. Um dos pontos considerados mais significativos da publicação é a metodologia dos trabalhos, modelo pela forma de motivar a participação da sociedade civil no planejamento, execução e avaliação de suas

ações. O documento destaca ainda os resultados de iniciativas como o Projeto Cabra Escola e ações da área de Educação Rural.

O MOC vai valorizar a importante contribuição dos meios de comunicação na área dos direitos humanos e "na construção de um semáforo mais humano". Assim é que profissionais da mídia comercial e comunitária de Feira e região sisaleira vão ser homenageados e convidados pelo MOC e pela Unicef a assinar um termo de compromisso, ao longo

deste ano, eles ajudarão na veiculação de informações de utilidade pública pela erradicação do trabalho infantil. O jornal FOLHA DO ESTADO estará representado pelos jornalistas Aparecida Machado, editora, e Dimas Oliveira, chefe de redação.

Representantes dos movimentos sociais, como sindicatos de trabalhadores rurais, e importantes parceiros do MOC como Unicef e Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setras).



Presidente do MOC, João Dias de Araújo, e equipe técnica